

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL
EM LAZER: O CASO DA POLÍTICA PÚBLICA DE PIRACICABA – SP.

GUSTAVO ANDRÉ PEREIRA DE BRITO

PIRACICABA, SP
2007

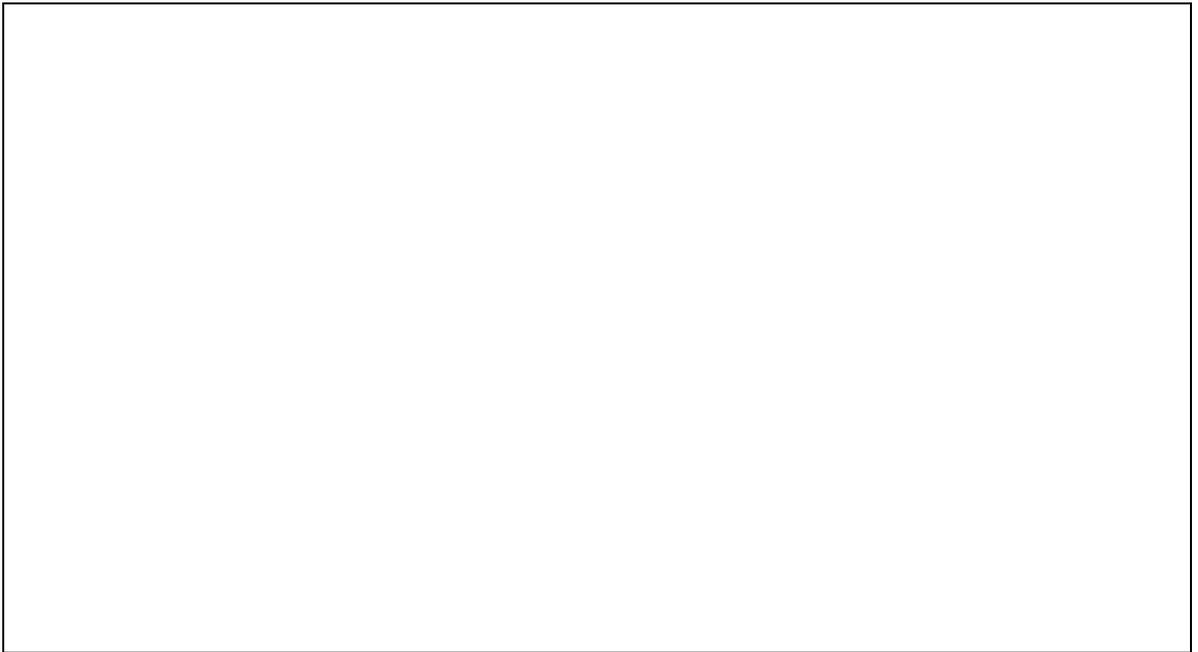
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL
EM LAZER: O CASO DA POLÍTICA PÚBLICA DE PIRACICABA – SP.

GUSTAVO ANDRÉ PEREIRA DE BRITO

Orientador: Prof. Dr. NELSON CARVALHO MARCELLINO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Faculdade de Ciências da Saúde – Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Física, na área de concentração Corporeidade, Pedagogia do Movimento e Lazer.

PIRACICABA, SP
2007



FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL
EM LAZER: O CASO DA POLÍTICA PÚBLICA DE PIRACICABA – SP.

GUSTAVO ANDRÉ PEREIRA DE BRITO

Dissertação defendida e aprovada em 20 de Dezembro de 2007 pela
Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. NELSON CARVALHO MARCELLINO

Prof^a Dr^a HELOISA HELENA BALDY DOS REIS

Prof^a Dr^a ELINE TEREZA ROZANTE PORTO

O importante não é quando nos encontraremos novamente, mas sim o que fizemos de bom enquanto estivemos juntos.

Gustavo Brito

Dedicatória

Dedico esse trabalho aos meus pais e familiares pelo apoio em todas as etapas de minha vida. E a amiga Marlene de Lima pela luta para proporcionar lazer à sociedade piracicabana.

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe por me ensinar a sonhar e ao meu pai por me ensinar a transformar os sonhos em realidade.

Agradeço a Clécia e a Telma por todo o incentivo para a conclusão desse trabalho.

A Ícaro Augusto Melo de Sousa pelo companheirismo e dedicação, auxiliando-me emocionalmente para que esse trabalho chegasse ao final.

A Veruska Granja pelo companheirismo e longas conversas sobre lazer.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino pela dedicação, amizade, sensibilidade e exigência. Obrigado por acreditar em nosso potencial, nos incentivando a seguir adiante.

A Prof.^a Dr.^a Heloisa Reis por ter aceitado fazer parte de minha banca, contribuindo em nossa qualificação e defesa dessa dissertação.

A Prof.^a Dr.^a Eline Porto por ter nos inspirado na escolha do nosso tema de graduação, além de ter contribuído na nossa qualificação e defesa.

Aos amigos Stéphanie, Débora, Felipe obrigado pelos momentos que compartilhamos ao decorrer do curso.

A amiga e “mãe” Marlene de Lima por ter feito me sentir em casa, aqui em Piracicaba.

A professora Tânia Mara Vieira Sampaio pelo apoio em todos os dias de minha estadia em Piracicaba.

Aos demais professores do mestrado, colegas de sala, pessoal da secretaria de pós-graduação muito obrigado por tudo.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo diagnosticar qual a formação e como se processa a qualificação para atuação profissional dos recursos humanos que atuam nos programas e projetos de lazer desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, da prefeitura da cidade de Piracicaba-SP. Metodologicamente a pesquisa se caracterizou, quanto ao tipo, como uma combinação entre pesquisa bibliográfica, desenvolvida por meio do Sistema de Bibliotecas da UNIMEP e de ferramentas da internet; e pesquisa de campo, dividida em dois momentos: Primeiro realizamos a pesquisa documental junto a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM com levantamento de dados relativo ao assunto e posterior análise de conteúdo; e num segundo momento passamos a pesquisar os espaços por meio de observação participante, que se pautou no acompanhamento da atuação dos profissionais em alguns equipamentos específicos de lazer na cidade de Piracicaba – SP. Além da observação participante, foi utilizada como técnica de coleta de dados o questionário, no intuito de possibilitar respostas mais complexas que permitam um maior esclarecimento dos fatos. A partir da observação participante e da aplicação dos questionários encontramos uma situação favorável à boa atuação profissional em esportes, principalmente pelo fato de todos os pesquisados serem formados em educação física e a grande maioria ter uma ou mais especializações na área; porém o entendimento de lazer é ainda restrito, tendo como fator principal para isso o fato de nenhum dos profissionais ter formação específica na área do lazer. Contudo, é necessário esclarecer que apesar do entendimento restrito e do desenvolvimento quase exclusivo dos conteúdos culturais físico-esportivos do lazer, a SELAM vem desenvolvendo alguns projetos permanentes, relacionados ao tema, como: Jogos Comunitários, Construindo o Futuro, Terceira Idade, Clarear, Desporto de Base e Programa de Férias; além de muitos eventos. Foi possível perceber também que a preocupação atual, do órgão, é no sentido de colocar Piracicaba novamente no cenário esportivo e de lazer no âmbito estadual, trazendo eventos de grande porte para a cidade. Com isso, nos dois últimos anos, dezenas de equipamentos específicos do lazer foram construídos e reformados, fato importante, porém, não podendo perder de vista que espaços sem os profissionais, animadores socioculturais, não cumprirão seus objetivos de: promover e dinamizar a cultura, por meio de atividades críticas e criativas; desenvolver a participação e o associativismo nas comunidades, fato pouco verificado na cidade; formar permanentemente e educar para o lazer. Outro fato que nos chamou a atenção foi a contratação exclusiva de professores de educação física, mesmo para atuação em projetos de lazer, tendo em vista se tratar de um campo de atuação multiprofissional (lazer), onde cada conhecimento, técnica ou disciplina é fundamental na construção de uma prática capaz de reverter a ordem estabelecida. Constatamos ainda que, atualmente, são poucos os espaços reservados a qualificação, por parte da secretaria, estando restritos a participações em eventos locais, geralmente ligados ao esporte. Não há na Instituição um programa específico de capacitação, atualização e qualificação profissional; entretanto, em outros momentos históricos foram disponibilizados espaços, inclusive semanais, para reuniões administrativas e pedagógicas com palestras e discussões sobre o tema, além de servir como espaço coletivo para o planejamento e a avaliação das ações. É necessário retomar as práticas estabelecidas anteriormente no sentido de promover discussões específicas sobre o lazer e a atuação dos animadores socioculturais para que todos os profissionais que atuam com a temática possam comprometer-se com um projeto transformador de sociedade, com a intenção de tornar a realidade mais justa e igualitária, que respeite as diferenças e crie novas possibilidades de participação cultural.

Palavras-Chave: lazer. formação profissional. qualificação profissional. política pública. animação sociocultural.

ABSTRACT

This research has as objective to diagnose what is the formation and how the qualification is processed for professional performance of the human resources that act in the programs and leisure projects developed by the Municipal General Office of Sports, Leisure and Motive Activities, of the city hall of Piracicaba City - SP. Methodologically the research was characterized, as for the type, as a combination among bibliographical research, developed through the System of Libraries of UNIMEP and of tools of the internet; and field research, divided in two moments: first we accomplished the documental research in the City hall and the Municipal General Office of Sports, Leisure and Motive Activities with the rising of data related to the subject and subsequent content analysis; and in a second moment we started to research the spaces through participant observation, that was ruled in the attendance of the professionals' performance in some specific equipments of leisure in the city of Piracicaba. SP. Besides the participant observation, it was used as technique of collection of data the questionnaire, in the intention of making possible more complex answers that allow a larger explanation of the facts. Starting from the participant observation and of the application of the questionnaires we found a favorable situation to the good professional performance in sports, specially for the fact that all the researched people are graduated in physical education and the great majority have one or more specializations in the area; however the leisure understanding is still restricted, having as the main factor for that the fact that none of the professionals have specific formation in the area of leisure. However, it is necessary to explain that in spite of the restricted understanding and of the almost exclusive development of the physical-sporting cultural contents of the leisure, the general office (SELAM) has been developing some permanent projects, related to the theme, such as: Community games, Building the Future, Third Age, Clear, Sport of Base and Program of Vacations; besides many events. It was also possible to notice that the current concern, of SELAM, is again in the sense of putting Piracicaba in the sporting scenery and of leisure in the state level, bringing big events to the city. With that, in the last two years, many specific equipments of leisure were built and reformed, which is an important fact. However, we cannot forget that the spaces, without the professionals and sociocultural animation, won't accomplish their objectives, which are: to promote and develop the culture, through critical and creative activities; to develop the participation and the membership in the communities, fact not often verified in the city; to train permanently and to educate for the leisure. Another fact that called our attention was the physical education teachers exclusive recruiting, even for performance in leisure projects, remembering that the leisure is a field for the performance of a lot of professions, where each knowledge, technique or subject is fundamental in the construction of a practice capable to revert the established order. We have also verified that, nowadays, there are few reserved spaces for the qualification, on the part of the general office, being restricted to participations in local events, usually linked to the sport. There is not in the Institution a specific program of training, updating and professional qualification; however, in other historical moments, spaces were made available, including during the week, for administrative and pedagogical meetings with lectures and discussions on the theme, besides serving as collective space for the planning and the evaluation of the actions. It is necessary to retake the practices established previously in order to promote specific discussions about the leisure and the performance of the sociocultural animators so that all the professionals that act with the theme can commit themselves to a society transformer project, with the intention of making the reality fairer and more equal, respecting the differences and creating new possibilities of cultural participation.

Key-Words: leisure. professional training. professional qualification. public policy. sociocultural animation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	19
2.1 BASES CONCEITUAIS: pensando na construção de uma política pública.....	19
2.1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: indicativos para a sua elaboração.....	21
2.1.2 POLÍTICAS MUNICIPAIS DE LAZER: experiências norteadoras de futuras ações	35
2.2 FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: buscando referências para a discussão	43
2.2.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL: caminhos propostos para a atuação em lazer.....	47
2.2.2 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: apresentando algumas experiências positivas	57
2.3 ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL: desafios para a atuação profissional	63
2.3.1 O ANIMADOR SOCIOCULTURAL: requisitos para a função	69
3. “PIRACICABA QUE EU ADORO TANTO: cheia de flores, cheia de encantos”.	73
3.1 O LAZER NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS DE PIRACICABA: oportunidades para atuação	76
3.2 LAZER E LEGISLAÇÃO EM PIRACICABA: o “legal” do legal.....	90
4. CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS: preparando para a pesquisa	96
4.1 DELIMITANDO O UNIVERSO: as escolhas	97
4.2 ABRINDO O DIÁRIO DE CAMPO: uma visão do pesquisador	99
4.2.1 Centros Esportivos e de Lazer	99

4.2.1.1 Clube de Regatas Palmeiras de Piracicaba	99
4.2.1.2 Centro Esportivo e de Lazer Santa Terezinha	100
4.2.1.3 Centro Esportivo e de Lazer da Paulicéia	101
4.2.1.4 Centro de Esporte e Lazer da Vila Rezende	103
4.2.1.5 Complexo Municipal de Esportes	103
4.2.2 Parques Municipais de Lazer	105
4.2.2.1 Área de Lazer do Trabalhador	105
4.2.2.2 Parque Estação da Paulista	106
4.2.2.3 Parque Paraíso da Criança	108
4.2.2.4 Parque da Rua do Porto	109
4.2.2.5 Parque do Eldorado	110
4.2.3 Equipamentos Periféricos de Esporte e Lazer	111
4.2.3.1 Sistema de Lazer do Tatuapé	111
4.2.3.2 Espaço de Lazer do Jardim Jupia	112
4.2.3.3 Espaço de Lazer Jardim Boa Esperança	113
4.2.3.4 Espaço de Lazer da Vila Sônia	115
4.2.3.5 Espaço de Lazer de Perdizes	115
4.3 OBSERVANDO EMOÇÕES ESCRIVENDO SENTIMENTOS: a visão dos profissionais	118
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICES	152
ANEXOS	159

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço cada vez mais crescente na tecnologia de produção, o homem moderno dispõe de mais tempo para outras atividades que não as profissionais. Esse tempo liberado do trabalho é cada vez mais disputado entre as obrigações sociais, familiares, religiosas e os momentos de lazer.

Atualmente muito se fala em lazer, porém não falta quem tente direcionar o tempo disponível dos sujeitos na busca do lucro, do lazer ditado pela indústria cultural¹. Entretanto, para oportunizar vivências de lazer de forma contextualizada com as questões sociais, nesse tempo disponível do indivíduo, é preciso discutir políticas públicas na área para que toda a comunidade tenha realmente acesso a ele.

De acordo com Garcia (1995, p.49)

A inclusão do lazer e da cultura como ingredientes indispensáveis, hoje, a uma moderna concepção de bem-estar social e de qualidade de vida, tem aberto novos espaços de trabalho remunerado para milhares de pessoas, bem como tem estimulado escolas e organizações formativas de todos os níveis a investir nessa área que se afigura tão promissora. As empresas, as instituições, o poder público, as organizações políticas e sindicais, todos reconhecem a importância do lazer e da cultura – ora incentivando e financiando ações, ora agindo diretamente por meio da construção e da gestão de complexos culturais, desportivos, de turismo social e outros, beneficiando não apenas seu público imediato como também a sociedade em geral.

Pensando nisso e atuando na área há alguns anos como coordenador de lazer, além de participar de debates e discussões (principalmente nas três últimas edições do Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer; e nas duas Conferências Nacionais do Esporte, além das estaduais e municipais) acerca da importância de realização de políticas públicas de lazer que atendam efetivamente a sociedade em geral, passando a interessar-nos pelo assunto, sobretudo pela formação e qualificação para atuação profissional, tendo em vista

¹ “Conjunto de bens culturais, difundidos pelos meios de comunicação de massa, impondo formas universalizantes de comportamento de consumo.” (FREITAS et al, 2004, p.112) Assim, os meios de comunicação de massa representam a degradação da cultura, levando à derrocada a idéia de sujeitos autônomos e livre, tendo em vista que diante de meios que não exigem nenhum esforço de pensamento, os indivíduos tornam-se uma massa passiva e indiferente as questões sociais, tornando-se fácil a sua manipulação.

que passei mais de três anos à frente de duas equipes de lazer, simultaneamente, em um hotel e em uma Organização Não-Governamental que constantemente recebiam pessoas com tendências a reduzir o lazer a simples associações com experiências pessoais vivenciadas por elas, restringindo-o aos conteúdos de determinadas atividades, sem nem mesmo conhecer as várias possibilidades, ou seja, os diversos conteúdos culturais² do lazer (físicos, manuais, artísticos, intelectuais, sociais e turísticos), e em sua grande maioria desconhecendo o caráter de desenvolvimento atribuído ao lazer.

Apesar de, nos últimos anos, o valor de desenvolvimento pessoal e social estar sendo discutido, sobretudo ao ser considerado o duplo aspecto educativo do lazer (objeto e veículo de educação), são os valores divertimento e descanso, os mais comumente associados ao lazer, sendo eles destacados pelo senso comum.

Além dos valores atribuídos ao lazer, a busca pela interdisciplinaridade³ sempre foi uma constante no meu trabalho, sobretudo quando se levanta questionamentos sobre a prática profissional, tendo em vista que o lazer deve ser entendido como um campo multiprofissional, cabendo atuação de profissionais de diversas áreas do conhecimento.

O não entendimento dessa interdisciplinaridade no lazer pode gerar resistência à adesão de profissionais de outras áreas que não as normalmente associadas ao lazer, como educação física, turismo e hotelaria, além de rejeitar também à participação de voluntários, o que acabaria restringindo as possibilidades de contribuir na formação de sujeitos capazes de compreender e combater a ordem estabelecida.

Entretanto, para a hierarquia que se seguia a nós (nível gerencial), qualquer indivíduo que cursasse nível superior estaria apto a exercer a função de

² Ver Conteúdos Culturais do Lazer em Dumazedier (1980) e Camargo (1986).

³ No lazer, como em algumas outras áreas, como são muitas as disciplinas que compõem um corpo de conhecimento, é importante manter amplas relações entre essas diferentes disciplinas, para isso, são definidas três possibilidades de abordagem disciplinares: 1) Multidisciplinar, é aquela onde diversas disciplinas enfocam um problema ou desafio, essa é a abordagem mais comumente visualizada; 2) Interdisciplinaridade, é a integração de conceitos e idéias de diferentes disciplinas, como aspecto fundamental de um projeto maior; e 3) Transdisciplinar, é o mais elevado nível de integração educacional (diversos campos de conhecimentos) procurando chegar a uma solução ou resolução de um problema. (TRIGO, 1998)

profissional do lazer, sendo para eles importante somente o aprendizado de técnicas ou “receitas” prontas das chamadas atividades recreativas, que sem conhecer a teoria do lazer acabavam por desenvolver apenas o “tarefismo”⁴, no intuito de divertir ou estimular o descanso dos indivíduos que iriam procurar o lazer na perspectiva de relaxar das tensões do seu dia-a-dia fatigante, podendo assim recuperá-los para voltar a sua rotina estressante de trabalho.

De acordo com Marcellino (1996), apesar da importância que o lazer vem ganhando nas últimas décadas, como problema social e como objeto de reivindicação, ligado à qualidade de vida nas cidades, essa crescente valorização não vem sendo acompanhada por ações do poder público, nem com o desenvolvimento sistematizado de políticas na área.

Além disso, a falta de parâmetros para nortearem essas ações ocasiona geralmente a má utilização dos recursos financeiros, materiais e humanos impossibilitando o crescimento de políticas públicas de esporte e lazer significativas.

No intuito de estabelecer estas políticas, Requixa (1980) destaca que se deve considerar algumas diretrizes que atuam com igual valor e importância para o seu desenvolvimento, que são: a ordenação do espaço; a reordenação do tempo; e a política de recursos humanos, onde estão incluídas a política de animação e a formação e qualificação dos quadros para atuação, que apesar de serem coisas distintas, sendo a primeira a operacionalização dos recursos físicos, das áreas de lazer, dos equipamentos e das instalações, além da criação e aplicação de atividades, pelos recursos humanos, os chamados animadores socioculturais; e a segunda tratar do desenvolvimento dos quadros através de programas de formação básica, de capacitação, reciclagem e de aperfeiçoamentos contínuos para as várias funções no âmbito do lazer, são constantemente confundidas.

Outra confusão conceitual, segundo alguns autores como Bramante (1995), Pinto (1996), Marcellino (1996), Zingoni (1998), entre outros, refere-se as políticas

⁴ Trabalho embasado na repetição acrítica e conformista, onde os profissionais acabam por apenas reproduzir atividades contidas em manuais recreativos.

de lazer, ou políticas públicas de lazer, que na maioria das vezes são traduzidas como políticas de atividades, e em alguns casos como políticas de distribuição de materiais esportivos, ou de construção de espaços públicos para a prática de atividades, sem, contudo, haver a preocupação com a participação humana consciente, que é a vida desses espaços.

Contudo, para que realmente se tenha uma ação efetiva no lazer é imprescindível entender que para a criação de políticas públicas é necessário traçar objetivos mais gerais que concretizem a cidadania e autonomia dos indivíduos, buscando a sua liberdade e igualdade de direitos, pois políticas de atividades ou democratização do acesso aos equipamentos de lazer, por si só, não bastam, apesar de ser extremamente importante disponibilizar as mesmas oportunidades para todos. O que não se verifica, de acordo com Cristan (1990, p.188), tendo em vista que, para a autora, os direitos a “igualdade e liberdade de escolha estão vinculados ao poder de compra, e os melhores equipamentos, é claro, estão nas mãos de uma elite.” Além do fato de que a liberdade de escolha de uns “está entre andar de jet-ski ou pilotar uma kawasaki, enquanto que para outros está [apenas] entre assistir Silvio Santos ou ver o programa do Faustão.”

Enquanto não houver uma política pública de lazer voltada para a formação humana e consciente dos sujeitos, o espaço que o lazer deveria ocupar na sociedade é rapidamente absorvido pelo tempo de um mercado consumista, da indústria cultural que ocasiona o esvaziamento da memória cultural.

Isso acontece pelo fato da indústria cultural também conseguir gerar prazer ao mesmo tempo em que induz a uma representação de satisfação interessante para seus intuitos. (MELO, 2006, p.62)

Para mudar esse quadro e contribuir na construção de sujeitos educados, críticos e informados, principalmente quando falamos em política pública, é imprescindível a criação de programas contínuos de formação e qualificação de recursos humanos para a atuação, sendo importante o seu desenvolvimento em toda a estrutura de animação⁵.

5 Dumazedier (s/d) propõe uma estrutura de animação representada em forma de pirâmide, onde o topo envolve os animadores de competência geral, sendo eles os dirigentes, com

Isso requer que o profissional do lazer reclame a sua dignidade profissional e tenha clara consciência da sua importância no planejamento, execução e avaliação dos projetos da área.

Marcellino (2001, p.16-17) destaca alguns itens básicos que devem ser desenvolvidos para efetivar uma política de lazer, na perspectiva crítica e criativa, que são:

1. respeito e incentivo às manifestações espontâneas da população, partindo delas, e junto com elas, tendo o devido cuidado para que o respeito não signifique “purismos” [...];
2. trabalho conjunto com grupos organizados (parcerias), buscando sua autonomia, e respeitando-a;
3. trabalho conjunto com a iniciativa privada sem abrir mão da participação no processo decisório (parcerias atentas, digamos assim);
4. trabalhar com o Estado, o que não significa, de forma nenhuma contribuir para perpetuá-lo. [...].

Além disso, o autor ainda coloca a importância de outros dois aspectos: 1) uma interação entre os departamentos de diferentes secretarias, visando um melhor entendimento em termos de conteúdos para abranger um maior número de interesses; e 2) a formação e reciclagem de quadros profissionais para atuação em lazer.

Pensando no exposto acima e levando em conta, sobretudo o último item, levantamos como questão geradora do estudo: Qual a formação profissional e como se dá a qualificação dos recursos humanos para atuação em lazer na Secretaria de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, da Prefeitura Municipal de Piracicaba-SP?

Para isso buscamos as seguintes informações: Quem são esses profissionais? Como se desenvolveu a sua formação profissional e sua qualificação? Qual o diálogo entre profissionais e a Secretaria? E entre eles e a população de Piracicaba?

conhecimentos mais apurados; no meio da pirâmide encontram-se os animadores de competência específica, funcionando também como educadores; e na base estão os animadores voluntários, responsáveis pela vinculação com a cultura local. E Marcellino (2003) complementa a pirâmide colocando após os voluntários, os profissionais de apoio, pessoal de atividade meio, administrativos e operacionais que precisam estar conscientes da área onde trabalham e do serviço final prestado.

Dessa forma, temos como objetivo diagnosticar qual a formação e como se processa a qualificação para atuação profissional dos recursos humanos que atuam nos programas e projetos de lazer desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, da prefeitura da cidade de Piracicaba-SP.

Ressaltamos nessa pesquisa o trabalho do profissional do lazer, embora reconheçamos a importância do voluntariado, por acreditarmos nas idéias de Godoy (1995) de que, em grande parte, quando se deseja mudanças estruturais e sociais é preciso investir na competência, ou seja, no conhecimento técnico e na ética de profissionais capacitados para tal.

O estudo se caracteriza como uma combinação entre pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo (SEVERINO, 2002), sendo utilizado como modo de investigação, o método de estudo de caso. (BRUYNE, 1977, p.224)

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por meio do Sistema de Bibliotecas da UNIMEP e ferramentas da Internet, com levantamento das palavras-chave: lazer; formação profissional; qualificação, capacitação e treinamento; política pública; e animação sociocultural, com material selecionado por meio de análise textual, posteriormente sendo realizada uma análise temática com a compreensão da mensagem global veiculada na unidade. (SEVERINO, 2002)

Quanto à pesquisa de campo, ela foi desenvolvida com base em Andrade (2001, p.127), na perspectiva de que é nesse tipo de pesquisa que ocorrem espontaneamente os fenômenos, uma vez que não há interferência do pesquisador sobre eles. E a estrutura da pesquisa de campo se deu em dois momentos.

No primeiro momento, foi desenvolvida a pesquisa documental realizada junto a Secretaria de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, da Prefeitura da Cidade de Piracicaba - SP, com levantamentos de dados relativos ao assunto e posterior análise de conteúdo. (GIL, 2002)

No segundo momento, o estudo de caso, no intuito de reunir informações, o mais numerosa e detalhada quanto possível, com vistas a apreender a totalidade de uma situação, sendo as amostras não probabilísticas e definidas por critérios de representatividade e de acessibilidade. (BRUYNE, 1977, p.224)

Essa pesquisa foi realizada utilizando-se os seguintes instrumentos para coleta de dados: observação participante (com o observador sendo conhecido) e questionário, pressupondo observar diretamente, convivendo com as pessoas a serem investigadas em seus locais de trabalho, com intuito de aprofundamento da questão, entendendo os fatos tais como são para os sujeitos observados, além de observar os fenômenos latentes (que escapam aos sujeitos, mas ao observador). (BRUYNE, 1977, p.213)

A cidade de Piracicaba foi escolhida por critérios de representatividade, como sua vocação natural para o lazer, o rio que atravessa a cidade, festas comemorativas tradicionais, forte atuação da prefeitura junto ao esporte e ao lazer nas últimas décadas, raio de atuação da UNIMEP e acessibilidade.

A dissertação estrutura-se em três capítulos, além da introdução e das considerações finais, dos quais o primeiro apresenta uma discussão teórica sobre bases conceituais de políticas públicas, políticas municipais de lazer, formação e qualificação para atuação na área, e animação sociocultural; o segundo tratou da análise documental junto a Prefeitura; e o terceiro os resultados e a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 BASES CONCEITUAIS: pensando na construção de uma política pública

Antes de falar em políticas públicas de lazer se faz necessário recorrer a Ribeiro (1998, p.13) para melhor compreender o termo política. Segundo ele, “em qualquer de seus usos, na linguagem comum ou na linguagem dos especialistas e profissionais, [política] refere-se ao exercício de alguma forma de poder e, naturalmente, às múltiplas conseqüências desse exercício.” Aliado a esse pensamento o mesmo autor coloca que a política se preocupa “com o encaminhamento de interesses para a formulação e tomada de decisões.”

Contudo, é importante esclarecer que nem todo o encaminhamento de interesse para que se obtenha uma decisão pode ser tratado como um fato político, pois um fato político é aquele que é de interesse da cidade, tendo em vista que a palavra política vem do grego antigo e significa *polis*, ou seja, cidade.

Já o termo público, associado à política, não deveria ser entendido exclusivamente como uma referência ao Estado, mas com o que é de todos, sob a mesma intervenção e apoio tanto do Estado como da população.

Pereira e Grau (1998, p.02) supõem

[...] a existência de quatro esferas ou formas de propriedades relevantes no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública estatal, a pública não-estatal, a corporativa e a privada. A pública estatal detém o poder de Estado e/ou é subordinada ao aparato do Estado; a pública não-estatal está voltada para o interesse público, não tem fins lucrativos, ainda que sendo regida pelo Direito privado; a corporativa também não tem fins lucrativos, mas está orientada para defender os interesses de um grupo ou corporação; a privada, finalmente, está voltada para o lucro ou o consumo privado.

Após verificarmos essas quatro possibilidades, discutiremos as políticas públicas como demanda social, tratadas, discutidas e fomentadas pelo Estado ouvindo a sociedade, no intuito de desenvolver ações políticas, na perspectiva de

consolidação do público para todos. Entretanto, não é isso que verificamos nas discussões sobre políticas públicas.

Amaral (2004, p.183) é uma das autoras que conceituam política pública de forma restrita, para ela é

[...] toda atividade política que tem como objetivo específico assegurar, mediante **a intervenção do Estado**, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo a manutenção do sistema vigente. [grifo nosso]

Desta forma, as políticas correspondem somente à intervenção do poder público, fato contrário ao que acreditamos, mesmo que essa intervenção busque destinar verbas públicas para o atendimento da população em geral, em um determinado campo social, incluindo aqui todas as classes, englobando as preferências, escolhas e decisões da comunidade.

Entendemos assim que as políticas públicas devem ser estabelecidas a partir de diálogos entre o poder público e a sociedade civil. Rodrigues (2003, p.193-194) nos alerta que é dever do Estado, buscando a participação popular, tanto no âmbito nacional, como no estadual, e no municipal, desenvolver políticas de lazer que incluam todos os cidadãos. Quanto mais crescem as diferenças entre as classes sociais, maior deveria ser a eficácia e a eficiência do poder público em incluir a todos, principalmente os setores mais fragilizados de nossa sociedade, como as crianças, os adolescentes, as mulheres, os idosos e os deficientes.

Todavia, o que temos verificado é que o Estado vem se desresponsabilizando em executar políticas públicas diretas, a partir do momento em que estabelece leis de incentivos fiscais direcionadas para empreendimentos privados.

Preocupada com o exposto acima, Cristan (1990) questiona essa transferência de recursos do Estado para a esfera privada, justificando que dessa forma as políticas públicas da área terminam por apenas reproduzir o sistema de desigualdades predominante na vida das comunidades, tendo em vista que o governo, por meio dessas políticas acabar por anexar setores da sociedade civil,

como os sindicatos e as entidades de cultura, esvaziando seus conteúdos de reivindicações e colocando-as sob sua tutela.

2.1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: indicativos para a sua elaboração

No campo do lazer a questão não é diferente de outras áreas, pois as políticas são concebidas no intuito de estabelecer padrões de decisões, aplicando-os aos tipos de situações consideradas singulares. Ela é o fruto do entendimento e ascensão de determinada filosofia que estabelece princípios com a finalidade de determinar diretrizes orientadoras expressas através do regulamento para atingir metas e objetivos pré-estabelecidos. (RIBEIRO, 1998)

Portanto, podemos considerar que políticas são guias para ação e não a ação em si, gerando dessa forma, caminhos para atingir determinados objetivos.

Entretanto, para o entendimento de políticas públicas voltadas para o campo do lazer é relevante ter a consciência que muitas vezes, a política não é efetivada. O discurso não condiz com a realidade observável.

Isso ocorre porque, muitas vezes, as políticas públicas que contemplam o lazer facilitam a realização de outros objetivos na gestão do governo.

Pelo exposto acima, independente da área de atuação, mas, sobretudo quando se trata do lazer, é importante salientar a necessidade de criação de políticas públicas mais gerais, que contemplem outras áreas sociais, culturais e políticas, e que essas políticas articuladas estejam voltadas para o desenvolvimento humano, apesar de termos visto, na maioria das vezes, o lazer sendo utilizado como massa de manobra política ou como instrumento de controle social desconectado da realidade do país, servindo para garantir a manutenção do *status quo*.

No Brasil, as políticas públicas de lazer podem ser consideradas, como uma intervenção exercida por autoridades ou por agentes sociais e pelo Estado, porém, é importante não acreditar que somente uma área de investimento público irá solucionar todos os problemas da população.

A primeira política de intervenção brasileira no lazer surge no século XX com a criação dos jardins de recreio em Porto Alegre (com iniciativas do professor Frederico Gaelzer) e dos centros de recreio⁶ em São Paulo (com iniciativas do professor Nicanor Miranda), com o objetivo de prevenir a delinqüência juvenil, além de ser um local saudável que oferecia recuperação de energia para a classe trabalhadora por meio de espaços adequados para a leitura, recreação infantil e o descanso, além das quadras poliesportivas. (AMARAL, 2003)

Na década de 1930 o Estado Novo, instituído pelo então presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de incorporar o proletariado à sociedade, alicerçou iniciativas públicas para recreação, claramente vinculadas à expansão do capitalismo e o controle dos trabalhadores, para que os mesmos não questionassem as ações do governo. (AMARAL, 2003)

Para a mesma autora, na década de 1970, período de ditadura militar, o lazer ganha força tanto como política de intervenção, como disciplina acadêmica (recreação), embora privilegiando exclusivamente as atividades ligadas à educação física e ao controle do corpo, principalmente por que o regime militar fez uso do esporte para dominar a população e coagir a juventude estudantil e a classe trabalhadora, tendo sido desenvolvidos, nessa época, novos instrumentos mais precisos e diversificados, de descrição, avaliação e organização, pelos profissionais da educação física, dos usos do tempo do não trabalho adquirido pelos indivíduos. E ainda, em 1970, conforme Bramante (1997, p.137) surge “o primeiro curso de bacharel em turismo no país, cujo perfil profissional assemelha-se ao do campo do lazer.”

Nos anos 80 do século XX, o lazer aparece como uma prática e também como um campo de estudo, apesar de continuar sem haver, por parte de muitos governantes, o interesse em despertar no cidadão o valor crítico do lazer capaz de impulsioná-lo a questionar as causas das desigualdades socioculturais vivenciadas pelas classes trabalhadoras. (AMARAL, 2003)

Foi nesse período que a Constituição Brasileira (1988), pela primeira vez, considerou o lazer como um direito de todos, aparecendo em seu capítulo II (dos

⁶ Também chamados de “Praças de Esportes” e com sentido similar às “ruas de lazer”.

direitos sociais), no artigo 6, que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2002, p.12), já no título VIII (da ordem social), no capítulo III (da educação, da cultura e do desporto), na seção III (do desporto), o artigo 217, coloca que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um” e somente no § 3º o lazer é tratado da seguinte forma: “o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.” (BRASIL, 2002, p.132).

Assim, tradicionalmente, até pela forma como está expresso em nossa Constituição, o direito ao lazer e conseqüentemente as políticas públicas da área são geralmente apresentadas com um cunho assistencialista, o lazer como forma de minimizar os problemas sociais, justificado somente se estiver agregado a um outro conceito, como o lazer prevenindo doenças (lazer e saúde); o lazer como promoção social (lazer e assistência social); ou ainda ligado a diminuição da violência urbana (lazer e segurança), servindo unicamente para amenizar ou até mesmo resolver as mazelas impostas à sociedade.

O lazer pode até ser fundamental para a construção de um novo padrão de comportamento; entretanto, uma ação isolada pouco contribuirá nesse sentido, tendo em vista que é necessário que as atividades estejam inseridas em um processo de mudança de atitude e mentalidades dos seus participantes para que efetivamente ocorram transformações sociais.

Quanto a isso, Turino (2005, p.134-135) afirma que

Dar como solução apenas maior oferta de equipamentos de lazer não resolve o problema. São notórios os casos em que quadras esportivas, pistas de *Skate* ou salões sociais, construídos sem o necessário acompanhamento, sem programação dirigida ou manutenção permanentemente, antes de se transformarem em espaços integrados, são áreas que se degradam, tornando-se espaço de segregação, discórdia e violência.

Esse isolamento das ações no lazer acarreta também uma acirrada disputa pelo controle da agenda dessas áreas, objeto de prestígio e de poder local. Sem

falar que esses espaços acabam sendo excludentes, com freqüência de um público predominantemente masculino e adulto, os “donos do pedaço”.

O lazer deve ser entendido no sentido humanista como libertador, onde por meio de suas vivências, os sujeitos tenham a possibilidade de parar para refletir utilizando-se da alegria para isso, ou seja, entender o mundo através das brincadeiras, fantasias e jogos.

Entretanto, o lazer, talvez por ser um tema transversal, acaba tendo interpretações diversas e limitadas, de acordo com Marcellino (2002, p.13), isso ocorre por que

Grande parte da população ainda associa o lazer às atividades recreativas, ou a eventos de massa, talvez pelo fato de que a palavra tenha sido largamente utilizada nas promoções de instituições com atuação dirigida ao grande público.

Além disso, o mesmo autor ainda coloca que esse fato, é reforçado quando os meios de comunicação de massa divulgam as atividades separadamente, em verbetes consagrados como: teatro, cinema, exposições, esporte, entre outros, e não congregam todas elas como lazer, o que seria o mais correto.

O lazer, de acordo com Marcellino (1987, p.31), é entendido

[...] como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada e fruída), no “tempo disponível”. É fundamental como traço definidor, o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa.

Apesar dos problemas gerados pelo entendimento restrito do lazer ou pelo seu vínculo exclusivo com o esporte, e mesmo tendo sido deixadas brechas na Constituição para a criação de políticas públicas assistencialistas; essa nova abordagem do lazer, como direito, vem acarretando por parte do governo uma atenção especial, porém a escassa participação popular⁷ no processo de

⁷ “A participação da população nos rumos das políticas públicas é entendida como a intervenção constante e de oportunidade homogênea da população [...] almeja atingir a efetividade das tomadas de decisão, definindo diretrizes políticas em conjunto com a população, para depois torná-las práticas sociais concretas, bem como possibilitar à sociedade civil espaço para que fiscalize os destinos que o legislativo e o executivo dão as verbas públicas.” (AMARAL, 2003,

concepção, operacionalização e acompanhamento das políticas públicas faz com que essas políticas muitas vezes nem saiam do papel, e quando saem, são socialmente limitadas e pouco representativas.

Quanto ao vínculo exclusivo entre lazer e esporte Amaral (2003) coloca que isso surge pela necessidade que o Estado teve em ocupar o tempo livre dos trabalhadores com atividades saudáveis, as quais nos idos de 1930 a 1940 pautaram-se nas idéias de higienização social, quando as atividades de lazer deveriam promover experiências que a humanidade acumulou em diversas áreas, como: literatura, música, jogos, dança e artes; entretanto, na realidade o que se desenvolveu foi a prática de exercícios corporais e a orientação para a aquisição de hábitos saudáveis e higiênicos em relação ao corpo.

Além disso, de acordo com Bramante (1997), em 1957 foi criada a Associação Brasileira de Recreação como apêndice da Associação dos Professores de Educação Física do Rio de Janeiro, tendo uma ação destacada até meados de 1970. Cabendo ao Serviço Social do Comércio – SESC de São Paulo, apenas a partir da década de 1980, por meio da abordagem interdisciplinar com cunho multiprofissional sugerida por Joffre Dumazedier, em suas diversas consultorias para a área no Brasil, dar início a um processo de minimização do vínculo exclusivo do lazer como campo de atuação profissional dos professores de educação física. (AMARAL, 2003)

Atualmente, muitos profissionais de diversas áreas (Arte-Educação, Pedagogia, Turismo, Educação Física, Hotelaria, Psicologia, Sociologia, Terapia Ocupacional, Administração, Serviço Social, dentre outras) vêm estudando e atuando no campo do lazer, seguindo a abordagem interdisciplinar sugerida por Dumazedier e outros autores como Marcellino (1987), Werneck (2000), Isayama (2004), entre outros.

Entretanto, talvez pelo fato do lazer ser atualmente desenvolvido dessa forma multiprofissional, algumas pessoas ainda têm um pensamento errôneo de

p.41) Com isso, a população acaba por aceitar e internalizar que além dos direitos existem deveres cruciais em prol de se viver verdadeiramente em sociedade, onde os indivíduos se conscientizam e não depredam os espaços públicos, diminuem os gastos desnecessários, pois a partir desse momento eles se sentem realmente donos dos espaços e pertencentes a comunidade.

que não é necessário, para atuação na área, uma formação específica, perspectiva essa que deve ser mudada a todo custo para que ocorra realmente uma intervenção com qualidade.

Já com relação a participação popular nas decisões tomadas para a área, sabemos que é preciso mudar o quadro atual; entretanto para que isso ocorra é importante ampliar reflexões e ações fundadas nos benefícios que as experiências de lazer geram para a vida dos sujeitos, tanto na esfera pessoal, como social, cultural e política.

Para Bramante (1995, p.14)

Cabe à União o papel normatizador e facilitador da educação de todos os segmentos da população para que possam, nas experiências de lazer, descobrir possibilidades de desenvolvimento pessoal e de integração social.

Para superar problemas como desperdícios, mau planejamento dos espaços, falta de recursos humanos qualificados tanto para gestão quanto para a atuação, entre outros, devemos ter como pressuposto a participação coletiva na construção do conhecimento, na discussão, reflexão e avaliação das práticas de lazer, tendo em vista a elaboração de uma política de interesse comum.

Com isso, a educação para e pelo lazer (duplo aspecto educativo do lazer)⁸ pode trazer efetivamente a melhoria na qualidade de vida, a partir do momento em que ela gera o desenvolvimento integral dos cidadãos.

Já que segundo Pinto (1998, p.53)

[...] do ponto de vista do desenvolvimento pessoal, [o lazer] contribui para nos atualizar sobre nós mesmos, exercitando sentimentos, organismos, sonhos, músculos e nossa coordenação, apurando nossos mecanismos lógicos e técnicas de expressão corporal, conscientizando-nos sobre a expressão da

⁸ O lazer pode ser um veículo privilegiado de educação, quando mesmo cumprindo objetivos consumatórios ou objetivos relaxantes e prazerosos, contribui para a compreensão da realidade, e as atividades de lazer favorecem o desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos, por meio do reconhecimento das responsabilidades sociais, a partir do aguçamento da sensibilidade pessoal, pelo incentivo ao auto-aperfeiçoamento, pelas oportunidades de contatos primários e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade; Entretanto, para que esses sujeitos possam desenvolver-se por meio do lazer é importante conhecer todas as possibilidades (conteúdos culturais) e para isso é importante que esses indivíduos sejam educados (para o lazer), com o aprendizado, o estímulo, a iniciação aos conteúdos culturais, que possibilite a mudança do nível conformista para o crítico e criativo. (MARCELLINO, 2002).

nossa vida e uso do nosso corpo, restaurando energias, desafogando tensões, estimulando desejos, motivações e o aperfeiçoamento da nossa personalidade.

É verdade que mesmo que não se fizesse a conexão entre as diversas possibilidades de desenvolvimento geradas pelas vivências de lazer, coisa que seria impossível, tendo em vista a interdependência social, cultural e política, o lazer já seria imprescindível para a vida humana pelo seu caráter de desenvolvimento pessoal, tendo em vista gerar no indivíduo um acrescentamento à personalidade ao adquirir conhecimentos que lhe permitirá compreender, de forma diferente, determinados fenômenos, podendo influenciá-lo numa nova atitude frente a antigas questões.

Quanto ao desenvolvimento social, de acordo com Requixa (1980, p.51) é por meio dele que

O homem terá, então, meios para melhor compreender sua posição no grupo; na comunidade, na sociedade, em geral; para revestir-se de responsabilidades e discernir seu papel de participante, na realização dos objetivos maiores da sociedade.

Isso ocorre, por meio das múltiplas relações críticas e criativas, o autoconhecimento, o conhecimento do outro e conseqüentemente uma maior e melhor participação na comunidade e na construção do mundo.

Do ponto de vista da cultura, o lazer propicia espaços de experiências, além de valores éticos e estéticos, valorizando modos de vivências culturais e de expressão da criatividade.

Por fim, Pinto (1998, p.53-54) destaca a importância do lazer como desenvolvimento político do ser, tendo em vista que ele representa

[...] possibilidades de construção de alegrias e conquistas de direitos com consciência de deveres na realização de sonhos e na posse do tempo e lugar disponíveis na vida.

Assim, todos esses valores que podem ser gerados pelas vivências de lazer são responsáveis, juntos, por ações que têm a possibilidade de propiciar a autonomia e a cidadania, ou seja, a participação dos sujeitos na vida em

sociedade; entretanto isso só se concretiza no momento em que os cidadãos se conscientizam, num aprendizado contínuo, da importância, nessa prática educativa, das relações de resistência ao poder dominante e da valorização das reivindicações populares.

Pensando nisso, Pinheiro (2003, p.140) destaca que uma política pública realmente democrática seria aquela na qual todos os setores da população, já incluídos pelo princípio da universalidade, tivessem a possibilidade de controlá-la de forma direta e transparente. Isso implicaria a adoção de mecanismos de participação popular por meio dos quais, toda a população pudesse de fato participar da construção da política na totalidade de suas instâncias: planejamento, decisão, execução, fiscalização e avaliação, notadamente políticas dirigidas para setores específicos da população, situação na qual a participação direta dos beneficiários é fundamental.

Todavia, não podemos perder de vista que existem algumas limitações circunscritas à participação popular junto as políticas públicas, pois, Amaral (2003, p.90) aponta que

Muitas acusações estão presentes nos discursos de autoridades nacionais e internacionais, sendo as mais freqüentes: a de que o povo é incompetente, incoerente e irresponsável; o povo é conservador e preconceituoso; o povo é vulnerável aos grupos de pressão e influenciável pelos superorganizados; o povo é dominado pelas paixões e pela tirania da maioria.

Contudo, não devemos ser derrotistas e esquecer que se por um lado a participação popular pode significar um espaço para que entidades populares disputem o controle e a destinação de verbas públicas, tendo em vista o exposto acima, por outro lado ela pode ser um meio de legitimar a política do Estado diante da população; basta que para isso, haja uma educação capaz de tornar os sujeitos mais participativos nos processos de construção dos projetos da sua comunidade.

Além da pouca participação popular na formulação e controle de políticas públicas de lazer, outros problemas surgem no tocante a essa temática, como: os poucos recursos financeiros dos orçamentos públicos destinados a área, isso

reflete em má distribuição dos equipamentos que acabam quase sempre valorizando somente as questões relacionadas aos interesses físico-esportivos⁹; os recursos humanos quase sempre sem qualificação e escolhidos em alguns municípios de acordo com a preferência partidária é outro fator que interfere diretamente na qualidade de uma política pública da área.

Para Marcellino (2000, p.130)

Já está na hora de que os discursos de campanha de um lazer emancipador, sejam acompanhados de verbas e infra-estrutura, e de atuação profissional, compromissada politicamente sim, mas com competência e “profissionalismo”.

Aliado a esses fatores Miranda (2001, p.08) lembra que cada vez mais acabamos por verificar que as políticas sociais no país constituem mecanismo de reposição da força de trabalho, onde o lazer serve muitas vezes para que o trabalhador possa repor os desgastes ocorridos no trabalho. A mesma autora ainda lembra que essas políticas muitas vezes são políticas de “programas” sempre com caráter clientelista e burocrático, onde a assistência dada para esses programas variam de acordo com os arranjos políticos.

Essas questões se agravam quando não se têm bons mecanismos de gerenciamento, por parte do Estado, dos projetos desenvolvidos, aliado a falta de mobilização social em exigir do governo ações consistentes para o setor, já que a comunidade não está preparada para cobrar o desenvolvimento de intervenções que gerem mudanças de atitudes, possibilitando o lazer como expressão da alegria humana para que esse indivíduo possa conquistar sua liberdade e autonomia. Nesse sentido não se pode perder de vista o contexto mais amplo no qual as políticas setoriais de lazer estão inseridas.

Embora não haja políticas públicas federais consistentes, levando em conta que o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, implementado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, do Ministério do Esporte, ainda não pode ser considerado uma política pública de alcance nacional, principalmente por ter sido implantada há pouco mais de três anos, ainda encontra-se em experiência, abrangendo poucas cidades

⁹ Toda atividade onde prevalece o movimento ou o exercício físico (prática, contemplação e informação).

contempladas atualmente, entretanto, ao longo dos anos o setor público municipal vem desenvolvendo ações pontuais, trabalhando numa perspectiva mais crítica, tendo muitas vezes como eixo central a democratização dos espaços e oportunidades de lazer para a população em geral, entendendo esta questão como uma das prioridades de governo.

Nesse sentido, Maia (2003, p.88) sugere que sejam desenvolvidas políticas públicas

na perspectiva de o Estado atender às demandas sociais, portanto, são expressão de compromisso do poder público perante a sociedade, compromissos estes que devem ultrapassar os palanques eleitorais, os programas de campanhas dos candidatos e ser concretizados na prática social real. É mediante as políticas públicas que são distribuídos os bens e serviços públicos, minimizando as diferenças econômicas e socializando os direitos sociais.

Assim, apesar de serem poucas as ações na área do lazer, alguns estudos anteriores nos mostram caminhos já trilhados no intuito de formular políticas públicas de lazer coerentes.

Entretanto, é importante salientar que não existem, em políticas públicas, receitas prontas e acabadas. Maia (2003, p.91) coloca que é necessário levar em consideração vários fatores como a diversidade cultural, a vontade política dos gestores públicos, a capacidade de envolvimento do quadro profissional, os recursos financeiros e os materiais, os equipamentos disponíveis, além do saber fazer, onde o fazer político pedagógico coerente implica na construção do desenvolvimento do indivíduo.

Marcellino (1996, p.39) nos aponta nesse processo de intervenção um plano geral de ação, onde há a necessidade de conhecer a situação atual do local, ou seja, saber qual a realidade, os interesses e as aspirações da população; como se dá a participação da comunidade no planejamento, na organização e na avaliação das ações; a verificação de integração com órgãos e instituições locais, quer em busca de apoio político, ou de recursos para manutenção e ampliação da ação; além da preocupação com a formação e atualização de quadro para atuação na área, sobretudo o voluntariado, tendo em vista que ele é peça

fundamental em todo o processo, mas principalmente na fase de sensibilização, buscando a participação de lideranças locais e muitas vezes esses indivíduos se disponibilizam até na divulgação de experiências compartilhadas em suas realidades.

Além disso, no processo de intervenção é necessário minimizar riscos decorrentes da atuação de “especialistas” que muitas vezes tendem a valorizar suas próprias preferências; além da atuação de ações institucionalizadas, cumprindo apenas os objetivos e interesses da instituição envolvida.

Para isso Marcellino (1996) recorre a Requiça para explicar como a ação comunitária pode influenciar de forma positiva na formulação de políticas públicas da área, tendo em vista que a ação comunitária é

um trabalho socioeducativo que consiste numa intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade, sensibilizá-las para a mobilização e coordenação de lideranças e predispô-las para a ação que vise o encaminhamento de soluções daqueles problemas, ou a tentativa de realização de aspirações relacionadas com a comunidade como um todo. (REQUIXA, 1973, p.09)

Segundo Marcellino (1996, p.39) a ação comunitária pode ser considerada como uma alternativa operacional dentro de políticas de ação, principalmente quando a Instituição que formula a política não quer ver sua ação confundida ou reduzida à da chamada indústria Cultural.

O mesmo autor divide em três momentos interligados o processo de intervenção para a área do lazer, chamando-o de plano geral de ação, onde a primeira fase

é a da *deflagração* propriamente dita, caracterizando-se pela ação sensibilizadora, levantamento de necessidades e possibilidades de intervenção, definição de objetivos condutores da ação, seleção de instrumentos e intervenção e realização de *atividade impacto*. A ação dos técnicos está presente com muita intensidade, no planejamento, organização e execução, buscando estimular e coordenar as iniciativas detectadas na análise da situação. (MARCELLINO, 1996, p.40-41)

Nessa fase é importante que sejam realizados levantamentos das necessidades da comunidade atendida, averiguações sobre a provável vocação para o lazer, além da história da identidade cultural local.

Aqui acontece o início da intervenção propriamente dita junto à comunidade, onde o primeiro passo é a realização dos contatos iniciais com os líderes (formais e não-formais) para esclarecer os objetivos e como será desenvolvida a ação, desde os preparativos até a realização da “atividade impacto”, garantindo a capacitação de animadores socioculturais, e por fim, avaliando para ajustar para as próximas vivências, a chamada ação continuada.

Quanto ao segundo momento, Marcellino (1996, p.41) diz que é uma fase

marcada pela *avaliação* dos *resultados* da ação, geralmente ocorridos, no que pode ser denominado de período de carência. Aqui, a intensidade da ação dos técnicos já é menor, mas continua presente, buscando o levantamento de resultados e sua efetivação.

Com relação a essa avaliação podem ser gerados dois grupos de resultados, os chamados de respostas que, segundo o autor estão intrinsecamente ligados aos objetivos da ação, já são previstos no projeto e precisam geralmente de acompanhamento técnico para a continuidade do processo; e reflexos, os que independem de acompanhamento, já que são assumidos pelos grupos ou sujeitos, eles podem não estar previstos no planejamento.

É a partir de então que se percebem os resultados alcançados; se estavam condizentes com os objetivos estabelecidos, para só depois entrar na fase de continuidade.

Por fim, a terceira e última fase que

caracteriza-se como *continuidade* da ação, com a retomada dos resultados dependentes de acompanhamento, num período de *sedimentação*, onde é exigido acompanhamento direto, necessário à consolidação do processo, tendo em vista o alcance do estágio de *autonomia*, onde o acompanhamento será levado a efeito, a título de *reciclagem*. (MARCELLINO, 1996, p.41)

Esse processo de intervenção só tem sentido, de acordo com Paiva (1996, p.52) se

[...] independente dos caminhos traçados, tenha desenvolvido nas pessoas o desejo e a capacidade de participar e construir, de forma coletiva, seus desejos e aspirações, que num primeiro momento passarão pela esfera do lazer mas, em fases posteriores, poderão abranger outras áreas de interesse, dependendo da própria vontade da comunidade.

Já Bramante (1995, p.14-15), quando fala em formulação de políticas públicas de lazer lembra, também, da necessidade de considerar estratégias como a busca da participação comunitária que auxiliará no diagnóstico da realidade local, contribuindo para a tomada de decisões; selecionar e desenvolver o pessoal técnico e os agentes voluntários que darão sustentação à execução da política, bem como, servirão para disseminar a prática dos diversos conteúdos culturais, visando contribuir com a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos daquela comunidade; promover encontros de formação e atualização profissional, para disseminar conhecimentos da área do lazer, bem como orientar o corpo técnico sobre a política setorial a ser implantada.

Em ambos os processos para nortear a formulação de política pública de lazer discutidos anteriormente, tanto no proposto por Marcellino (1996), como em Bramante (1995), notamos a preocupação com a questão da participação popular, da chamada ação comunitária, envolvendo a mobilização e a organização de grupos sociais, tendo em vista a importância da participação comunitária desde o diagnóstico; passando pelo encaminhamento de soluções, já que a comunidade é motivada a conhecer e analisar seus principais problemas, na perspectiva de buscar soluções; e finalizando com a avaliação da ação, criando possibilidades de promover debates que gerem reflexões sobre essas mesmas políticas, com o intuito de formar um projeto democraticamente coletivo, de forma qualificada e consciente.

Para Maia (2003, p.90) essa participação comunitária pode acontecer de várias maneiras, tanto pela participação em conselhos constituídos, conferências públicas, orçamento participativo ou com base em uma metodologia de intervenção que favoreça a aproximação da comunidade em planejamentos,

execução e avaliação das propostas desenvolvidas pelo poder público municipal ou estadual.

Ainda para o mesmo autor, esse processo favorece a decisão mais próxima da realidade, amplia a transparência administrativa, além de contribuir com uma maior integração entre os diversos setores administrativos do governo.

Com essas explanações verificamos que é necessário buscar a adequação das experiências vividas às necessidades e aos anseios da população, de forma a estimular a participação de todos, colocando o cidadão no centro das decisões, incentivando o indivíduo para participar como organizador, como autor, e não somente como consumidor.

Dessa participação da comunidade nas discussões acerca dos problemas sobre lazer, Matos (2001, p.130) destaca a importância dos debates na área, tendo em vista que

Implementar um projeto em determinado espaço com uma linguagem ou modalidade esportiva que tenha pouco significado para os moradores da área onde acontecerá o projeto; ou fazê-lo acontecer em dias da semana ou em horários do trabalho, de estudo, das obrigações religiosas, afazeres domésticos, que são normalmente diferenciados de um grupo social para outro, impõem a necessidade de conhecer-se profundamente costumes, interesses e aspirações daqueles que serão beneficiados pelos projetos, uma vez que existem enormes diferenças mesmo dentro de um bairro.

Entretanto, o que acontece geralmente é a imposição de determinadas programações e horários, definidos em função da disponibilidade dos técnicos sem que o público alvo seja consultado.

Notamos com isso, mais uma vez, a importância das propostas de participação popular nas decisões e planejamentos das políticas municipais de lazer; contudo, não se pode esquecer que em muitas cidades, essas propostas não se concretizam ou não passam de intenções em momentos de campanha eleitoral, dificultando uma perspectiva crítica do indivíduo que possibilite que esse cidadão conheça, entenda e analise a vida como um todo.

Outra preocupação encontrada em ambos os processos, acima citados, é a questão da formação e qualificação dos recursos humanos como um fator

importante para implementação de uma política pública democrática e participativa: o aumento da capacidade técnica, tanto dos profissionais quanto dos gestores, além do aperfeiçoamento e a atualização constante dos profissionais e dos voluntários, o saber priorizar investimentos e a habilidade de tratar o público.

Ainda com relação à qualificação profissional, é importante lembrar que há necessidade de se ter competência técnica e política para efetivar os anseios e as expectativas da população, sendo importante que o profissional do lazer que atua nessas ações possa ser um mobilizador junto à comunidade, devendo contribuir com a ampliação do conhecimento dos indivíduos sobre os interesses culturais do lazer, além de favorecer no planejamento, ouvindo a população e criando junto com ela atividades contextualizadas com sua realidade; na execução, não somente para, mas com a comunidade atendida; e na avaliação das ações junto aos cidadãos.

Por fim, quando pensamos em políticas públicas de lazer é importante questionar as políticas geradas nos gabinetes das secretarias sem que elas estejam preocupadas com o desenvolvimento real dos indivíduos, já que na maioria das vezes, essas políticas têm a função de possibilitar o descanso ou o divertimento levando em conta somente a política do pão e circo, como paliativo descontextualizado das questões sociais que interferem diretamente na qualidade de vida e conseqüentemente no desenvolvimento humano das comunidades.

Assim, para a formulação de políticas públicas de lazer pressupõe-se que se deve perceber e identificar os diferentes atores e os interesses que se apresentam na disputa por determinado conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que serão os balizadores de uma nova política da área.

2.1.2 POLÍTICAS MUNICIPAIS DE LAZER: experiências norteadoras de futuras ações

Ao tratar de políticas públicas municipais de lazer vale destacar que no Brasil, a cidade de Porto Alegre (RS), desde 1926, disponibiliza serviços de recreação pública e espaços qualificados para o lazer esportivo. (RODRIGUES, 2003)

Ao longo do século XX, sobretudo em suas duas últimas décadas, municípios como: São Paulo (SP), Florianópolis (SC), Belém (PA), Caxias do Sul (RS), Belo Horizonte (MG), Piracicaba (SP), São José dos Campos (SP) e Diadema (SP), entre outros, vêm desenvolvendo importantes experiências na elaboração e execução de políticas públicas na área¹⁰.

Discutir essas experiências é importante, pois possibilita um maior aprendizado, permitindo um melhor entendimento sobre as administrações públicas municipais numa perspectiva mais humana e solidária, onde o lazer pode ser visto como campo privilegiado gerador de questionamentos capazes de transformar a vida dos cidadãos.

Pois, como nos lembra Marcellino (1996, p.26)

[...] é particularmente no tempo do lazer que são vivenciadas situações geradoras de valores que poderiam ser chamados de “revolucionários”. São reivindicadas formas de relacionamento social mais espontâneas, a afirmação da individualidade, a convivência com, ao invés do domínio sobre a Natureza. Falar no caráter “revolucionário” do lazer implica em sublinhar mudanças ou questionamentos de valores, que vêm ocorrendo pelo “revolver” de uma estrutura temporal e espacialmente coercitiva, no cotidiano das pessoas. Gente comum, bem distante do que se poderia caracterizar como “classe ociosa”, que trabalha, luta para trabalhar, mas que também faz questão de preservar a alegria, na maioria das vezes, impossível no ambiente de trabalho, pela rotina, pela exploração, etc.

Entretanto, esse não é um papel fácil de ser visualizado nas políticas públicas municipais, principalmente pelos problemas tradicionalmente existentes nas administrações estatais, como o nepotismo, o clientelismo, os favores devidos pelos eleitos, entre outros.

Assim, fica difícil colocar em prática o que Crisan (2001, p.59) define como papel das políticas públicas que é o de gerenciar as desigualdades sociais e promover um salto qualitativo nos padrões de vida de toda a população.

De acordo com Vaz (2001, p.95)

10 Os relatos das políticas públicas de lazer dos municípios acima citados estão disponíveis para consulta em Marcellino (1995), Marcellino (1996) e Marcellino (2001).

A prática de atividades [de lazer] deve ser um direito de todos, um vetor da afirmação cultural e de cidadania. Dessa maneira, da mesma forma que teremos políticas públicas para os atletas de elite, também deveremos tê-las para todas as camadas da população, inclusive aquelas tradicionalmente marginalizadas.

Essa, pelo menos, deveria ser a linha para pautar todas as ações do poder executivo em qualquer área de atuação, não somente a do lazer. Entretanto, não é isso que verificamos nas políticas públicas da maioria das prefeituras, quando elas saem do papel.

Com o intuito de melhor compreender como deve ser desenvolvida uma política pública municipal de lazer, corroboro com as idéias de Cruz (2001, p.91) quando o autor coloca:

[...] minha referência será uma concepção de política diferente daquela que foi constituída pelas elites brasileiras, que incutiram no senso comum que política é uma atividade nefasta, mas necessária, que corrompe e que por ser muito complexa, exige a ação de especialistas: os políticos.

Apesar do quadro negativo que estamos vivendo em termos da política representativa brasileira, devemos entender a política como ação necessária para organização da vida em sociedade e que nem todo o político é desonesto.

É preciso pensar em políticos comprometidos com o povo, que falem o que pensam, que utilizem o discurso crítico e não o politicamente correto (muitas vezes mentiroso), isto é, que as palavras tenham o verdadeiro sentido original.

O autor fala ainda sobre o público, no sentido de ser do povo:

Da mesma forma, no que diz respeito ao que é público, ou no referente à relação entre Estado e sociedade, centrarei a análise a partir da compreensão de que o Estado que temos precisa tornar-se público, que os governos precisam pensar na *desprivatização* do Estado e atuarem no sentido de publicização dos planos e das ações, isto entendido como a criação efetiva de mecanismos eficazes de controle do Estado e dos governos pela sociedade conscientemente organizada. [...] governar para todos com real participação da maioria da população, respeitando os interesses e as necessidades dessa maioria. (CRUZ, 2001, p.91)

Nesse sentido, o autor coloca o público como o concebido pelo Estado, mas envolvendo esforços significativos de amplos setores da população que

lutam pela mudança do *status quo*, como já foi visto anteriormente de forma mais detalhada.

E especificamente sobre o lazer o mesmo autor escreve como entende o lazer.

[...] Não esse lazer com dia, hora, atividades e local marcado. Não esse lazer para combater o estresse de um dia exaustivo de trabalho que se repetirá no amanhecer seguinte. Nem esse lazer muito em moda, que pode ser usufruído pelos poucos brasileiros que chegam ou que poderão chegar á aposentadoria em condições de saúde para então, gozarem a vida. Trata-se, pois, de compreender o lazer como uma demanda social de primeira necessidade. [...] que deve ser alvo de atendimento por parte do Estado com o intuito de garantir o bem-estar das populações. (CRUZ, 2001, p.91)

Além disso, essa é a esfera da vida que oferece mais oportunidade, às pessoas, de experimentar uma agradável e divertida estimulação das suas emoções, podendo ser partilhada com outros e desfrutada com aprovação social. (TURINO, 2005)

Analisando a política pública de lazer dessa perspectiva e lembrando que, via de regra, o lazer é focado parcialmente, ou seja, em um dos seus conteúdos culturais, Marcellino (1996) chama a atenção para alguns aspectos que devem ser levados em consideração com relação à formulação de políticas para atuação na área.

Dentre eles, a abrangência do lazer e seu entendimento, quase sempre, parcial e limitado, associando-o apenas a experiências individualizadas, e aos valores de descanso e divertimento, também importantes, mas deixando de fora o valor de desenvolvimento que ele pode proporcionar, o que acaba por restringir o conceito e os conteúdos a determinadas atividades; isso acaba por dificultar o estabelecimento de ações específicas.

Um outro fator é a necessidade de se compreender a totalidade das relações sociais e não somente o lazer como questão isolada das outras esferas sociais. É importante destacar que o desenvolvimento humano sugerido nessa concepção de lazer só poderá ser alcançado se todas as esferas da vida humana

forem trabalhadas juntas; não se pode esquecer, por exemplo, da importância do trabalho, da educação, da saúde, entre outras esferas, na vida dos sujeitos.

E por último, a compreensão da relevância da problemática do lazer nos centros urbanos, sua “ressonância social” que geralmente só é constatada em observações, já que é muito difícil que a população em geral verbalize esse tema como constituinte de sua vida, o que leva a falsa impressão de que o lazer não é importante para a população.

De acordo com Marcellino (1990, p.207) é interessante observar que pesquisas de opinião realizadas por alguns veículos de comunicação acabam revelando a importância que o lazer tem na vida dos sujeitos nas grandes cidades; entretanto a sua “ressonância social” é diferente da dos chamados temas sérios.

Esse fato se deve em grande parte pela supervalorização que o trabalho ganhou ao longo dos tempos, principalmente após a Revolução Religiosa no século XVI, gerando conseqüentemente a marginalização do lazer.

Levando em conta todos esses aspectos, de acordo com Marcellino (1996, p.27), é ampliado

[...] ainda mais o leque das discussões do papel da Administração Pública, com relação à formulação de Políticas de lazer, e que vem se manifestando, na grande maioria de nossas cidades, pela ausência, ou falta de identidade, sendo substituídas pelos “calendários de eventos”, ou “pacotes” baixados dos gabinetes “técnicos”.

Para minimizar esses problemas a Administração Pública Municipal deve estar atenta para algumas questões do lazer que transcendem os executivos municipais, garantindo uma aliança entre o poder executivo, o legislativo e a sociedade civil, no intuito de incentivar e participar de discussões e ações sobre temas como, redução da jornada de trabalho, forma de ocupação do solo, entre outros, junto a universidades, federações, ligas, clubes, ONGs e envolvendo, também, profissionais do lazer, atletas, líderes comunitários, estudantes e a comunidade em geral.

Algumas discussões vêm ocorrendo nos âmbitos federal, estadual e principalmente no municipal, onde, na perspectiva de ampliar a participação popular, são desenvolvidos espaços como a conferência do esporte (nacional, estadual e municipal), o orçamento participativo, fóruns e conselhos de esporte e lazer, no intuito de estabelecer locais contextualizados, que envolvam os cidadãos para debater sobre a cidade, buscando soluções para seus problemas.

A formulação de políticas públicas municipais de lazer que, às vezes, é tão facilmente visualizada pela academia, nem sempre é acessível de ser implantada pelos governos municipais. Isso ocorre, por diversas causas, entre elas: a ausência de uma proposta conectada entre a política geral do partido e a política empregada pela Secretaria da área; a ausência de articulação entre as diversas secretarias; e a falta de quadros preparados para atuação.

O problema de desacordo entre a política geral do governo e a da secretaria ocorre, principalmente, em virtude da necessidade que os governos têm em acomodar politicamente os aliados de outros partidos na composição do secretariado, que nem sempre são técnicos qualificados, mas que se juntaram no sentido de ampliar suas bases.

Assim, não é difícil verificar atritos entre as equipes, principalmente entre os dirigentes – sem conhecimentos técnicos, mas com formação política – e os profissionais de carreira dos municípios – com conhecimentos técnicos, mas sem formação política.

No caso específico da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação – SEME, da prefeitura de São Paulo, gestão (1989-1992), Cristan (2001, p.66) coloca que

[...] a nomeação de diretores de unidades como centros educacionais esportivos sem preparação técnica específica para os cargos que ocuparam, adicionados ao fato de que os critérios de seleção do pessoal – nem sempre muito claros – deveriam estar respaldados no perfil de pertinência à classe trabalhadora metamorfoseada pela massa militante do partido, sindicatos e movimentos sociais, gerou uma situação onde emergiram as primeiras diferenças dentro da administração da SEME.

Esse caso nos mostra que é preciso, também, desenvolver quadros para o trabalho dos dirigentes, tanto dos Secretários dos estados e municípios, como os dirigentes intermediários, responsáveis pela gestão das políticas públicas, fomentando pessoas que sejam capazes de pensar o lazer além de suas necessidades mais imediatas.

No entanto, o que geralmente acontece é que se tem servidores não qualificados que servem apenas como executores; são os tarefeiros que rotinizam suas funções dentro de um modelo criado pela instituição, sem que haja o seu envolvimento no planejamento, tendo em vista que as ações são elaboradas nos gabinetes apenas pelos técnicos.

Outro problema inerente à relação interpessoal acontece pelo fato de não existir, no setor público para o campo do lazer, diretrizes e denominações específicas para a atuação dos profissionais “de carreira”, acarretando disputas com os apadrinhados políticos e dificultando, na maioria das vezes, a adesão dos primeiros aos programas com filosofias de trabalho diferentes da exercida até então. (CRISTAN 2001)

Já a falta de conexão entre as diversas secretarias é um problema até mais difícil de ser sanado, tendo em vista que o lazer perpassa por diversas áreas (secretarias) estando suas ações fragmentadas em diversas pastas como Esporte, Cultura, Turismo e Ação Social, além de necessitar, para o desenvolvimento de algumas ações, do apoio de áreas como Educação, Saúde, Transporte e Meio Ambiente.

Para alguns autores como Marcellino (1987), Bramante (1992), entre outros, as políticas públicas de lazer devem ser entendidas como políticas de Estado ou pelo menos com o desenvolvimento de ações transversais, com articulações intersetoriais entre as diversas secretarias que compõem o governo.

Com isso, Matos (2001, p.119) afirma que

O direito ao lazer significa mais do que ações específicas, mas uma rede de serviços para possibilitar o acesso digno à sua vivência: emprego, saúde, educação, transporte, infra-

estrutura urbana, dentre outros. Significa possibilitar condições de realização global de viver dignamente.

As ações articuladas entre as secretarias formariam um conjunto de atividades com vistas a garantir uma melhor qualidade de vida para a população em geral, sendo intervenções críticas e criativas com a participação de todos e não somente das classes dominantes ou das classes oprimidas.

Ao invés disso, via de regra, as secretarias acabam por apenas oferecer eventos passageiros, elitistas, discriminatórios e onerosos, sem ter nenhum reflexo social, acabando por reforçar as desigualdades existentes.

Além dessa desarticulação das secretarias, a falta de preparo dos quadros sejam dirigentes, profissionais ou voluntários, é outro fator de extrema importância que influencia na formulação das políticas municipais no campo do lazer, onde, é esperada uma política de recursos humanos que vise qualificar o pessoal, por meio de cursos para aprimoramento técnico com a formação continuada de base humanística.

Sobre isso, Matos (2001, p.132) reconhece que os diversos atores – profissionais e voluntários – envolvidos no processo de formação devem ser reconhecidos como agentes do processo e valorizados como sujeitos de suas ações, e

que ninguém é dono do saber e nem existe uma verdade única, mas a construção dos saberes se constrói num ir e vir incessante entre as diversas áreas do conhecimento sistematizado e do vivido, daí surgindo novas sínteses e a construção de novos conhecimentos.

Assim, é imprescindível a formação e qualificação permanente dos recursos humanos para atuação no campo do lazer.

2.2 FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: buscando referências para a discussão

Toda e qualquer idéia sobre formulação de políticas de lazer, sejam elas públicas ou não, necessariamente implica num pensar sobre a formação profissional e em processos de qualificação permanentes, isso permitirá uma

prática mais próxima da dialética onde o lazer é fruto da sociedade e incide sobre ela como gerador de novos valores que a contestam.

A formação profissional é entendida, segundo Ramalho et al (2004, p.84) como

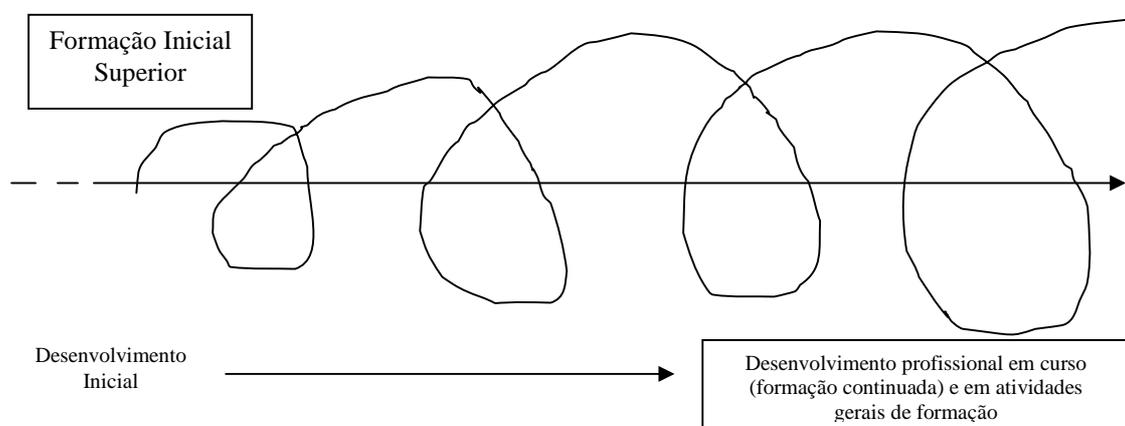
O processo permanente de aquisição, estruturação e reestruturação de condutas, saberes, habilidades, ética, hábitos inerentes ao desenvolvimento de competências para o desempenho de uma determinada função profissional.

Quando falamos sobre formação profissional nos referimos a uma formação permanente que tem início com a graduação, mas não deve parar nela, além de sofrer influências das experiências pré-profissionais¹¹.

Os autores colocam que

Metaforicamente, podemos imaginar um esquema espiralado crescente para representar como as competências se relacionam com o desenvolvimento profissional, norteados inicialmente pelo processo formativo inicial [graduação], ponto de partida da profissionalização, revelando como elas devem ir surgindo como um recorte que se amplia e se desenvolve de forma contínua, sucessiva. (RAMALHO et al, 2004, p.85)

Como exemplo, os mesmos autores nos mostram o que por eles é denominada de ilustração da formação de competências no desenvolvimento profissional.



¹¹ Experiências desenvolvidas antes do ingresso nos estudos de nível superior.

A formação profissional aqui defendida é aquela articuladora da teoria com a prática. Apesar de que, nas universidades, via de regra, essa formação acaba sendo gerada de forma dicotomizada, havendo uma clara divisão entre teoria e prática, onde inicialmente (primeiros anos) são trabalhadas somente as questões teóricas, sendo deixado o desenvolvimento prático para os últimos semestres; essa desarticulação provoca, muitas vezes, o sentimento de que os discursos não correspondem às propostas praticadas.

Concordamos com Werneck (2000, p.146) quando diz

Anseio pelo profissional que, fundando-se na sua *práxis*, pensa sobre os sentidos de sua ação, interrogando-se sobre possíveis alternativas para determinadas situações, planejando e avaliando os resultados alcançados coletivamente. Cultivar o sentido de uma comunidade que existe enquanto se busca o gosto por uma sociedade alicerçada na discussão e no respeito à diversidade.

A prática social real na área do lazer é o espaço privilegiado para a formação das competências necessárias ao início do exercício da profissão dos chamados animadores socioculturais. É a partir dessa prática que os profissionais são capazes de refletir e de produzir conhecimentos sobre o seu trabalho.

Conforme Linhares (1996, p.39)

Tomar a prática vivida pelos alunos como o ponto inicial do planejamento e da implementação do ensino parece, assim, ser algo que precisa ser feito, e bem feito. [...] Embora tal princípio esteja sempre presente no discurso acadêmico, sua aplicação ainda é insatisfatória.

Além disso, a reflexão da prática acaba sendo insuficiente quando não se dispõe de recursos metodológicos e teóricos que permitam uma nova *práxis* profissional.

É preciso, contudo, prestarmos atenção para o fato de que, muitas vezes, “a relação entre a consciência prática e a ação é tão forte que agimos de forma rotineira sem nos darmos conta das coisas que realizamos.” (BENINCÁ E CAIMI 2002, p.21)

Defendemos com isso, que a formação profissional não deve estar limitada somente ao domínio do conhecimento, mas necessita também de uma reflexão ética sobre o uso desses conhecimentos.

Fávero (1996, p.66) ainda nos afirma que

Aceitar a formação profissional como um processo significa aceitar, também, que não existe separação entre formação pessoal e profissional. Implica reconhecer que não há uma formação “fora” de qualquer relação com os outros, mas “dentro” da relação com a realidade concreta. Mesmo a autoformação pelo estudo e a reflexão individual não deixam de ser uma forma de confronto de experiências vivenciadas por outros.

Outra reflexão é necessária quando falamos sobre a formação das competências necessárias a atuação profissional, pois, Ramalho et al (2004, p.84) afirma que

Delimitar as competências a serem trabalhadas na formação inicial possibilita criar uma referência comum para os formadores dos futuros profissionais e pode orientar os futuros profissionais no próprio processo da sua formação [...] Essas competências são declaradas desde o início e norteiam o processo formativo.

Assim, a formação, seja ela na área do lazer ou não, deve expressar as competências necessárias para o início de uma atividade profissional, procurando revelar as peculiaridades do conhecimento (saberes, habilidades, competências, atitudes, etc) da profissão.

Juntamente com a formação inicial, há ainda a chamada educação continuada, também importante, principalmente no papel de atualização profissional.

A educação continuada nos conduz para um entendimento de que essa formação é imprescindível na vida profissional dos sujeitos. De acordo com Benincá e Caimi (2002, p.102-104) ela se processa de três formas:

a) Processo informal e espontâneo: refere-se ao conhecimento do senso comum e sua expressão mais significativa manifesta-se na consciência prática. Por ser espontâneo, não se rege por um método qualquer e o conhecimento dele resultante geralmente é visto como superficial e apresenta-se de forma fragmentada. [...] Por outro lado, a educação informal garante a formação para o

sistema vigente, ou seja, da educação para o consumo, para o passivismo e para o mercado.

b) Instituições de ensino em busca de cursos de atualização, como palestras, seminários, especializações, mestrado e doutorado. [...] É preciso reconhecer que a constante produção de novos conhecimentos e a dinâmica inerente à realidade social e cultural desatualizam rapidamente o professor [profissional] que não tiver método próprio de investigação e ambição de buscar novos conhecimentos.

c) Projeto de pesquisa “A relação teoria e prática no cotidiano dos professores” que trabalha com o método da práxis pedagógica, caracterizando-se pela autoformação e formação coletiva.

É importante destacar que a formação profissional é ampla, sendo desenvolvida a partir da universidade, mas não é um processo exclusivo dela, indo desde a incorporação dos valores e sentimentos pessoais e que estruturam a comunidade até a análise técnico-metodológica e sócio-política da ação pessoal, contemplando a formação inicial, a continuada, além da formação de vida, que engloba a autoformação.

Além da formação profissional (inicial e continuada), desenvolvida a partir da graduação (acadêmica), responsável por fornecer um conjunto de ferramentas para interpretação, avaliação e análise de um conhecimento, ao desenvolver capacidades críticas nos formandos, outras ações podem e devem ser realizadas no sentido de capacitar indivíduos na busca de garantir pessoal qualificado, permanentemente, para atuação em diversas áreas.

Essa qualificação acaba sendo uma atividade muito específica, porém importante; ela se concentra na aplicação detalhada de habilidades práticas; geralmente, é específica de um setor e procura equipar os sujeitos (profissionais e voluntários) com habilidades definidas e claras para a obtenção de um objetivo determinado.

A qualificação profissional não deve ser pautada em um pequeno conjunto de possibilidades, seleção essa decorrente de determinadas valorizações e relacionada apenas aos conteúdos e crenças de um determinado grupo dominante.

Pelo contrário, o que deve ser considerado importante de ser ensinado e aprendido é o que significa uma resposta as necessidades e interesses

historicamente situados, de forma que possibilite a emancipação de cada indivíduo em nossa sociedade.

E ainda, como nos mostra Linhares (1996, p.39) temos que considerar “a cultura de origem e a experiência de vida do aluno como pontos de partida de uma prática pedagógica voltada para os interesses dos setores populares.”

Isso, na perspectiva de qualificar cidadãos pensantes, que buscam continuamente novos caminhos e não de máquinas que repetem automaticamente os mesmos movimentos. Para com isso, de acordo com Fávero (1996, p.56),

[...] mais-que habilitar [pessoas] para atuar como profissionais no mercado de trabalho, [a qualificação] deve formá-los para influir sobre a realidade onde vão atuar, numa perspectiva de mudança; a partir de uma visão crítica da realidade.

O essencial, portanto, no campo do lazer, é que sejam trabalhadas, tanto a formação quanto a qualificação, no intuito de desenvolver sujeitos comprometidos com o processo de construção do saber, que assumam uma atitude reflexiva face aos processos sociais e às contradições do meio em que atua.

2.2.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL: caminhos propostos para a atuação em lazer

Para superar os problemas existentes no campo do lazer, devem ser trabalhadas várias áreas, entre elas a formação dos profissionais e voluntários que nele atuam, e essa formação não pode ser considerada um modelo acabado. Além disso, é necessário criar programas de formação continuada, com acompanhamentos permanentes para garantir continuidade e eficiência no desenvolvimento desse pessoal, permitindo o surgimento de novas idéias e pensamentos, capazes de suscitar dúvidas que nos retirem de posições acomodadas.

Nesse sentido, na perspectiva de democratização e participação cultural crítica e criativa do lazer verificamos a necessidade de oportunizar estratégias de ação no intuito de se trabalhar políticas de lazer junto com a comunidade,

buscando nos seus anseios à liberação do ser de cada indivíduo, permitindo que cada um encontre o melhor de suas potencialidades, na perspectiva de alargar seu potencial crítico-reflexivo e criativo para lidar com as barreiras que dificultam a realização do desenvolvimento humano coletivo.

Segundo Dumazedier (s/d) para que a democratização das atividades voluntárias de lazer não trate apenas de realizar ações para o benefício dos trabalhadores, é importante organizá-las na perspectiva de igualar as condições de oportunidade de acesso de todos a cultura, tendo em vista que muitas vezes esse acesso não é oportunizado pelo trabalho.

Conforme Dumazedier (s/d, p. 48)

é no lazer que existe a melhor oportunidade de realizar ou fracassar a democracia cultural de uma sociedade. Quanto mais se desenvolve o processo de desenvolvimento industrial e urbano mais a máquina econômica se torna capaz de produzir, ao mesmo tempo riquezas e mais tempo liberado [...] isto dá a dimensão profunda de uma política do lazer na instituição de uma democracia cultural.

Para melhor oportunizar essa democratização, ampliando o percentual daqueles que, efetivamente vivenciam o lazer, em seus diversos conteúdos culturais, é necessário que sejam sistematizadas políticas de formação para a área.

Mais que isso, é necessário superar as estratégias de difusão cultural, sem dúvidas importantes, pelas de participação e criação culturais. (MARCELLINO, 2001)

Tendo em vista que, conforme Werneck (2000, p.143)

Formar é fecundar idéias e pensamentos, criar dúvidas que nos retirem de posições acomodadas, mobilizando o outro de alguma maneira. É um caminho onde podemos nos colocar avessos às certezas cristalizadas, com curiosidade e desejo de saber, permitindo o aflorar do desejo do outro, para juntos (re)construirmos o conhecimento. Precisamos, assim, agregar esforços no sentido de formar profissionais capazes de construir (junto com os sujeitos envolvidos na ação pedagógica) vivências teórico-práticas sobre o lazer realmente significativas, para que não mais sejam utilizadas para mascarar ou atender problemas sociais.

Por tudo isso verificamos que, para uma Política Pública setorial de lazer é necessária, a criação de um novo corpo profissional capaz de suscitar iniciativa, responsabilidade social e criatividade cultural. Para isso devemos recorrer a formação e qualificação de pessoal.

A preocupação com a formação profissional (acadêmica) no lazer surge, de acordo com Bramante (1997), na década de 1970, com a criação de cursos de especialização na área sob a responsabilidade da professora Lenea Gaelzer.

Entretanto, Melo (2003, p.04) destaca a importância de Inezil Penna Marinho, que segundo o autor, realizou o “Curso de Especialização em Recreação” em 1958, já com uma abordagem multidisciplinar, tendo sido trabalhados os seguintes temas: “pedagogia; psicologia; atividades com aparelhos e jogos motores; sessão historiada, sessão dramática e dança; metodologia e técnica; brinquedos cantados; músicas; bandas de músicas; trabalhos e artes manuais; lutas; natação; teatro; e artes plásticas.”

Marcellino (2003, p.09) nos lembra que

Os processos de formação de profissionais para atuação na área do lazer vêm ganhando cada vez mais espaço no Brasil, em decorrência da demanda verificada no mercado, em franca expansão. Além da inclusão de disciplinas específicas em cursos de graduação, como educação física, turismo, hotelaria entre outros, já começam a surgir os primeiros cursos específicos de graduação e um número razoável de cursos técnicos.

Entretanto, para Marcellino (2003, p.14) é preciso que não se isole a atuação do profissional mais ligado ao atendimento direto à população, sendo importante formar toda a equipe responsável pelo desenvolvimento de ações na área do lazer, como:

animadores socioculturais dirigentes, de competência geral mais apurada; animadores socioculturais profissionais, de competência específica, sem deixar de lado, no entanto, a competência geral, e funcionando, no caso de políticas públicas, como educadores e não como “mercadores”, como é quase sempre regra, em amplos setores da indústria cultural; animadores socioculturais voluntários, necessários para a vinculação com a cultura local – anseios, aspirações, gostos, etc. – da população que se pretende

atingir; e quadros profissionais de apoio – pessoal de atividade meio, administrativos e operacionais – que precisam estar conscientes da área onde trabalham e do serviço final prestado.

Especificamente sobre o trabalho voluntário Requixa (1980, p.72-73) coloca

que todo trabalho comunitário que busque encorajar a população a identificar problemas locais e a encaminhar soluções, encontra, no lazer, excelente veículo de atração para o trabalho social voluntário, em benefício da própria comunidade.

Além disso, o voluntariado é peça importante para a democratização cultural, tendo em vista que são geralmente lideranças locais capazes de realizar articulações e promover ações em suas comunidades, simplesmente buscando o bem comum.

A implantação de uma infra-estrutura de lazer com complexos equipamentos e necessidade de gestão e animação, está exigindo, formação e qualificação dos quadros para atuação nesses espaços, até mesmo para o voluntariado, sendo fundamental capacitar pessoas como forma de atender uma demanda cada vez mais crescente por serviços públicos de lazer, e inexistentes para determinadas parcelas da população.

Esses indivíduos (profissionais e voluntários), além de atuarem nos programas e projetos desenvolvidos pelo poder público, podem dar continuidade as políticas mesmo que haja troca de partidos no poder, desde que tenham consciência da abrangência do lazer e que seu entendimento não seja parcial nem limitado, como encontramos normalmente nas ações desenvolvidas pelos órgãos públicos, além de possibilitar, por meio de atividades de lazer que estejam em consonância com o anseio da comunidade local, a ampliação da utilização dos equipamentos de lazer.

Para isso, Isayama (2003, p.63) afirma que

Essa formação para o lazer se dá por meio da construção de saberes e competências, que devem estar relacionadas ao comprometimento com os valores alicerçados em uma sociedade democrática; à compreensão de nosso papel social na educação para o lazer; ao domínio de conteúdos que devem ser socializados, a partir do entendimento de seus significados em

diferentes contextos e articulações interdisciplinares; e, por fim, ao conhecimento de processos de intervenção que auxiliam no aperfeiçoamento do próprio desenvolvimento de ações educativas lúdicas.

Pinto (1996, p.74) chama a atenção para um dos aspectos importante na formação de pessoas em lazer, que é a relação teoria-prática, pois, segundo ela

A formação de educadores para o lazer, sendo parte da construção de sujeitos e do contexto social, cultural e histórico, necessita buscar a unidade entre teoria e prática. Para tanto, a prática é considerada o ponto de partida e de chegada dos nossos estudos, ao passo que a teoria, formulada a partir de necessidades concretas, busca avançar na compreensão dessa prática e responder às suas perguntas através de orientações de linhas de ação.

A teoria é fundamental quando está enraizada nas experiências de vida dos indivíduos, nas questões e nas práticas reais, e quando precisa analisar as questões e eventos que conferem significados à nossa vida cotidiana. Entretanto, ao considerar essa prática não estamos privilegiando o pragmático em oposição à teoria, mas sim, vendo a ação cotidiana inspirar-se em considerações teóricas reflexivas e, ao mesmo tempo, transformar a teoria. (WERNECK, 1998, p.04)

De acordo com Fávero (1996, p.65)

Com a concepção dialética, teoria e prática são consideradas, o núcleo articulador da formação profissional, na medida em que os dois elementos são trabalhados de forma integrada, constituindo uma unidade indissociável. A teoria não se apresenta como um conjunto de regras e normas. É formulada e trabalha a partir do conhecimento da realidade concreta. Quanto à prática ela é ponto de partida e, também, de chegada.

No processo de formação é imprescindível que os profissionais apreendam conhecimentos da realidade vivida por eles próprios e pelas comunidades onde eles atuam, o que demanda uma sólida fundamentação teórico-prática, além de uma consistente instrumentalização político-pedagógica.

Desta forma, um profissional do lazer que atua em clubes, por exemplo, e conhece questões sobre as diferentes faixas etárias e questões sobre os vários grupos sociais (pessoas com deficiência, negros, mulheres, homossexuais, etc), pela relação teoria-prática, terá sua prática a partir de outra perspectiva que não o fazer mecânico e técnico. (ISAYAMA, 2004, p.94)

Todavia, há também, outras preocupações quando o assunto é desenvolvimento de quadros para a atuação em lazer; uma delas, segundo Ansarah (2002, p.19), está relacionada a novas situações, onde

Freqüentemente as necessidades do setor forçam o sistema educativo a direcionar a formação acadêmica para o desenvolvimento de “certas habilidades” a fim de aumentar a produtividade e atender às exigências do mercado globalizado.

É preciso, ainda, lembrar que além da formação requerida pelo mercado no sentido de “preparo rápido para o trabalho”, há também um outro problema, são os indivíduos que são atraídos pelas possibilidades lucrativas em um trabalho “fácil”.

Em ambas as formas, tanto com o mercado regulando o perfil do profissional do lazer, como na inserção de profissionais em busca de um trabalho fácil, a atuação desses indivíduos acaba reforçando a ordem social estabelecida, muitas vezes injusta, gerando cada vez mais desigualdades, além da criação de barreiras que impossibilitam o desenvolvimento de novas experiências para as classes menos favorecidas, tendo em vista que esses sujeitos só estão preocupados com as possibilidades de ascensão financeira e social geradas pelo fato da profissão estar em um processo de franca expansão na sociedade de hoje.

Isso, quando esses profissionais não são aqueles estereotipados, que quando não têm condições de trabalho e de equipamentos, acabam disfarçando com sua amabilidade e empatia, muitas vezes forçada, se mostrando como sujeitos simpáticos e que sabem agitar pura e simplesmente, e acabam por efetuar um direcionamento excessivo das atividades, sem se lembrarem do importante papel político-pedagógico da animação de contribuir para promover mudanças nos planos cultural e social, superando os valores do *status quo*.

Aliado a isso, analisando algumas práticas propostas de cursos de reciclagem, aperfeiçoamento e atualização na área do lazer, Isayama (2004, p.95) verifica que essas “formações” servem para reproduzir atividades diversas, mediante ao ensino de uma grande variedade de jogos e brincadeiras, como se a

formação profissional na área dependesse apenas de “receitas prontas”, não superando a prática.

Segundo o mesmo autor

Na atualidade, existe uma tendência à comercialização das propostas de formação profissional na área que, de maneira geral, restringe a compreensão sobre o lazer, que é focalizado como um filão no mercado que abre amplas possibilidades de ganhos e é associado ao consumo exacerbado e alienado de bens materiais e de serviços “recreativos”, que pode auxiliar a fuga e a distração dos problemas apresentados em nosso cotidiano. Nesse caso, a expansão desenfreada de cursos que apresentam essa tendência é preocupante e deve ser analisada cuidadosamente pelos interessados em ampliar seus conhecimentos sobre o lazer. (ISAYAMA, 2004, p.95)

Quanto a isso, Werneck (1998) chama a atenção para o fato de que esse tipo de proposta, nem sempre acessível a todos os interessados, devido ao seu alto valor mercadológico, é baseado, muitas vezes, em modelos tecnocráticos tradicionais, cujo objetivo é apenas reproduzir conteúdos e padronizar metodologias recreativas, sem a preocupação mais profunda dos tópicos abordados, enfatizando o consumo acrítico dessas atividades.

Essa formação (aqui entendida como qualificação) desvinculada e descomprometida com a realidade, tendo em vista que esses cursos, via de regra, não se preocupam em produzir um saber que revele e transforme essa realidade, acaba por reproduzir um conhecimento frágil e ilusório; é o saber fragmentado e desatualizado na perspectiva teórica e sem qualquer ligação com a realidade concreta.

Segundo Werneck (1998, p.55)

Quando a formação no lazer é fundamentada nessa perspectiva, por meio do consumo puramente técnico de um rol de “práticas recreativas”, da ênfase no conhecimento de um número determinado de jogos e brincadeiras, bem como da compra alienada de bens/serviços de lazer, são feridos os princípios de autonomia dos sujeitos e fica limitado o potencial teórico-prático lúdico, crítico e criativo e interdisciplinar que pode ser vivenciado nessa experiência.

Assim, apesar da importância de se conhecer essas técnicas, as mesmas desprovidas de uma visão ampliada da sociedade, seria o mesmo que está servindo acriticamente ao mercado.

Pensando nisso, Marcellino (1995, p.10) chama a atenção, para o fato de que

É preciso estar atento às expectativas do mercado, formando profissionais que possam dar conta dos novos desafios, que se apresentam, cada vez com mais intensidade e rapidez. Mas é preciso também, com base no domínio de um determinado campo de conhecimentos, procurar formar o profissional ou reciclar aquele que já atua, para reverter as mesmas expectativas do mercado, quando estas se apresentam restritas à perspectiva do lucro fácil, com a venda de efêmeros “pacotes de prazer”, destinados a divertir, no sentido de “desviar a atenção”.

Benincá e Caimi (2002, p.19), falando sobre a área da educação, nos dá algumas pistas para ficarmos alertas, na área do lazer, para alguns problemas enfrentados pelos profissionais e que podem afetar a prática de cada sujeito

- a) a inexistência de uma vivência acadêmica que tenha propiciado uma experiência criativa com o conhecimento já acumulado e um despertar para problemas que exijam uma atitude de pesquisa.
- b) a resistência ao registro das questões e situações que surgem no cotidiano [nas vivências de lazer] parece que nada do que aí acontece tem relevância a ponto de merecer estudo e análise aprofundados.
- c) [...] a necessidade de solucionar os conflitos que surgem a todo o momento impõe-se como maior do que a necessidade de problematizá-los. Pensar sobre o que ocorre, assumindo o distanciamento necessário, contrapõe-se à urgência de atitudes a serem tomadas frente às situações.
- d) [...] A nossa formação acadêmica é construída a partir de fragmentos de teorias, justapostos sem crítica e sem parâmetros por meio dos quais possam ser avaliados, compondo, suas lacunas e incoerências quando desafiada à análise dos registros realizados.

Isso nos leva a pensar que há no mercado, sobretudo, na área do lazer, vários indivíduos que se compreendem profissionalmente prontos a partir da diplomação, ou ainda que já venham prontos (com habilidades natas), não havendo para eles, a necessidade nem o interesse pela continuidade do processo formativo. Esses sujeitos não percebem que todo ser humano está permanentemente em construção, tendo em vista que eles acreditam pouco terem a aprender teoricamente, a não ser a logística, a ordenação das etapas e dos

recursos do trabalho, que varia de acordo com o local onde atuam, que muda constantemente.

Werneck (1998, p.06) afirma que

é preciso que a formação profissional no lazer busque superar esses limites e possibilite a aquisição de diferentes competências, pois as sociedades modernas exigem práticas de ensino que valorizem o pensamento crítico, a flexibilidade e a capacidade de questionar padrões sociais, ou seja, requisitos culturais que têm implicações não somente na autonomia, mas também na responsabilidade dos sujeitos.

Assim, Cauduro (2003, p.36) lembra que o profissional de lazer deve desenvolver algumas habilidades e atitudes específicas para o bom desempenho do seu trabalho. Esse profissional tem o importante papel de auxiliar a ampliação dos canais de informação das pessoas, especialmente daquelas que são sistematicamente excluídas em relação ao lazer, alertando para as possibilidades de educação e desenvolvimento, o que pode ser também proporcionado nas vivências de lazer.

Para que a ação profissional ou voluntária contribua com o efetivo exercício de cidadania e com a melhoria da qualidade de vida, no sentido de tornar a realidade mais justa e humanizada, os indivíduos que atuam no lazer devem ser críticos (inclusive tendo a capacidade de reflexão crítica sobre a prática); criativos; devem saber trabalhar em equipe; saber gerir projetos e pessoas; ter conhecimentos específicos e habilidades diversas; devem conhecer e respeitar a diversidade cultural; ter habilidades para lidar com situações complexas; além de exercerem suas responsabilidades pedagógicas e políticas.

Na busca de uma formação capaz de tornar os educadores do lazer indivíduos críticos e criativos, é imprescindível, de acordo com Marcellino (2001, p.26-28), que a academia dê uma atenção especial a alguns itens importantes nesse processo.

1. Dêem a atenção devida aos cursos de graduação;
2. Enfatizem a pesquisa na área, em que está praticamente quase tudo por fazer;

3. Atuem com projetos de extensão, não extensionista (SAVIANI, 1995)¹², funcionando como verdadeiros laboratórios de pesquisa “quase experimental” (BRUYNE e outros, 1977);
4. Estimulem o intercâmbio com as outras universidades e faculdades, que anualmente jogam no mercado um número de profissionais muito grande;
5. Promovam o intercâmbio com empresas e poder público, procurando saber suas expectativas de profissional, trabalhando a partir, mas não ficando restritas a elas, e mostrando como vem se organizando a formação profissional;
6. Não tenham pudores, na quase totalidade preconceituosos, de locais de trabalho. É possível desenvolver uma ação profissional competente e conseqüente em qualquer âmbito de trabalho. [...];
7. Não forneçam como se diz no jargão, “receitas” de atividades, mas propiciem a formação de um repertório de atividades, vivenciadas e refletidas, que possa servir de base para o início das atividades profissionais, com constante aprimoramento. É um elemento neutralizador aos profissionais que só leram “manuais de atividades”, ou o que é pior, compilações desses manuais;
8. Equilibrem na formação dos profissionais pelo menos quatro eixos complementares: teoria do lazer, relatos de experiência refletidas de profissionais, vivências dos conteúdos culturais, e Políticas e diretrizes gerais no campo. Isso permitirá que se estude a especificidade do lazer, sua “disciplinaridade”;
9. Mostrem, repetidamente, que o lúdico e o prazer podem se manifestar em outros tempos, fora do lazer, mesmo na nossa sociedade. Isso significa entender o lazer “como ‘especificidade concreta’, e, na sua especificidade, com possibilidades de gerar valores que ampliem o universo das manifestações do brinqueado, do jogo, da festa, da recreação, para além do próprio lazer” (MARCELLINO, 2000, p.35) [Lazer e Educação]. O que poderá estimular a participação em equipes que buscam a interdisciplinaridade, sem a qual a questão do lazer fica muito empobrecida;
10. Dêem condições do “alicerçamento” de uma sólida cultura geral, necessária para o trabalho interdisciplinar, em todas as áreas, e de modo específico no lazer, aliado ao exercício constante de reflexão (MARCELLINO, 1995, p.21);
11. Privilegiem em seus currículos a formação geral, voltada para a especificidade da área, e não a especificidade descontextualizada;
12. Não estabeleçam o “perfil do profissional” a ser formado, *a priori*. Esse “perfil” tem que ser construído ao longo do curso, principalmente em uma fase de aceleradíssimas transformações, onde o que é atual no início de um curso, por exemplo, em termos de habilidades específicas, pode se tornar obsoleto, rapidamente. É preciso que se prepare os alunos para o desenvolvimento de quadros. É preciso atualizar, ou mesmo formar, quem já trabalha na área, e é preciso também formar os “voluntários”;
13. Incutam nos alunos a necessidade de desenvolvimento profissional constante, para que como já foi dito anteriormente, não se tornem presas fáceis de discursos de manuais de “auto-

¹² SAVIANI, Demerval. Ensino público e algumas falas sobre universidade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, Campinas: Autores Associados, 1995.

ajuda” de baixa categoria, em situações adversas do mercado de trabalho, vendendo a “alma” e o “corpo”.

Para que a universidade possa de fato proporcionar tudo o que foi exposto acima, é importante abrir espaços e incentivar discussões, juntando alunos, profissionais da área e a comunidade, principalmente na busca de atualização e intercâmbio de experiências, podendo assim, definir um perfil desse profissional, procurando levar em conta não somente o domínio de técnicas, mas o processo de trabalho desses sujeitos sobre as práticas que são construídas permanentemente; tudo isso com o intuito de se desenvolver uma identidade pessoal e profissional.

2.2.2 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: apresentando algumas experiências positivas

Como vimos anteriormente, enquanto a formação profissional está ligada ao desenvolvimento intelectual; a qualificação, também conhecida como treinamento, capacitação, habilitação, aperfeiçoamento e reciclagem, é o processo de desenvolver habilidades e eficiência por meio de instruções, ou seja, da transmissão de conhecimentos práticos. (ANSARAH, 2002, p.21)

Ao longo dos anos, iniciativas vêm sendo desenvolvidas em algumas prefeituras com o intuito de aperfeiçoar seus recursos humanos para uma melhor atuação junto à comunidade.

Uma qualificação fundada no princípio de que os funcionários públicos municipais devem ter em mente que suas ações se direcionam aos habitantes da cidade, sendo necessário refletir e agir em consonância com a realidade, tendo em vista que não é possível estar apenas comprometido consigo mesmo.

De acordo com Rodrigues (2001, p.162)

É necessário comprometer-se com a solidariedade, com a humanização, dentro de um contexto histórico-social. Ao ampliar nossos conhecimentos, substituindo uma visão ingênua da realidade por uma visão crítica, estamos desafiando a não sermos neutros ante o mundo, ao mesmo tempo em que, no nosso “fazer pedagógico”, não podemos impor nossa opção aos demais.

Assim iremos relatar algumas dessas experiências que obtiveram sucesso nos âmbitos municipais. Entretanto, é importante lembrar que não existe uma “receita” pronta quando se trata de qualificação profissional para atuação em políticas públicas, e que cada cidade tem suas características e peculiaridades que devem ser trabalhadas, junto com as próprias comunidades, na perspectiva de criação de um mundo melhor.

Um desses relatos está em Marcellino (1996), onde Ramos e Infante (1996, p.88), se referindo a gestão que teve início em 1993, em São José dos Campos (SP), afirmam terem criado

[...] o programa permanente [pelo menos para aquela gestão] de aperfeiçoamento e reciclagem profissional que tem possibilitado, através de reuniões semanais (quatro horas às 2^{as} feiras), cursos e vivências corporais, para sensibilizar, orientar e capacitar o conjunto dos supervisores e professores na construção coletiva de um projeto pedagógico de educação corporal e implantar uma política de lazer baseada na ação comunitária como estratégias de atuação.

Esse programa, de acordo com as autoras, foi desenvolvido tendo com base o plano geral de ação (MARCELLINO, 1996, p.40) com objetivos de capacitar quadros, visando à elaboração de projetos de intervenção socioeducativa, calcada na vivência concreta do processo de planejamento, execução e avaliação de atividades de lazer, levando em consideração a abordagem da Ação Comunitária; implantar uma proposta de atividades, por meio de um projeto piloto nos moldes sugeridos; e, formar agentes multiplicadores, quadros participantes do processo. (RAMOS e INFANTE, 1996)

A segunda experiência relatada refere-se a qualificação oferecida pela Secretaria Municipal de Esportes – SMES, da prefeitura de Belo Horizonte (MG), no período de implantação do Programa de Centros de Referência Regionalizados de Esporte e Lazer – CRR/EL, a partir de 1995.

Na perspectiva de qualificar, de forma continuada, tanto a presença política quanto a formal dos seus técnicos, tendo em vista construir projetos sociais de acordo com as demandas surgidas.

Conforme Pinto (1998, p.65) o

Treinamento em serviço vem envolvendo Recursos Humanos de toda SMES na definição do desenho inicial da proposta do CRR/EL, bem como, capacitando uma equipe para implantar e sedimentar o Programa, equipe composta por uma coordenadora, uma consultora, sete técnicos e estagiários de várias áreas (jornalismo, artes, esportes...). Nesse treinamento, vêm sendo realizados cursos, seminários, pesquisas e ações comunitárias, dentre outras atividades.

Zingoni (1998, p.37) complementa dizendo que

[...] a formação em serviço de técnicos em seu quadro, através da realização e avaliações constantes de seminários, estudos em grupo, produção de textos escritos e vídeos construídos com base em ações comunitárias participativas que buscaram formar lideranças mobilizadoras de práticas autônomas de lazer, [é uma] proposta reconhecida na cidade e no País.

Além disso, ocorreram treinamentos teórico-práticos específicos, no sentido de reestruturar os programas comunitários já existentes na SMES, na busca da definição de novos rumos, na otimização de recursos, como também, na ampliação dos serviços prestados pela Secretaria.

Para isso foram criados os “Centros de Referência” utilizados como aporte político-pedagógico com o intuito de que

- 1) estimulem o hábito de práticas de atividades de esporte e lazer críticas e criativas, conscientes da riqueza da sua diversidade cultural e importância para a formação social e pessoal de seus praticantes, para sua saúde, para a consolidação da cidadania e melhoria da qualidade de vida;
- 2) estimulem trocas de experiências e debates sobre possibilidades e limites colocados à concretização das atividades de esporte e lazer na realidade objetiva e na prática cultural das comunidades;
- 3) qualifiquem lideranças comunitárias diversas para lerem a realidade e, a partir daí, buscarem alternativas que possam superar os limites impostos às possibilidades das práticas de esporte e lazer, mobilizando e orientando sujeitos e grupos, organizando e animando o tempo e os espaços disponíveis para essas vivências, recriando relações de familiaridade entre as pessoas do lugar, entre os sujeitos de todas as idades e vários tipos de habilidades e deficiências, familiaridade de todos com o espaço lugar e a história vivida;
- 4) realizem projetos interdisciplinares e descentralizados, co-gestados pelo Poder Público com as comunidades, estreitando parcerias entre os programas da SMES-PBH, de outros setores da municipalidade e de instituições não-governamentais. (ZINGONI, 1998, p.41)

Essa proposta foi desenvolvida de forma que as camadas populares pudessem definir seus interesses, e o poder popular acontecesse na prática educativa, para isso, os representantes do poder público se mantiveram receptivos e abertos à novos discursos e novas verdades.

Relatando o caso de Diadema (SP), Cavalleiro e Salgado (1996, p.106) colocam a importância de uma “formação em serviço”, no intuito de garantir

[...] a construção de um grupo de “formação permanente”, destinando aproximadamente 160 horas anuais, reservadas na jornada de trabalho de cada profissional, distribuídas em encontros regulares e semanais onde elaboramos e discutimos diversas temáticas com o objetivo de “ver-e-rever” a prática, situando-nos a partir dos diversos programas que desenvolvemos e possibilitando-nos avaliações que efetivamente redimensionem nossas ações.

Dessa forma, busca-se uma sociedade mais justa, onde, conforme as autoras, à felicidade represente uma perspectiva possível, tendo em vista que há um compromisso em desenvolver políticas voltadas para a construção da cidadania cultural, a partir de um conjunto de vivências individuais e coletivas fundadoras de valores, símbolos, idéias, práticas, objetos e comportamentos diferenciados e diversos. (CAVALLEIRO e SALGADO, 1996, p.102)

Em Belém (PA), a gestão do Governo do Povo, iniciada em 1997, de acordo com Matos (2001), constitui um início de mudança com estratégias que possibilitam uma intervenção, dando suporte a um processo de transformação política local.

Nesse período, todas as ações realizadas tinham um caráter de formação continuada tanto para os técnicos, professores, como para os que se beneficiavam direta ou indiretamente pelos projetos, tendo em vista que a metodologia adotada pressupunha um ir e vir entre teoria do lazer e o cotidiano vivido.

Com esse entendimento foram adotados os seguintes passos: Criação do projeto, a partir das necessidades dos grupos sociais, e/ou com os grupos sociais;

Realização do projeto (com participação ampla); e, Constante avaliação (coletiva), para novas realizações. (MATOS, 2001, p.129)

Esses projetos são organizados, por meio de um processo de reflexão constante entre educadores responsáveis e participantes comunitários, no intuito de se ter a democratização do acesso aos espaços e aos bens culturais, o que pressupõe:

- 1) uma distribuição que atenda grande parcela dos moradores dos distritos;
- 2) priorizar as áreas mais carentes de espaços e realizações de lazer;
- 3) desenvolver projetos que estimulem a vivência dos diversos conteúdos do lazer, intelectuais, sociais, manuais, físicos, turísticos, esportivos e artísticos (isto é feito de forma integrada entre as diversas secretarias);
- 4) levar em consideração as diversas faixas etárias;
- 5) estimular para que os conteúdos do lazer desenvolvidos estejam sempre em consonância com as atitudes de cooperação, participação e ludicidade;
- 6) desenvolver ações de esporte e lazer para a participação de pessoas portadoras de necessidades especiais, de forma inclusiva. (MATOS, 2001, p.130)

Para isso, a Secretaria Municipal de Educação, através da Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer (CEAL), desenvolveu um processo de formação continuada a partir de três eixos: participação popular, diversidade cultural e interdisciplinaridade.

Já em Caxias do Sul (RS), conforme Bonalume (2001), no período de 1997 a 2000, a maior parte das comunidades contava com pouca ou nenhuma estrutura voltada para as práticas de lazer, não tendo políticas que contemplassem essa área.

Assim, foram criados os núcleos de atendimento comunitário, responsáveis pela construção de

[...] estratégias para viabilizar o acesso da comunidade às áreas de lazer e atividades esportivo-recreativas, visando ao desenvolvimento pessoal e social do cidadão, pela descentralização das ações, da utilização dos espaços públicos e da ampliação da oferta de opções de lazer. (BONALUME, 2001, p.151)

O trabalho nos núcleos merece destaque por ter sido desenvolvido em grupos de convivência, com atividades de lazer. Esses indivíduos reuniam-se semanalmente, em um espaço específico, para praticar atividades físicas e recreativas, conversar sobre assuntos de interesse, ouvir palestras e cuidar da saúde.

Outra proposta de qualificação desenvolvida com sucesso foi implantada na cidade de Porto Alegre (RS), a partir de 1996, pela Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer – SME, com o objetivo de aperfeiçoar os recursos humanos, promovendo, entre outras coisas, a reflexão sobre a razão de ser da SME e de cada uma das equipes que compõe essa Secretaria.

Para isso, foram utilizados mecanismos, como projetos e fóruns de discussão político-pedagógicos, no intuito de capacitar pessoas para a atuação na área.

Um fato curioso e importante foi que todo profissional ao ser contratado pela SME tinha que disponibilizar o horário das segundas-feiras para reuniões na Secretaria, e assim, independente de sua carga-horária na prefeitura, tinha-se assegurada uma condição básica para o encontro de todos, no intuito de facilitar a adesão ao treinamento do quadro de pessoal, tendo em vista que essas reuniões aconteciam no horário de trabalho.

Essa proposta de qualificação, de acordo com Rodrigues (1998, p.103-104), aconteceu em diversos níveis, como

Individual:

- 1) Liberação para cursos, seminários e encontros, desde que de área afim, num total de 40h por semestre;
- 2) Garantia de hora-atividade para estudo, planejamento e organização individual semanal (4h a cada 20h).

Por equipes de trabalho:

Buscando garantir ao professor uma equipe de trabalho que, se não atua no mesmo espaço, tem entre si ação com o mesmo objetivo de trabalho. Portanto, o profissional tem duas segundas-feiras por mês (totalizando 8 h) para reunião de equipe assessorada pela Gerência Pedagógica que alimenta estas reuniões.

Por área de atuação:

As equipes são reunidas em grupos maiores, aglutinando os profissionais com ação em diversas modalidades esportivas, os que têm ações na área recreativa e os que têm ações nas práticas corporais alternativas e com a 3ª idade. Esses encontros acontecem uma vez por mês (4h), com dinâmicas variadas, textos, palestras, vivências, trocas, relatos, etc.

Por região de atuação (regionalização):

As diversas equipes que são constituídas por profissionais das diversas áreas de atuação são localizadas em uma região da cidade (delimitada pela matriz do Orçamento Participativo). A cada dois meses o grande grupo da região tem encontro de 4h para, além de organizar o cronograma das atividades, definir a forma de viabilizar as políticas da administração.

[grifo nosso]

Fazia parte ainda dessa proposta de qualificação, o Projeto-reflexão, carro chefe do processo de aperfeiçoamento da SME, com ocorrência no mínimo bimestral (4h), onde a Secretaria contratava os mais diversos profissionais proporcionando reflexão e estudo. (RODRIGUES, 1998, p.104)

Assim, eram trabalhadas todas as propostas da Secretaria, levando em consideração as peculiaridades propostas pelas comunidades atendidas, bem como, os problemas gerados ao longo do desenvolvimento dos projetos.

Esses são alguns exemplos de possibilidades de qualificação profissional desenvolvidas em âmbitos municipais, principalmente pelo fato de que são escassos os registros de informações sobre essa temática e mesmo sobre a formulação de políticas públicas de modo geral.

2.3 ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL: desafios para a atuação profissional

Com o desenvolvimento tecnológico ocorrido após a Revolução Industrial e principalmente na segunda metade do século XX, há uma grande valorização às práticas de lazer. Isso acontece, sobretudo com a diminuição na carga de trabalho e com o surgimento do cinema, do rádio e mais tarde da televisão, como meios propícios de acumulação capitalista que possibilitavam a manutenção da ordem social.

Na lógica de uma sociedade de consumo, Riesman define a “consultoria do lazer” para descrever as atividades desenvolvidas por um grande número de

profissões entre elas, os agentes de viagem e turismo, técnicos em hotelaria, treinadores e profissionais de esportes, professores de arte e dança.

O mesmo autor coloca que “as férias constituem o tempo e o lugar para colocar em contato aqueles que têm lazer e dinheiro para comprar, com aqueles que têm habilidades para vender”. (RIESMAN, 1995, p.372) Nessa perspectiva, o profissional do lazer seria responsável apenas por vender um serviço.

Contudo, apesar do exposto acima e de Riesman falar de uma sociedade de consumo, ele nos dá indícios do papel dos futuros profissionais do lazer quando coloca que

Podemos opor-nos a isto fazendo o máximo para tornar os consultores do lazer tão bons e disponíveis quanto possível. Essa espécie de consultoria poderia estimular, mesmo provocar, a pessoa para um entendimento mais imaginativo, ajudando-a a compreender a importância da diversão para o seu próprio desenvolvimento rumo à autonomia. (RIESMAN, 1995, p.372)

Nesse sentido, os profissionais do lazer seriam muito mais do que vendedores de serviços, como pensado inicialmente por Riesman, passando a ser mediadores entre os sujeitos e o meio onde vivem, para que os primeiros apreendam e se apropriem da cultura de acordo com suas escolhas.

De acordo com Lopes (2007, p.01)

Na *actualidade* a Animação Sociocultural, em Portugal, e em diferentes contextos do mundo, encontra-se num estado de evolução cuja complexidade importa *reflectir* mediante um discurso que revele a validade e a imprescindibilidade sociais da sua *actuação*.

Melo (2006) define que esse profissional deve atuar em três frentes interligadas: **Cultural**, no sentido de promover e dinamizar a cultura, por meio de atividades; **Social**, desenvolvendo a participação, o associativismo e o desenvolvimento comunitário; e, **Educativa**, formação permanente e educação para e pelo lazer. [grifo nosso]

Todavia, quando falamos sobre a identidade desses profissionais, há uma grande indefinição, sobretudo pelo fato de ser um campo de atuação relativamente recente, cabendo a atuação de profissionais de diversas áreas,

como: Educação Física, Turismo, Hotelaria, Sociologia, Serviço Social, Arte-Educação, Pedagogia, Administração, entre outras. Isso é extremamente importante, tendo em vista a própria abrangência da área cultural, já que há um substrato comum, independente do papel, função ou relação de emprego, que é o interesse continuado em agir sobre a dinâmica cultural, assim os profissionais têm várias denominações, como: recreadores, monitores, gentis organizadores, líderes recreacionais, aconselhadores em lazer, consultores de lazer, especialistas em lazer, organizadores de atividades, lideranças recreacionais, promotores de lazer, brinquedistas, agentes culturais, orientadores sociais, recreacionistas, animadores socioculturais, militantes culturais, dentre outros.

O profissional do lazer, que Garcia (1995, p.32) denomina de militante cultural

[...] pode compreender desde grandes celebridades do *show bis* cultural e artístico até humildes trabalhadores que se dedicam a produzir e a difundir o teatro amador em fins de semana na paróquia ou no sindicato, por exemplo; desde profissionais com títulos universitários nessa área até aqueles sem qualquer formação escolar significativa, mas com algum talento ou vocação para a ação cultural [voluntário]; desde pessoas com interesse na chamada cultura artística – o cinema, o teatro, as artes plásticas etc. – até aquelas voltadas à cultura do corpo, como os esportes, a ginástica, a expressão corporal, ou ainda à cultura da vida cotidiana, ou mesmo à cultura científica e tecnológica.

No nosso estudo, utilizaremos a denominação “Animador sociocultural”, por acreditarmos na ação essencialmente pedagógica desenvolvida pelos profissionais do lazer, embasadora de novos valores para a efetiva participação dos sujeitos em um lazer crítico e criativo, além de ser uma denominação bastante aceita por grande parte da comunidade acadêmica e profissional.

Esse termo animação, que vem do Grego *ánima*, significa ato e efeito de animar, referente ainda a alegria e entusiasmo, e que traduzido para o português significa “alma”.

Nesse sentido, o profissional animador é aquele que busca nos indivíduos o ânimo, a coragem, o vigor, a força, estimulando-o e encorajando-o na busca de aprimorar sensibilidades para desenvolver o ato de julgar e criticar a partir do estabelecimento de novos olhares acerca da vida e da realidade.

Apesar disso, há, entretanto, resistências a essa denominação principalmente pelo fato da tradução desse termo, no Brasil, estar relacionada a algo pouco sério, fato esse alimentado pelos próprios animadores que, talvez para suprir a sua falta de preparo profissional passam a “animar” no sentido pejorativo, ao invés de organizar, por exemplo, uma ação adequada, com estratégias inclusive de participação.

Mesmo com o exposto acima, na atualidade, a animação sociocultural pode ser definida como

uma tecnologia educacional (uma proposta de intervenção pedagógica) pautada na idéia radical de mediação (que nunca deve significar imposição), que busca permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais (considerando as tensões que nesse âmbito se estabelecem) que concedem concretude à nossa existência cotidiana, construída com base no princípio de estímulo às organizações comunitárias (que pressupõe a idéia de indivíduos fortes para que tenhamos realmente uma construção democrática), sempre tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação *do status quo* e para a construção de uma sociedade mais justa. (MELO, 2006, p.28-29)

Essa visão nos leva a crer que houve uma modificação acentuada nas responsabilidades do animador sociocultural, que passa de simples reprodutor de atividades de recreação e informação cultural para ser entendido como mediador no processo cultural.

Assim, recorremos a Pereira (2005) que afirma que há três correntes de concepção de cultura que influenciam diretamente a atuação do animador sociocultural, a democratização, a democracia, e o desenvolvimento cultural.

A democratização da cultura é aquela que privilegiava apenas os modos de vida, produções e manifestações humanas de um determinado grupo, como se os demais segmentos não produzissem cultura. Assim, o animador acaba por atuar de uma forma restrita, na perspectiva de influenciar o desenvolvimento apenas dessas manifestações dominantes.

Já a democracia cultural tem como base a concepção de que todos os segmentos produzem cultura, mas ao profissional cabe apenas respeitar e manter as manifestações em seus lugares determinados, do tipo “cada macaco no seu galho”, não havendo a possibilidade de que as pessoas conheçam e gostem de algo que não está em seu dia-a-dia.

Enquanto que o desenvolvimento cultural pretende não apenas impor uma cultura hegemônica, nem colocar cada indivíduo no seu local, mas provocar reflexões na sociedade em geral para que haja respeito mútuo na convivência cultural.

Assim, é importante que o animador sociocultural atue rejeitando os determinismos sociais e culturais, abrindo espaços para questionamentos e possibilidades de mudanças em uma sociedade que não é estática.

Esse novo animador, de acordo com Hollanda (2006, p.11), é aquele que

[...] passa a se entender como mediador e não mais como “instrutor”. Ele deve procurar, antes de tudo, a articulação produtiva entre saberes diferenciados. Ele deve, sobretudo, ser capaz de questionar e problematizar, em sua atividade pedagógica profissional, as noções de arte, cultura e estética dominantes e estimular, como a grande prioridade de sua tarefa como educador, formas de recepção cultural ativa, e conseqüentemente, o exercício crítico diante dos fenômenos culturais e sociais.

O novo animador sociocultural, ao invés de ser o profissional “tarefista”, que se restringe apenas a oferecer um conjunto de atividades, como já foi explicitado anteriormente, deve ter um claro compromisso com a intervenção de ordem social na perspectiva de superação do *status quo*.

Entretanto, essa não é uma tarefa fácil, apesar de verificarmos atualmente uma grande crítica ao modelo tradicional de lazer, a chamada “recreação acrítica”, tendo em vista que ele é traduzido apenas como práticas sociais relacionadas diretamente com o entretenimento, na perspectiva de consumo do tempo liberado das obrigações; e que o desenvolvimento desse profissional está intimamente ligado a atualizações permanentes de técnicas de trabalho, de metodologias, de dinâmicas de grupo, onde seu compromisso fundamental é com a melhoria

constante de sua habilidade para gerar alegria ou risos, sem a exigência de um referencial teórico que tenha relação com a sua ação concreta. (WAICHMAN, 1997)

É importante, contudo, deixar claro que não somos contrários às práticas recreativas, ao entretenimento, ao brincar pelo brincar, mas não acreditamos que um bom animador é aquele que apenas seja capaz de realizar essas atividades para compensar o tédio do dia-a-dia dos sujeitos.

O animador sociocultural que propomos é aquele capaz de atuar como um estimulador de novas experiências, alguém que pretende discutir e estimular o acesso ao novo, o compromisso central desse animador é com a educação de sujeitos capazes de se engajar na construção de uma coletividade mais justa, isso não significa determinar padrões fixos, mas criar espaços que permitam aos cidadãos construir suas visões, descobrindo novos olhares e diferentes possibilidades de prazer e alegria.

Esse profissional “educa ao incomodar e informar sobre as possibilidades de melhor servir, acessar e produzir diferentes olhares.” (MELO, 2004, p.15) Ele “será o protagonista numa primeira etapa, e, numa segunda etapa deixará que os outros sejam os protagonistas.” (WAICHMAN, 1997, p.149)

Ele pode até atuar, às vezes, como recriador, tendo em vista que

seu referencial teórico lhe indicará que só pode avançar para algo novo levando em conta o conhecimento, por exemplo, levando em conta um jogo em que há participantes a serem dirigidos, tentará gerar protagonistas. “Não apenas atores do jogo, mas “fabricantes” de jogos, de suas regras, de sua organização, de seu significado.” (WAICHMAN, 1997, p.147)

Esse profissional deve desenvolver concomitantemente saberes e competências necessários para formar cidadãos autônomos, além de uma coletividade democrática.

2.3.1 O ANIMADOR SOCIOCULTURAL: requisitos para a função

O animador sociocultural é um agente transformador da sociedade, atuando no tempo liberado das obrigações, por meio da tomada de consciência dos participantes, possibilitando o surgimento do protagonista ao invés do consumidor ou dos meros reprodutores de modelos estereotipados.

Esse profissional organiza atividades para as pessoas, quando estas, por falta de experiência, de informação, de recursos ou mesmo de tempo, não podem processar as diferentes etapas necessárias para concluir essa organização, podendo ainda iniciar as pessoas em diferentes modalidades culturais passando-lhes algumas técnicas básicas; procurando viabilizar e administrando recursos para que os indivíduos ou mesmo uma dada coletividade possa usufruir do lazer. (PINA, 1995, p.123)

Além disso, para Garcia (1995, p.33) o profissional do lazer é

[...] todo aquele que realiza ações no plano da cultura, no tempo livre dos indivíduos, seja para estimulá-los a produção de bens culturais, seja para ampliar a sua participação na apropriação desses bens, tendo como motivação básica tanto o prazer de dedicar-se a algo com que se identifica fortemente, quantos valores pessoais que conferem à cultura papel importante para o desenvolvimento das pessoas, dos grupos, das comunidades e da sociedade em geral.

Contudo, alguns cuidados devem ser tomados para que esses animadores exerçam com coerência suas funções, entre eles: o fato de não tentar substituir o estabelecido por uma nova instituição; a idéia de que o trabalho é fácil, pois embora pareça não é; a importância de se trabalhar tanto a teoria quanto a prática, buscando modificar sua *práxis*; a necessidade de se ter profissionais qualificados nos equipamentos de lazer, tendo em vista que esses espaços não terão vida longa nem cumprirão seus objetivos se não houver profissionais que constituam sua alma; a lógica de que no campo do lazer existem profissionais natos que não precisam de bases teóricas, pois isso não é verdade; além da máxima de que o riso fácil, o corpo bonito e solícito são os requisitos fundamentais para a atuação na área, pois isso, muitas vezes, só disfarça a incompetência dos profissionais ou a falta de condições de trabalho.

Tudo isso acontece pela difícil formação para o exercício profissional na área do lazer, tendo em vista que, apesar de algumas capacidades e habilidades serem atendidas pelo sistema de profissionalização dos animadores (formação e qualificação profissional), outras, contudo, não são.

O que, de acordo com Camargo (1998, p.140)

leva muitos dirigentes de instituições culturais a imaginarem que, com alguma sensibilidade e inteligência, qualquer profissional pode se sair bem. Alguns profissionais improvisados conseguem sucesso, o que ofusca os resultados medíocres obtidos na maioria das vezes, em que o nexó entre as atividades é fraco e a participação do público, tímida.

Não há um perfil profissional definitivo na área do lazer, sobretudo pelo vasto campo de atuação, mas ao longo dos anos, principalmente nas últimas décadas, alguns estudos e relatos nos mostram indícios do que o mercado aponta como requisitos necessários para o bom exercício da função de animador sociocultural.

Negrine et al (2001, p.53) acredita, se referindo a atuação em hotéis, que os animadores devem ter “facilidade de estabelecer relações interpessoais; respeito à opinião dos outros; capacidade de tomar iniciativa; capacidade de ser mediador; e, ter espírito coletivo.”

Esses autores acreditam que

uma das estratégias fundamentais de um recreador é procurar se relacionar bem no ambiente onde atua. A conduta que a pessoa adota no seu ambiente de trabalho em relação a seus colegas, chefias e hóspedes vai determinar as facilidades que terá para desenvolver suas funções. (NEGRINE et al, 2001, p.57)

Talvez seja por isso que, na hotelaria, via de regra, há deficiências facilmente observáveis, pois sendo exigidas tão poucas e frágeis habilidades, mesmo que elas também tenham seus valores, esses “animadores” muitas vezes constroem mais do que estimulam os hóspedes a participar de uma determinada atividade.

Ansarah (2002, p.41) coloca que para uma atuação eficaz na área

[...] além da competência, o profissional precisará de determinação, criatividade, visão, disposição para inovar, confiança em si mesmo e nas suas idéias, paciência e preparação apropriada.

Aliado a tudo isso, para a autora, o bom animador sociocultural deve ter uma ampla formação cultural; dominar todas as funções operacionais; ser um líder em seu campo de atuação com capacidades para tomar decisões em todos os níveis; ser um profissional com suficiente conhecimento teórico-prático; possuir capacidade de trabalho, espírito e participação comunitária; além de ter conhecimentos tecnológicos atualizados. (ANSARAH, 2002)

Já para Garcia (1995) o profissional do lazer deve apresentar algumas características diferenciadas, como: uma percepção elástica do tempo; uma sensibilidade inata para o social; uma certa inquietação cultural; além de um grau apreciável de inventividade e improvisação.

De acordo com esse autor essas características são importantes por que

o tempo livre não tem, como o tempo de trabalho ou o tempo escolar, ritmos sempre previsíveis. Pelo contrário, é um tempo de alta imprevisibilidade. [...] Nesse tempo as preferências são passageiras, quase voláteis. (GARCIA, 1995, p.144)

Para Camargo (1998) os animadores socioculturais devem ter as seguintes características: uma polivalência cultural; conhecimento sobre as peculiaridades de participação dos diferentes públicos; capacidade de montar e coordenar equipes com profissionais de variada formação e origem; conhecimentos financeiros para elaboração de projetos; consciências das sutilezas do espaço físico e das diferentes respostas que podem provocar em diferentes públicos; além de informação sobre tipos e formas de abordagem de outras instituições públicas e privadas que possam associar-se à programação.

Como orientação para se compor uma formação profissional com o objetivo de traçar um perfil generalista para atuação em lazer, Bramante (1997) destaca que deveria ser trabalhadas questões filosóficas e conceituais: amplo conhecimento das questões sociais e sobre o lazer; consciência da realidade e conhecimento das características da clientela: conhecer as características dos

grupos trabalhados, para definir, em conjunto com os mesmos interesses e necessidades de lazer; métodos de pesquisa e aplicações: trabalhar em campo para contribuir no processo de educação das pessoas durante as atividades de lazer; e, planejamento, execução e avaliação dos projetos de lazer: conhecimentos de sistemas de administração, como formular objetivos, técnicas de avaliação, liderança, dinâmica de grupo, planejamento de instalações e equipamentos, estratégias de marketing e desenvolvimento de projetos.

Assim, apesar das várias tentativas de se definir um perfil profissional adequado ao animador sociocultural e competências importantes à formação desses indivíduos, devemos salientar que é muito difícil se definir um corpo teórico para a área, tendo em vista a amplitude de possibilidades de atuação no lazer, o que não desqualifica a ação dos profissionais.

Isso nos faz imaginar que talvez seja importante continuarmos enxergando o lazer como um campo de atuação multiprofissional, onde cada conhecimento, técnica ou disciplina é fundamental na construção de uma prática capaz de articular os níveis político, social, cultural e educativo, aguçando a sensibilidade, a criatividade, a harmonia com a natureza, a confiança, o humanismo dos diversos animadores socioculturais e na população em geral.

Para isso, a atuação do animador sociocultural requer informação cultural, conscientização de sua importância no processo, além de uma vivência democrática com o intuito de provocar nas pessoas desejos de mudança, se elas assim quiserem, nos planos social, cultural, educativo e político.

3 “PIRACICABA QUE EU ADORO TANTO: cheia de flores, cheia de encantos”¹³

Piracicaba, cantada em verso e prosa pelos poetas, é um local bastante agradável para viver. A cidade está localizada na região centro-oeste do Estado de São Paulo, distante 167 quilômetros da capital. Atualmente, a população estimada é de 358.108 habitantes. (IBGE, 2007)

De acordo com Elias Netto (2000, p.19) “ficou consagrado que Piracicaba significa, na linguagem tupi-guarani, *lugar onde o peixe pára, lugar onde os peixes se reúnem*, ou idéias semelhantes”.

A fundação oficial do município foi em 01 de agosto de 1767, quando o Ituano Antônio Corrêa Barbosa, também conhecido como capitão povoador, fundou o povoado a margem direita do salto, a 90 quilômetros da foz, onde habitavam os índios paiaguás. (LIMA, 1992)

A cidade de Piracicaba, conforme Lima (1992, p.10-11)

É conhecida principalmente por ser um dos maiores centros açucareiros do País, Piracicaba comporta um grande pólo industrial do interior do estado de São Paulo [sendo em 2006, o nono maior município exportador brasileiro, de acordo com a Fundação Seade – 2006]. Por outro lado, isso não fez com que a cidade perdesse seu valor histórico e suas tradições [...] cuja história o tempo não apagou, deixando registrado através de preservação, bens históricos como a Casa do Povoador, a Rua do Porto, caracterizada pelas casas típicas de pescadores, o Museu Histórico Prudente de Moraes, instalado na casa centenária onde viveu o primeiro Presidente Civil da República e o majestoso Engenho Central, fundado em 1883 pelo Barão de Rezende, símbolo de grandeza respeitável pelas suas proporções gigantescas e que veio fortalecer a revolução do açúcar no Brasil. Destacam-se ainda: A Igreja do Sagrado Coração de Jesus que além de peças de arte sacra, possui afrescos do Frei Paulo de Sorocaba, o Passo do Senhor do Horto, monumento de estilo barroco construído em 1873, a Igreja de São Paulo de Monte Alegre com pinturas de Alfredo Volpi e a Igreja Imaculada Conceição, possuidora de belíssimos vitrais.

¹³ Referente à parte do refrão do hino de Piracicaba, composto por Newton de Mello, O hino “Piracicaba” foi criado em 9 de setembro de 1931. A primeira gravação foi feita por Ângelo Cobra, o Cobrinha, em LP, pela gravadora Columbia. (PIRACICABA 2010)

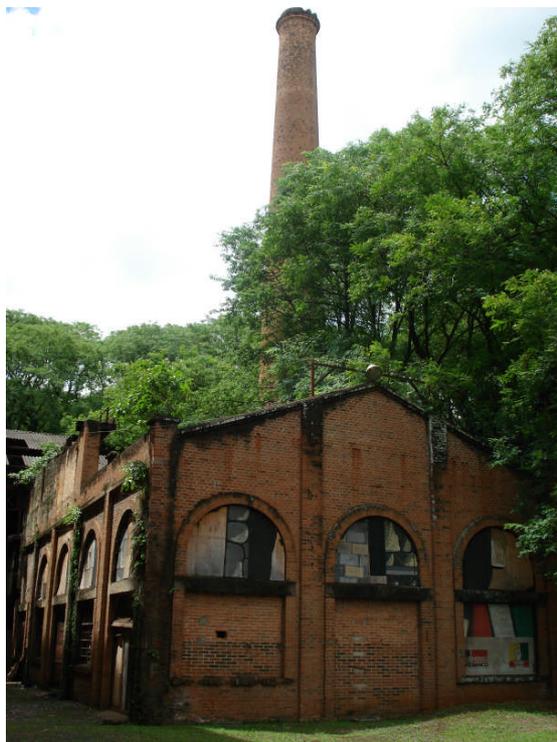


Foto 1 (Gustavo Brito): Vista Parcial do Engenho Central

Nessa cidade há ainda a arte do complexo arquitetônico da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ e o Teatro Municipal. Entretanto, a marca registrada do município é o salto do rio Piracicaba, berço de fundação da cidade, o qual acoplado ao Parque do Mirante e a Cascata Vêu da Noiva encerram uma das mais belas paisagens do interior paulista. (LIMA, 1992)



Foto 2 (Gustavo Brito): Rio Piracicaba

Piracicaba é também marcada pelo grande número de eventos culturais e esportivos, entre eles destacam-se: a Festa de São João de Tupi; a Festa do Divino que arrasta uma multidão para a Rua do Porto; ponteado com rodas de samba, cantigas de cururu e a deliciosa culinária local a base de peixe; o Salão Internacional do Humor; a Festa das Nações (LIMA, 1992), além de eventos esporádicos como balonismo; jogos abertos; jogos regionais; olimpíadas do idoso; olimpíadas do deficiente; bem como espaços públicos voltados a prática de esportes e lazer que estão distribuídos por toda a cidade.

Os primeiros relatos sobre a história do lazer em Piracicaba, mostrados pelos jornais da época, de acordo com Simões (2005), é datado de 1889, com uma grande distinção entre a elite piracicabana, freqüentadora de espaços como o “Teatro Santo Estevam”, o “Clube Republicano” e a “Universidade Popular de Piracicaba”; e os imigrantes pobres e os negros que passavam o seu tempo disponível nos bares e nas ruas da cidade.

[...] o culto ao teatro e à música como formas de lazer das elites fazia do espaço do Teatro Santo Estevam um dos principais pontos de conagraçamento das elites piracicabanas. A peça teatral da atriz Mathilde Artero, em janeiro de 1907, foi encenada no Santo Estevam e, apesar da chuva torrencial que se abatia sobre Piracicaba, o Santo Estevam não ficou vazio [...] (SIMÕES, 2005, p.02)

Além do teatro, os espaços do Clube Republicano e da Universidade Popular de Piracicaba também serviam como locais de lazer para a elite que apreciava apresentações musicais, saraus e palestras. (SIMÕES, 2005)

Conforme Simões (2005), para a camada pobre da sociedade, os momentos de lazer eram restritos as festas populares como o carnaval, apresentações circenses, ou a contemplação do “Salto de Piracicaba”. E de acordo com os jornais, essa camada estava ligada geralmente à ociosidade e a marginalidade.

Simões (2005) destaca que os bares e as ruas eram pontos de encontro dos segmentos empobrecidos de Piracicaba e as notícias relatadas em jornais da época mostravam apenas o lazer ligado às práticas de violência, principalmente a embriaguez, como mostrado a seguir:

Foi anteontem recolhida ao xadrez a preta Thereza do Espírito Santo que, completamente embriagada, vagava pelas ruas da cidade, a cavalo, praticando palhaçadas. (GAZETA DE PIRACICABA, 13/05/1914)

Isso nos mostra que àquela época a chamada não elite era uma ameaça à ordem estabelecida e assim o seu lazer não poderia ser uma prática livre.

No século XX a situação do lazer em Piracicaba continuou a mesma, e somente em 1974 o lazer foi assumido pelo poder público municipal com a implantação das chamadas Manhãs de Recreio.

3.1 O LAZER NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS DE PIRACICABA: oportunidades para atuação.

De acordo com Lima (1992), a primeira manhã de recreio desenvolvida pelo poder público municipal em Piracicaba foi realizada no bairro Paulista, em 1974, pela Comissão Municipal de Esportes, como iniciativa do professor de educação física Edir Soares. Durante todo aquele ano vários bairros da cidade receberam o programa, sendo encerrado o circuito desse evento na praça central da cidade (Praça José Bonifácio). As atividades desenvolvidas eram músicas infantis, parque infantil móvel, jogos esportivos (basquetebol, voleibol, futebol de salão), brincadeiras e pintura.



Foto 3 (Arquivo da Prefeitura de Piracicaba-SP): Manhã de Recreio 1975

Na gestão de 1977 a 1981

iniciou-se nos Centros Comunitários dos bairros Piracicamirim e Jardim São Paulo, um programa denominado “Grupos de Recreação” destinados as crianças de 06 a 16 anos, as aulas ocorriam em dois períodos e as atividades eram diversificadas (ginástica de solo, iniciação esportiva, brincadeiras populares, culinária, tricô, crochê, passeios, torneios, danças). A equipe técnica desse programa era composta de Assistentes Sociais, professores e monitores de Educação Física, Nutricionista e Psicóloga, e as reuniões para capacitação das equipes de trabalho, contribuíram para o bom andamento dessas ações. (LIMA, 2001, p.33)



Foto 4 (Arquivo da Prefeitura de Piracicaba-SP): Grupo de recreação - 1977

Para dar continuidade aos programas desenvolvidos na área de esporte e lazer (recreação), principalmente pelo grande sucesso na mobilização e participação da maioria das comunidades, a gestão de 1982 a 1988 reorganizou a Coordenadoria do Bem-Estar Social, criando vários setores, dentre eles o Setor de Recreação e Ação Comunitária, com o objetivo de coordenar as ações estabelecidas junto aos Centros Comunitários, além de organizar programas direcionados a segmentos marginalizados como dos deficientes e dos idosos. (LIMA, 1992, 2001)

Conforme Lima (2001, p.34) na época foram criados cinco projetos:

1º) Grupos de Recreação – Atividades realizadas durante a semana nos Centros Comunitários, espaço livre para a criança; acesso aos vários interesses do lazer de forma lúdica. A interação se faz presente: Aluno-Professor, Assistente Social-Mãe. No período de 1983 a 1988 os bairros participaram desse projeto com 1000 alunos/ano.

2º) Lazer aos Finais de Semana – Programas desenvolvidos em conjunto com grupos sociais dos bairros, vão desde: Manhãs Esportivas, Domingões, Bairro em Festa, Bingos, Pic-Nic, Passeios, Bailes, Gincanas, Festas Populares, Religiosas e Excursões.

3º) Jogos Comunitários – Criado em 1984 para integrar os bairros através de torneios esportivos, realizados anualmente na faixa-etária dos 07 aos 80 anos. Os conjuntos esportivos municipais são realizados por várias modalidades, a organização, realização e avaliação ocorrem através de assembléias com os bairros e comissões organizadoras.

4º) Apoio às Entidades Esportivas – Realização conjunta de eventos de lazer para entidades voltadas a 3ª idade e portadores de deficiência (festivais, acampamentos, gincanas, torneios).

5º) Grandes Eventos – Organização integrada com diversas Secretarias e Coordenadorias Municipais, SESC, SESI, Delegacia de Ensino de Eventos Especiais, Festas Comemorativas (crianças, juninas, natal), colônia de férias, provas pedestres, domingo verde-vida e mutirão nos bairros. [grifo nosso]



Foto 5 (Marlene de Lima): Jogos Comunitários

Esses projetos foram criados para proporcionar, por meio da integração entre as comunidades, o descanso, o divertimento e o desenvolvimento pessoal e social dos participantes. (LIMA, 1992)

Nos anos de 1989 a 1992, ocorreram profundas transformações nos programas de esportes e lazer da cidade, principalmente pela mudança ideológica radical, do partido que foi eleito. O setor de Recreação e Ação Comunitária muda de secretaria em 1990, indo do Bem-Estar Social para a de Esportes, Lazer e Turismo, onde são estabelecidas novas políticas de esportes e lazer, com objetivo de valorizar a participação de todos os segmentos da população em espaços públicos. (LIMA, 2001)

A preocupação do então secretário, professor José Carlos Callado Hebling e dos assessores, professores Wagner Wey Moreira e Ídico Luiz Pelegrinotti, era incentivar o trabalho integrado com outras secretarias como: Educação, Cultura, Bem-Estar Social, Saúde e Meio Ambiente, além de valorizar a participação popular. (LIMA, 1992)

Para isso, de acordo com Godoy (1995, p.92), foi necessário implementar uma política de esporte e lazer que se identificasse com a proposta do Partido dos Trabalhadores, sendo necessário ouvir a população da cidade e traçar os seguintes “princípios norteadores”:

- O esporte e o lazer municipal devem ser um direito da população e ser vivenciados pelo maior número de munícipes possível;
- O esporte e o lazer, patrocinados pelo poder público, não devem estar em função do rendimento atlético, mas sim em consonância com atitudes de cooperação, participação e ludicidade;
- O esporte e o lazer, como fenômenos sociais, vão além da concepção de prática e atividade física em tempo disponível, motivo pelo qual é necessário um trabalho coordenado com outras secretarias, como: Educação, Cultura e Bem-Estar Social;
- Todas as faixas de idade da população devem ter acesso às atividades esportivas e de lazer;
- É direito da pessoa portadora de deficiência, a participação em atividades esportivas e de lazer.

Além disso, a Secretaria buscou o apoio técnico-científico das Universidades UNIMEP e UNICAMP, proporcionando a capacitação das equipes técnicas, por meio de encontros semanais para atualização pedagógica. A abertura e incentivo a participação em cursos, congressos e palestras, motivaram a grande maioria dos profissionais. (LIMA, 2001)

Para melhor estruturação dessa proposta, de acordo com Lima (2001) foi organizada uma consultoria, realizada pelo professor Dr. Antônio Carlos Bramante que culminou com a elaboração de um amplo diagnóstico da cidade, que serviu de base para implantação da política de lazer de Piracicaba.

Essa proposta foi desenvolvida em 1990, com o intuito de minimizar alguns problemas existentes, tendo em vista que diferentes Secretarias realizavam ações de lazer e por vezes ocorriam no mesmo local e horário, ou privilegiavam demasiadamente uma comunidade, superlotando horários e locais, enquanto outras ficavam sem atendimento de lazer. (GODOY, 1992)

Com isso, de acordo com Godoy (1992, p.22),

[...] criou-se um grupo com representantes das Secretarias da Ação Cultural; Esportes, Lazer e Turismo; Meio Ambiente; Educação; Saúde; e Bem-Estar Social. [...] iniciamos então um trabalho integrado que trouxe excelentes resultados práticos, desde a organização de eventos até a criação de novos projetos.

Nesse período surgem alguns projetos, como: FelizCidade; Centros Comunitários; Projeto Desporto de Base; Projeto Saúde, Lazer e Participação; Projeto de Atividades Físicas para adultos e 3ª idade; havendo também a manutenção de projetos existentes, como: Jogos Comunitários e os grandes eventos (LIMA, 1992, 2001), além do Projeto Musculação; Férias nos bairros; Brincando com o corpo; e Projeto Clarear (destinado a pessoas com deficiência). (GODOY, 1995)



Foto 6 (Folder Institucional da SELAM-2002) Projeto Clarear

Para melhor atender a população foi criada uma política de formação para atuação em esporte e lazer de Piracicaba, no intuito de formar sujeitos capazes de atuar de forma crítica e criativa, para isso foram adotadas as seguintes estratégias:

- Reuniões em Centros Comunitários para discussão dos princípios e estabelecimento das linhas de ação;
- Implantação, no horário semanal de trabalho, de um período para reuniões administrativas e de atualização pedagógica dos professores de educação física da Coordenadoria;
- Implantação de horários de ocupação dos espaços esportivos pertencentes à municipalidade, de forma que um maior número de pessoas pudesse participar;
- Estabelecimento de reuniões entre secretarias, com objetivo de levantamento do diagnóstico da situação do lazer no município e, posteriormente, concretizar um projeto de lazer que envolvesse as Secretarias de Esporte, Lazer e Turismo, Bem-Estar Social, Educação, Cultura e Serviços Públicos (depois Secretaria do Meio Ambiente). (GODOY, 1995, p.92)

Assim, juntamente com a qualificação permanente desenvolvida pela Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo – SELT trabalhou-se com 20 professores de educação física, orientados pela equipe coordenadora, em duas linhas de ação: o “Projeto Desporto de Base” e o “Projeto Recreativo e de Lazer”. (GODOY, 1995)



Foto 7 (Folder Institucional da SELAM-2002) Projeto Desporto de Base - PDB

Na gestão de 1993 a 1996, as ações de lazer direcionadas aos bairros prestigiaram o atendimento das crianças e adolescentes com vários projetos, dentre eles o Projeto Clubin – clube da infância, cujo objetivo era ocupar o tempo da criança no período em que não estava na escola. Entretanto, esse não foi o único projeto desenvolvido nesse governo, tendo em vista que foram mantidos algumas ações da administração anterior, como: o Projeto Desporto de Base; os Jogos Comunitários; Recreação aos finais de semanas; Torneios esportivos e atividades para grupos sociais da 3ª idade, mesmo que de forma tímida. (LIMA, 2001)



Foto 8 (Paula Leite): Programa da terceira Idade

O governo de 1997 a 2000 deu continuidade e ampliou o Projeto Clubin, o Projeto Desporto de Base; e alguns outros projetos. Entretanto, vale destacar nessa administração a preocupação com o Projeto da 3ª idade que passou a ser desenvolvido em vários locais com:

Atividades Permanentes: Natação, ritmo, danças, palestras, esportes adaptados, jogos de salão.

Atividades de Apoio: Passeios, gincanas, quadrilhas, apresentações artísticas, exposição de artesanato, desafios.

Atividades de Impacto: Realização dos jogos regionais do idoso – Sede Piracicaba, com 45 cidades e 1500 idosos acima de 55 anos. Participação em jogos regionais e estaduais (desde 1992 até a presente data).

Atividades Especiais: Realização dos jogos municipais da 3ª idade. (LIMA, 2001, p.38) [grifo nosso]

Na gestão de 2001 a 2004 há o retorno de alguns projetos e manutenção de outros, além da implementação de novos como o Projeto Verão, Projeto Outono-Inverno e Projeto Viver Feliz. (LIMA, 2001)

Entre os projetos mantidos por essa gestão municipal estão:

Projeto Clarear – tem como proposta criar situações para uma melhor qualidade de vida, visando inclusão, integração e participação social dos portadores de deficiência [pessoas com deficiência]; proporcionar diversidade de atividades físicas e esportivas e possibilitar a participação em atividades competitivas.

Projeto Desporto de Base – programa de atividades esportivas e orientadas pedagogicamente, visando à formação e revelação de novos valores para o desporto piracicabano. Seu objetivo principal é fundamentar a cultura e a educação esportiva do jovem de hoje, preparando-o como cidadão do amanhã.

Programa de Atividades Físicas Orientadas – tem por objetivo propiciar e garantir aos cidadãos melhor qualidade de vida através da prática de atividades físicas orientadas, atendendo aos jovens, adultos e terceira idade, entre esses, mulheres gestantes, hipertensos e diabéticos.

Lazer e Recreação – tem por finalidade organizar eventos de lazer e recreação às comunidades dos bairros.

Projeto Terceira Idade – trabalha com atividades físicas, esportivas e de lazer, desenvolvido junto ao grupo da terceira idade, visando melhoria da saúde, bem estar social, resgatar a auto-estima e o respeito das demais gerações, revertendo à imagem do envelhecimento. (PIRACICABA, 2002) [grifo nosso]



Foto 9 (Marlene de Lima): Programa de Atividade Física Orientada

Assim, conforme Lima (2001, p.39)

No primeiro momento criou-se equipes representativas de várias Secretarias e Coordenadorias Municipais com objetivo de retornar o contato permanente com diretorias de Centros Comunitários e resgatar o processo participativo. Vários bairros [...] organizaram-se em conjunto com o poder público e realizaram plenárias do Orçamento Participativo – reuniões para discussão de aplicações de verbas públicas.

Atualmente, gestão 2005-2008, uma das grandes preocupações do poder público municipal é com os espaços públicos específicos de esporte e lazer, catalogado em Marcellino (2007) como: parques municipais de lazer; centros esportivos e de lazer; e equipamentos periféricos de esporte e lazer. Assim, esses locais, construídos ou reformados, somados aos já existentes na cidade ultrapassa o número de 140, são os chamados equipamentos específicos de lazer, sem contar com as praças, museus, bibliotecas, zoológico e demais locais públicos (gratuitos), propícios ao desenvolvimento de diversos interesses culturais do lazer, existentes em Piracicaba.

Verificamos assim que a preocupação dessa administração foi no sentido de, talvez, fazer um lazer diferenciado. A primeira preocupação foi colocar Piracicaba novamente no cenário estadual, tendo em vista que durante 20 anos Piracicaba ficou só com os seus eventos locais. Como era uma cidade pujante no esporte, onde na década de 1960, o basquete de Vlamir Marques, de Pecente, de Maria Helena, de Heleninha, dos torneios das estrelas, na década de 1970 teve o XV de Novembro, equipe de futebol famosa no Brasil todo, e na década de 1980 a Paula Gonçalves (Magic Paula) da UNIMEP e BCN, enfim, uma cidade com tantos talentos no esporte no passado, estava esquecida e foi somente nessa gestão que houve o resgate de todo isso, trazendo para a cidade grandes eventos esportivos, tais como: os jogos regionais do idoso; a ginastrada; e os jogos abertos do interior, todos responsáveis por grandes espetáculos de lazer. (LIMA, 2007b, p.01)

A atual administração desde o início de sua gestão realiza um evento que acontecia na cidade na década de 1980 (embora que em outros moldes), os jogos infantis. Evento que acontece por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras e a Secretaria Municipal de Educação, cujo objetivo é reascender as competições inter-escolares, que fazem parte do imaginário coletivo das pessoas com mais de trinta anos de idade, grandes alegrias, disputas e amizade que foram conquistadas durante o

transcorrer dos famosos e saudados jogos infantis e colegiais realizados pelo antigo Departamento de Educação Física Escolar. Esse evento é direcionado ao público das escolas municipais de 1ª a 4ª séries, e as modalidades são: atletismo masculino e feminino, bolinha de gude mista, câmbio misto, queimada mista, damas masculino e feminino, futsal masculino e feminino, além do espetáculo de abertura com danças, fanfarras e artes circenses, tendo a duração de 2 semanas.

Outro importante feito foram às parcerias com alguns clubes da cidade como o Bela Vista Nauti Clube e o Clube de Regatas Palmeiras de Piracicaba – o Palmeirão, no sentido de garantir que a população pudesse ter acesso a clubes de lazer, tendo profissionais responsáveis pelo desenvolvimento de atividades nesses locais, em determinados dias da semana, sobretudo para a terceira idade e as comunidades mais carentes, apesar dos clubes serem abertos para qualquer cidadão. É nesses equipamentos específicos de lazer que são desenvolvidas durante todo o mês de janeiro o programa de férias da cidade. (LIMA, 2007b)

Como projeto consolidado é importante lembrar dos jogos comunitários

É um evento de 25 anos, ininterrupto, e é esse o projeto onde está a grande maioria do voluntariado. Quem realmente é o responsável por todo o sucesso dos jogos comunitários, a prefeitura sim que organiza, mas acima de tudo o voluntariado que consegue manter todas as crianças, os jovens, adultos motivados a participar nesse evento há tanto tempo, inclusive com modalidades diferenciadas como a dança de salão. (LIMA, 2007b, p.01)

Além desse existe também o projeto recreação e ação comunitária

Que hoje ocorre no sentido de atender o anseio da comunidade [apenas com brinquedos móveis], talvez num futuro próximo se consiga resgatar o que aconteceu em décadas passadas [nesse projeto], resgatam também o envolvimento direto das comunidades com uma participação popular muito grande onde as atividades eram discutidas com as comunidades. (LIMA, 2007b, p.01)

Entretanto, vale destacar que em Piracicaba a quantidade de programas e projetos consolidados é bastante considerável. E seguindo essa linha, destacamos o Projeto Desporto de Base – PDB, que

[...] busca a formação esportiva de crianças e adolescentes, desde a divulgação, disseminação e a facilitação do acesso à prática das diversas modalidades esportivas, bem como a revelação e formação de atletas de médio e alto nível na comunidade piracicabana, abrangendo a faixa etária compreendida entre 06 a 18 anos. As modalidades oferecidas são: futebol de campo, futebol de salão, voleibol, basquetebol, handebol, ginástica rítmica, atletismo, natação, karatê, judô, teekwondo, capoeira, boxe, tênis de mesa, canoagem e ginástica artística. Tendo atendido [em 2007] 3000 alunos, nos 95 núcleos, em 33 bairros. (PIRACICABA, 2007)

O Projeto Desporto de Base (fase I e II) alia o esporte com o lazer, pois na ação freqüente são desenvolvidos aulas e treinamentos esportivos ou atividades recreativas; já nos eventos de apoio são realizados festivais esportivos que reúnem todos os alunos de uma determinada modalidade, e por fim, os eventos impacto que oferecem outros conteúdos além dos físico-esportivos, como é o caso das colônias de férias, gincanas, desfiles cívicos, entre outros. (GODOY, 1992)

O lazer para a terceira idade é bem diversificado na cidade de Piracicaba atualmente, tendo desde passeios em grupo para cidades vizinhas; palestras informativas sobre temas de interesse da clientela atendida como: AIDS, sexo, drogas, entre outros; visitas aos pontos turísticos da cidade; aulas de informática; hidroginástica; concurso de poesia; concurso de miss terceira idade; danças de salão; ginástica localizada; alongamento; bingo; festas dançantes; entre outras.

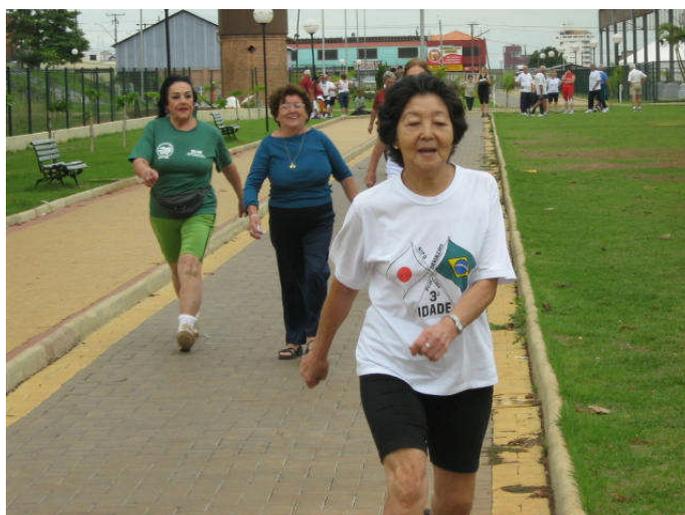


Foto 10 (Paula Leite): Olimpíadas da Terceira Idade - 2007

Esse segmento participa ainda das campanhas “agita melhor idade”, caminhadas, palestras freqüentes que são desenvolvidas com o intuito de promover informações para que em momentos posteriores eles possam usufruir a melhor maneira possível de todos os conteúdos culturais do lazer, além das olimpíadas da terceira idade.

As olimpíadas da terceira idade já é um evento consolidado e tem como objetivo contribuir para reverter à imagem do idoso na sociedade e conquistar o respeito das demais gerações, proporcionando o convívio social da troca de experiências entre as pessoas.

Em Piracicaba, além do Projeto Clarear, responsável pelo atendimento as pessoas com deficiências, o evento Olimpíadas Especiais, instituído por lei municipal, desenvolve atividades físicas e esportivas, durante uma semana, destinadas aos alunos das entidades e instituições de Piracicaba, que atuam com as pessoas com deficiência (auditiva, mental, física, visual e múltiplas) e com alunos com necessidades educacionais especiais, tem as seguintes modalidades: natação, atletismo, arremesso à cesta, dominó para deficientes visuais, tênis de mesa, construção de blocos e boliche.

Além dos projetos apresentados acima, a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, ainda desenvolve o Programa de Atividades Físicas Orientadas, O Projeto Construindo o Futuro, Programa de Férias e ainda desenvolve e apóia uma série de outros eventos esportivos e de lazer durante todo o ano, como: Passeios Ciclísticos, *Challenge Day*, Corridas de Pedestrianismo, corrida de Carrinho de Rolimã, *Eco Fest*, Canoagem, *Mountain Bike*, *Triathlon*, Festival de Pipas, Ciclismo, entre outros, proporcionando às crianças, adolescentes e toda a família momentos de lazer.

Mesmo assim, é importante registrar que na cidade de Piracicaba, como em muitas outras cidades brasileiras, ocorrem períodos onde os projetos de lazer, passam por descontinuidades ocasionadas por mudanças políticas e que às vezes para que se retomem alguns projetos (mesmo os que em outros tempos tenham sido importantes para a comunidade) demanda algum tempo.



Foto 11 (Marlene de Lima): Programa de Férias 2007

Apesar do exposto acima, de acordo com Santos (2007, p.193)

Piracicaba tem dado continuidade aos projetos bem-sucedidos das administrações anteriores na área de esportes e lazer. Na busca por melhor qualidade de vida e o bem-estar de seus habitantes, vem se empenhando em implementar novos programas e equipamentos na cidade [...]

Após a explanação dos projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM é importante destacar também que na gestão de 2005 a 2008, como em algumas outras, as ações do lazer vêm sendo desenvolvidas direta ou indiretamente, por diversas secretarias. Sobre esse assunto Marcellino (1996, p.24) chama a atenção dizendo que

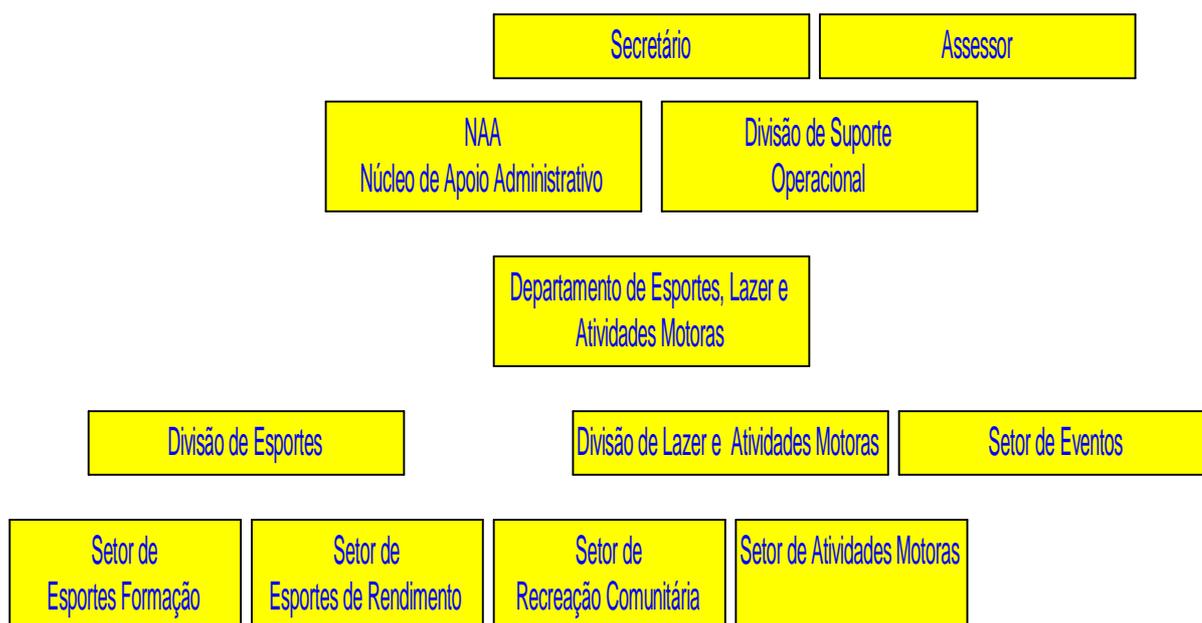
A partir da década de 70 [do século passado], incorporou-se o tema para denominar repartições de prestação de serviços públicos, geralmente associando-o, restritivamente, a setores culturais específicos. Não são poucas, nos âmbitos estadual e principalmente municipal, as Secretarias e Divisões de “Esportes e Lazer”, “Recreação e Lazer”, “Cultura e Lazer”, “Turismo e Lazer”, etc.

Quase quatro décadas se passaram e a realidade é a mesma, o pior é que com isso as atividades e eventos de lazer ficam dissolvidos em várias Secretarias, fato que dificulta uma sistematização maior e melhor para a área, além de dificultar o estabelecimento de ações específicas.

Em Piracicaba, as ações, projetos, eventos e espaços de lazer estão distribuídos e são geridos pelas seguintes Secretarias Municipais: de Turismo – SETUR (predominância dos interesses turísticos e sociais); da Ação Cultural – SEMAC (predominância dos interesses intelectuais, artísticos e sociais); do Desenvolvimento Social – SEMDES (predominância dos interesses manuais e sociais); Defesa do Meio Ambiente – SEDEMA (responsável pelos espaços, principalmente parques); e Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM (predominância dos interesses físicos-esportivos e sociais).

Com relação a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, local onde foi desenvolvida a pesquisa, o seu quadro atual é o exposto abaixo no seu organograma:

Organograma da SELAM (Gestão 2005-2008)



O atual quadro da SELAM para atuação com lazer, distribuídos em todo o organograma, mas com maior ênfase nos setores: Recreação Comunitária, Atividades Motoras e Esportes Formação (que de forma direta ou indireta trabalham o lazer), conta com 34 profissionais concursados, 02 cargos de confiança, e 32 estagiários, todos de educação física, com participação direta de

aproximadamente 350 voluntários, além do secretário, cuja formação profissional é a medicina.

3.2 LAZER E LEGISLAÇÃO EM PIRACICABA: o “legal” do legal¹⁴

Para desenvolver uma política pública de lazer é importante realizar uma análise detalhada de como a legislação municipal trata desse tema. Entre os documentos verificados destacamos a Lei Orgânica do Município e a Lei 5.449 responsável pela criação do Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras - CONSELAM, tendo em vista que esses documentos disponibilizaram informações de como se processa o campo político-administrativo local, bem como, qual a perspectiva de lazer que é abordada pelo poder público.

Verificamos assim, que acompanhando a Constituição Brasileira de 1988, a Lei Orgânica do Município de Piracicaba – SP reconhece o lazer como um direito de todos, constando em seu Título II (dos direitos e garantias fundamentais), Capítulo I (das disposições gerais), artigo 4º, que

[...] o Município promoverá por todos os meios ao seu alcance, as melhores condições para que seus habitantes possam usufruir plenamente de seus direitos a: I alimentação; II educação, III saúde, IV lazer e esporte, V segurança, VI cultura, VII ambiente ecologicamente equilibrado, VIII transporte coletivo, IX assistência social, X habitação, XI saneamento básico, e XII proteção à família, à maternidade aos idosos e aos portadores de deficiência. (Lei Orgânica de Piracicaba, 2007, p.2-3)

Segundo o art. 254, ainda na Lei Orgânica, “cabe ao Poder Público Municipal garantir, a todos, o exercício dos direitos culturais”. Para isso, é imprescindível a atuação dos profissionais do lazer, principalmente quando se pretende atuar de forma consciente, utilizando as concepções de cultura (democratização, democracia e desenvolvimento cultural), expostas por Pereira (2005), anteriormente. Além disso, em seus cinco itens, esse mesmo artigo nos mostra a importância do animador sociocultural atuar no sentido de promover o desenvolvimento cultural, tendo em vista que esse profissional deve, por meio de

¹⁴ Título retirado do livro Esporte, Lazer e Turismo: direito à alegria (1992) que também faz referência ao tratamento dado ao lazer pela legislação de Piracicaba.

suas ações, provocar reflexões para que haja um respeito mútuo na convivência cultural, para serem contempladas:

“a liberdade de criação, produção, prática e divulgação dos valores e bens culturais; o dever de cada um respeitar os direitos culturais do outro; o livre acesso aos meios e bens culturais; a responsabilidade de cada um defender a cultura e denunciar, na forma da lei, os atos a ela contrários; e, resguardar e defender a integridade das culturais locais.” (Lei Orgânica de Piracicaba, 2007, p.17)

Já com relação a participação popular, item bastante discutido no corpo desse trabalho, principalmente na perspectiva de se consolidar uma política democrática, onde os cidadãos possam participar efetivamente desde o planejamento até o controle e avaliação das ações do estado, buscando ressaltar a vontade coletiva, encontramos na seção única (da participação e iniciativa popular), capítulo III (dos direitos políticos), um artigo específico (art.11) tratando sobre esse assunto, tendo em vista que nele está exposto que

a soberania popular no Município será exercida, nos termos das Constituições Federal e Estadual e desta Lei Orgânica, mediante a participação popular nas decisões do Município; a ação fiscalizadora sobre a administração pública e a Câmara de Vereadores; a participação das associações representativas, entre outras. (Lei Orgânica de Piracicaba, 2007, p.24)

Além disso, com relação a temática lazer, segundo o Art. 267, cabe ao poder público oferecer serviços no âmbito da cultura, do esporte e do lazer para o desenvolvimento do cidadão e da coletividade.

Para isso, é importante que se tenha espaços próprios, o que não é difícil de ser visualizado, tendo em vista que a preocupação com os espaços de lazer pelo poder público em Piracicaba-SP não é recente, pois a Lei 1.256, de 07 de agosto de 1964, já determinava a criação dos centros de recreações populares em diferentes bairros do município, alterada mais tarde pela lei 2.034, de 22 de agosto de 1973, e que ainda está em vigor.

Na Lei Orgânica essa preocupação fica clara no capítulo II (planejamento e desenvolvimento econômico urbano e rural), art. 162, item III:

Provisão dos equipamentos urbanos em quantidade, qualidade e distribuição espacial que permita o direito de todos os cidadãos em ter pleno acesso aos serviços de moradia, transporte, saneamento básico, iluminação pública, saúde, cultura, **lazer**, água potável, coleta de lixo, drenagem das vias de circulação, segurança e preservação do patrimônio ambiental e cultural. (Lei Orgânica de Piracicaba, 2007, p.70) [grifo nosso].

Cabendo ao município (art. 271) apoiar e incentivar as práticas e manifestações artístico-culturais na comunidade; Construindo e mantendo espaços equipados para as práticas esportivas, culturais, artísticas e de lazer (Item III), reservando espaços verdes ou livres, como base física para recreação e cultura, prevendo-os como equipamentos indispensáveis (Item V).

Assim, o Município (art. 274) “garantirá a integração [de todos] às atividades culturais, esportivas e de lazer.”

Entretanto, na Lei Orgânica, o lazer é entendido de duas perspectivas diferentes: a primeira, no item II, do art. 255, relaciona lazer ao desenvolvimento humano, no sentido de garantir a formação de uma identidade social, com atividades diversificadas para a ocupação do tempo livre; já a segunda, coloca o lazer, o trabalho, a moradia, a educação, entre outros, como fatores importantes para eliminar riscos de doenças, ou como promoção, proteção e recuperação da saúde (Capítulo III, da saúde e saneamento – seção II, da saúde – art. 190).

Isso nos mostra que apesar do Poder Público ter avançado com relação ao entendimento da importância do lazer para a vida humana, por vezes ele trata-o num sentido limitado e funcionalista, talvez pelo fato de ser mais facilmente aplicável nessa perspectiva.

Por fim, com relação a formação profissional e a qualificação para atuação, mote dessa pesquisa, verificamos que há referências ao desenvolvimento de uma política de formação, aperfeiçoamento e valorização de profissionais que trabalham com a cultura (art. 268, item III), o que indiretamente contemplaria os servidores que atuam com o lazer, tendo em vista que o lazer faz parte da cultura.

Entretanto, não encontramos nenhuma referência na Lei Orgânica do Município de Piracicaba-SP, especificamente relacionada à Secretaria Municipal

de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, ou aos profissionais que atuam diretamente com programas ou projetos de lazer na cidade.

Ainda sobre formação e qualificação, o capítulo III (da organização do governo municipal), seção VI (dos servidores municipais), art. 53 – § 4º diz que todos os servidores poderão ser promovidos segundo critérios e objetivos estabelecidos em lei, tais como:

a) pelo desempenho de suas funções; ou b) pela orientação de títulos de conclusão de cursos, em escolas oficiais e particulares reconhecidas, relacionados com as funções do cargo.

A nosso ver, a segunda talvez seja até mais eficaz, tendo em vista que está relacionada com um aumento salarial dos profissionais de carreira da prefeitura, mediante obtenção de titulação acadêmica.

Com relação a lei 5.449, de 02 de julho de 2004, que cria o Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – CONSELAM, e o Fundo Municipal de Apoio ao Esporte, Lazer e Atividades Motoras, dispõe em seu capítulo I (dos princípios e objetivos), Art. 1º, que a política pública municipal de esportes, lazer e atividades motoras, em consonância com as políticas nacional e estadual, devem obedecer aos seguintes princípios:

I – da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva, recreativa e de lazer;

II – da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas, recreativas e de lazer sem quaisquer distinções ou formas de discriminações;

III – da liberdade, expresso pela livre prática do desporto, da recreação e do lazer, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidades, clubes ou associações específicas;

IV – do direito social, caracterizado pelo dever do Município em fomentar as práticas desportivas, recreativas e de lazer formais ou não-formais;

V – da diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não-profissional;

VI – da identidade municipal, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas, recreativas e de lazer de caráter local;

VII – da educação, voltado para o desenvolvimento integral do indivíduo como ser autônomo e participante, e fomentado por meio da prioridade dos recursos públicos ao desporto, recreação e lazer educacionais;

- VIII – da qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento bio-psico-social;
- IX – da descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônico de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para as diversas regiões do município;
- X – da segurança, propiciando ao praticante de qualquer modalidade desportiva, recreativa ou de lazer quanto à sua integridade física, mental ou sensorial;
- XI – da eficiência, obtida por meio do estímulo à competência desportiva e administrativa.

Cabendo a essa política pública, de acordo com o Art. 2:

- I – incentivar a prática esportiva, de lazer ou de atividades motoras, propiciando aos munícipes condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social;
- II – promover a distribuição espacial de recursos, serviços e equipamentos, segundo critérios de contingente populacional, objetivando a implantação de complexos poliesportivos regionais e de áreas multifuncionais para esporte, lazer e atividades motoras;
- III – promover a acessibilidade aos equipamentos esportivos, recreativos e de lazer, mediante oferta de rede física adequada a todos os seguimentos sociais;
- IV – promover ações que tenham por objetivo consolidar a prática desportiva, recreativa e de lazer como fator de inclusão social preferencialmente das crianças, dos adolescentes, das pessoas com deficiências e dos idosos;
- V – promover, fomentar e incentivar competições olímpicas e paraolímpicas de caráter local, regional, estadual, nacional e internacional;
- VI – incentivar a prática do esporte olímpico, não olímpico e paraolímpico nas escolas municipais;
- VII – orientar a população para a prática de atividades em parques, praças e áreas verdes;
- VIII – manter sistema de animação esportiva, de lazer e de atividades motoras, por meio de calendário de eventos e da instalação de atividades permanentes;
- IX – estimular a prática de jogos tradicionais populares;
- X – buscar a implantação de equipamentos públicos e áreas de lazer e recreação em todas as regiões do Município objetivando a prática desportiva não formal, caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes.

Ao Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras competem (Art. 4), entre outras atribuições:

- IV – apreciar, avaliar, emitir opinião, posicionar-se a favor ou contra e sugerir alterações, no todo ou em parte, às propostas de planos, projetos, programas, ações, atividades ou serviços que estejam vinculados ou atendam às Políticas Públicas Municipais

de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, sejam eles públicos ou privados;

XXI – promover e estimular a participação de todos os setores ou segmentos representativos da sociedade civil, através de palestras, debates, reuniões, encontros, círculos de estudo, simpósios, seminários, painéis, cursos, conferências específicas ou outras atividades similares que objetivem a formação e capacitação dos munícipes na definição, elaboração, implementação, implantação, modificação, execução e avaliação das políticas públicas de esportes, lazer e atividades motoras;

XXV acolher propostas de apoio e financiamento de projetos da sociedade civil e do poder público nas áreas de esportes, lazer e atividades motoras, deliberando sobre seu mérito e autorizando a liberação de recursos.

Quanto aos recursos oriundos do Fundo Municipal (Art. 18), serão destinados para:

I - gerenciamento, operacionalização e fiscalização dos equipamentos ou materiais permanentes de natureza pública destinados ao esporte, recreação e lazer;

IV – programas de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos;

X – fornecer meios ou subsidiar, quando necessário e possível, para a participação de atletas, de especialistas das áreas de esporte, recreação e lazer bem como de delegações em competições, torneios, festivais, cursos, apresentações e datas comemorativas de âmbito municipal, regional, estadual, nacional e internacional.

Isso nos mostra que a partir de 2004, com a criação do CONSELAM, a cidade de Piracicaba dá um salto qualitativo em busca da sistematização das políticas públicas voltadas não só ao lazer, mas também ao esporte, atividades motoras, como também a recreação.

Verificamos também o Projeto Piracicaba 2010, importante fórum de discussão para a temática do lazer. Nascido em novembro de 1999 por impulso da sociedade civil da cidade, que buscando o desenvolvimento sustentável de Piracicaba, por meio de ações ordenadas em um plano estratégico elaborado pela própria comunidade. Em 2006 passou por um processo de recalibragem para 2015.

Com relação a esse projeto, especificamente ao processo de recalibragem, destacamos duas ações relacionadas diretamente a nossa pesquisa, que são:

Criação de programas de formação e capacitação de agentes comunitários de lazer e recreação, e animadores socioculturais, bem como programas de qualificação e atualização dos profissionais da área do esporte, do lazer e atividades motoras. (SANTOS, 2007, p.210) e, abertura de concurso público para contratação de profissionais de educação física e outros que atuem em áreas correlatas. (SANTOS, 2007, p.211)

Constatamos que em termos de legislação, a cidade de Piracicaba está bem à frente de muitos municípios brasileiros, entretanto, não basta criar leis que garantam os direitos dos cidadãos ao lazer, se realmente não tiver a preocupação em efetivá-las de forma consciente.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS: preparando para a pesquisa

Nossa caminhada metodológica teve como ponto de partida a pesquisa bibliográfica (SEVERINO, 2002); ela foi desenvolvida por meio do Sistema de Bibliotecas da UNIMEP e ferramentas da internet, com levantamento das palavras-chave: lazer; formação profissional; qualificação, capacitação e treinamento; política pública; e animação sociocultural.

Esse estudo se caracterizou como um estudo qualitativo, onde o foco está nos significados que são atribuídos pelas pessoas, havendo assim, uma descrição mais detalhada dos fenômenos e comportamentos. Os dados têm uma maior riqueza de detalhes e profundidade, cabendo ao pesquisador ter habilidades para observar, registrar e analisar as interações reais entre as pessoas e os sistemas. Nessa perspectiva “estabelecem-se qualidades a serem medidas. São consideradas as questões da pesquisa, onde os instrumentos de medida utilizados são questionários.” (BOENTE, 2004, p.12)

A pesquisa caracterizou-se como uma combinação entre pesquisa bibliográfica e de campo. (SEVERINO, 2002)

Após a pesquisa bibliográfica e construção do referencial teórico, por meio de uma análise temática com a compreensão da mensagem global veiculada na unidade (SEVERINO, 2002), iniciamos à pesquisa de campo, desenvolvida com

base em Andrade (2001, p.127), na perspectiva de que é nesse tipo de pesquisa que ocorrem espontaneamente os fenômenos, uma vez que não há interferência do pesquisador sobre eles.

Para isso, elaboramos uma carta de recomendação e encaminhamos ao Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, da Prefeitura de Piracicaba – SP, para autorização da pesquisa de campo.

Autorizada à pesquisa de campo, passamos a fazer a coleta de dados sendo ela dividida em dois momentos: Primeiro realizamos a pesquisa documental junto a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, e num segundo momento passamos a pesquisar os espaços por meio de observação participante, que se pautou no acompanhamento da atuação dos profissionais em alguns equipamentos específicos de lazer na cidade de Piracicaba – SP. (BRUYNE, 1977)

Além da observação participante, foi utilizado, como técnica de coleta de dados, o questionário, no intuito de possibilitar respostas mais complexas que permitam um maior esclarecimento dos fatos. (BRUYNE, 1977)

Como método de investigação utilizamos o estudo de caso, também apresentado por Bruyne (1977).

4.1 DELIMITANDO O UNIVERSO: as escolhas

O local/órgão escolhido para a realização da pesquisa foi a Secretaria de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, por dois motivos: 1) ser a Secretaria responsável pela sistematização das atividades de lazer do município; 2) ter em seu corpo profissional, sujeitos da área da Educação Física, objeto do mestrado em questão. A referida pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, da UNIMEP (anexo 01).

A escolha dos profissionais foi do tipo não probabilística, intencional por critérios de acessibilidade e representatividade. Como representatividade: o expressivo número de profissionais atuando com o lazer, a quantidade de

equipamentos específicos do lazer na cidade, a tradição de atividades de lazer no município.

O número de sujeitos para a pesquisa foi definido a partir da saturação dos dados, ou seja, ao se tornarem repetidas as respostas encerramos a aplicação dos questionários. (MAGNANI, 1982)

A pesquisa foi constituída por 12 profissionais, todos de competência específica, que atuam diretamente ou indiretamente com atividades de lazer.

Para chegarmos aos profissionais mencionados anteriormente realizamos um levantamento dos equipamentos específicos de lazer existentes na cidade, junto a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras - SELAM e a Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente - SEDEMA, onde obtivemos a relação de mais de oitenta espaços, o que foi organizado em Marcellino (2007, p.167-173) como Patrimônio Urbano de Esportes e Lazer de Piracicaba, sendo divididos em Centros Esportivos e de Lazer; Parques Municipais de Lazer; e Equipamentos Periféricos de Esporte e Lazer.

Com base nessas informações, escolhemos equipamentos que contemplassem todas as regiões da cidade; todas as três categorias de equipamentos acima mencionadas; e todos os tamanhos (grande, médio e pequeno porte), totalizando assim 15 espaços.

De posse dessas informações realizamos a observação participante nos equipamentos específicos de lazer, conhecendo os profissionais e fazendo anotações em um diário de campo, por meio de um roteiro de observação pré-estabelecido. (apêndice 01)

Após a observação participante foi aplicado um questionário (apêndice 02) junto aos profissionais que atuam com atividades de lazer nos espaços pesquisados.

Para participar da coleta, foram estabelecidos os seguintes critérios:

- Vinculação profissional com a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM;
- Ser formado ou está em formação, tendo em vista que pesquisamos o profissional;
- Atuar com atividades de Lazer, mesmo que seja no Setor de Esporte ou no Setor de Atividades Motoras;
- Atuar nos equipamentos pesquisados;
- Concordar em participar da investigação, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. (Apêndice 03)

Os questionários foram respondidos pelos profissionais em seu local de trabalho, sendo importante esclarecer que o fato de alguns atuarem em mais de um local pesquisado não implicou em responder mais de uma vez o questionário.

4.2 ABRINDO O DIÁRIO DE CAMPO: uma visão do pesquisador

Com a observação participante verificamos várias ações importantes para o entendimento do nosso trabalho, sendo oportuno informar que a inserção do pesquisador nos espaços foi tranqüila, com a aprovação de todos os profissionais pesquisados, que o atenderam com muita presteza e simpatia.

Descreveremos a seguir os equipamentos específicos de lazer escolhidos e as anotações do diário de campo.

4.2.1 Centros Esportivos e de Lazer

4.2.1.1 Clube de Regatas Palmeiras de Piracicaba

O espaço está localizado na área central da cidade, próximo ao Complexo Municipal de Esportes, conta com uma sala para prática de Karatê onde é desenvolvida essa modalidade as terças e quintas, no período da manhã e da tarde, com crianças de 05 a 12 anos, e apesar de fazer parte da fase I e II do Projeto Desporto de Base - PDB, caracterizada pela iniciação esportiva, por meio de atividades de lazer, não verificamos a presença do lúdico nessa atividade. Há também a sala de ginástica, onde são desenvolvidas atividades também do PDB.

O campo de futebol de areia não está em bom estado de conservação, e as duas quadras poliesportivas também necessitam de melhorias. No salão multidisciplinar são desenvolvidas diversas atividades, como: palestras, oficinas e danças para a terceira idade. Para esse mesmo público também tem os passeios com saída e chegada no clube. Tem ainda duas piscinas, sendo uma infantil e a outra adulta destinada ao treinamento, onde é desenvolvida, também, a atividade de hidroginástica, principalmente com alunas da terceira idade. Nossa observação ficou prejudicada, tendo em vista que esse equipamento estava passando por reforma no período da pesquisa. Esse espaço é cedido por comodato para a Prefeitura por 15 anos renováveis por mais 15. O programa de férias é desenvolvido nesse equipamento e funciona durante o mês de janeiro para crianças e adolescentes das comunidades da cidade, sendo necessário realizar inscrições prévias para participar, isso acontece pelo fato de haver uma grande procura por parte da população, tendo em vista que esse programa acontece na cidade há mais de duas décadas. Nesse evento o ponto forte é a piscina; entretanto são realizadas outras atividades abrangendo quase todos os conteúdos culturais do lazer, embora privilegiando os físico-esportivos. A partir de 2008 todos os profissionais da SELAM atuarão no programa de férias.



Foto 12 (Marlene de Lima): Clube “Palmeirão” – Programa de Férias 2007

4.2.1.2 Centro Esportivo e de Lazer Santa Terezinha

Esse espaço é fechado, localizado próximo ao centro do bairro e funciona somente de segunda a sexta, salvo em dias de campeonatos, onde é aberto à

comunidade em geral; não funciona também nos feriados. Conta com um ginásio municipal coberto (Waldemar Giusti); um campo de futebol gramado oficial; e duas quadras poliesportivas externas; além de vestiários. Há nesse espaço um profissional que atua com treinamento de futebol as segundas, quartas e sextas, no período da manhã e tarde. Também encontramos em nossa observação outros profissionais da SELAM que atuavam na final do futebol de campo infantil dos jogos comunitários; entretanto, a participação deles nesse momento foi somente como organizadores, atuando na montagem das equipes e da tabela dos jogos. O material utilizado estava em boas condições e os árbitros foram contratados de outra instituição. A atividade foi muito prazerosa para a pequena platéia que assistia entusiasmada, mesmo naquela manhã de muita chuva. Orientações táticas, gritos, comemorações calorosas, xingamentos, foram atitudes vivenciadas nesse momento de lazer.



Foto 13 (Gustavo Brito): Ginásio Waldemar Giusti - 2007

4.2.1.3 Centro Esportivo e de Lazer da Paulicéia

O espaço é bom, porém poderia ser mais bem conservado. Conta com uma quadra poliesportiva coberta, iluminada e com vestiários; um pequeno parque infantil; mini-pista para caminhada; campo de futebol de areia; e duas canchas de bocha rafa¹⁵. O espaço foi inaugurado em 15 de outubro de 2006, entretanto, necessita de reformas, tendo em vista que a população local tem esse

¹⁵ Denomina-se Bocha Rafa, o jogo disputado por equipes Individuais, Duplas, Trios e Quartetos, em quadras fechadas e cobertas, nas categorias masculina, feminina e mista.

espaço como sendo do governo, como se não fosse da comunidade. Observamos “brincadeiras” de arremesso de tijolo dentro da quadra coberta, o que acabou por danificar todo o piso, apesar de ser um local relativamente novo. Verificamos pouca participação dos membros da comunidade, principalmente pelo fato da existência de gangues que vendem drogas no local, inclusive durante o dia, momento que encontramos adolescentes consumindo drogas. Partimos do princípio que talvez, se tivessem o auxílio de animadores no espaço, esses jovens teriam a possibilidade de ampliar cada vez mais seus conhecimentos e encarar não só as atividades, como também a própria vida de forma diferente (CLÉRO, 1974), tendo em vista que esses indivíduos têm capacidades, gostos e tendências, sendo o animador sociocultural um mediador entre o meio e eles; entretanto, gostaríamos que ficasse claro que não pretendemos que esse espaço seja utilizado com a finalidade de recuperar os “participantes do vício”, pois se assim fosse trataríamos do lazer funcionalista. No espaço não há segurança, nem encontramos profissionais no desenvolvimento de atividades. Essas atividades foram paradas para reformar o local e quando as atividades foram retomadas, a comunidade terá a atuação de profissionais da SELAM. O trabalho nesse espaço é bastante prejudicado por não ter um animador, e o fator mais agravante é que por ficar em frente a pontos de drogas e por vezes servir como espaço de fuga, os profissionais ficam temerosos em atuar nessa área. De acordo com Santos (2007) o aumento do tráfico e proliferação do uso de drogas é uma das ameaças para a prática do lazer em alguns espaços de Piracicaba.



Foto 14 (Gustavo Brito): Vista parcial do Centro de Lazer da Paulicéia 2007

4.2.1.4 Centro de Esporte e Lazer da Vila Rezende

A área de esporte e de lazer é dividida em dois locais: o primeiro é o Ginásio Municipal Felício Maluf, nesse espaço acontecem treinamentos esportivos e competições oficiais como os jogos comunitários, aberto ao público com grande participação da população que vê a possibilidade de assistir aos jogos como atividade de lazer; o outro espaço conta com uma quadra de futebol gramada, com alambrado e iluminação, três mesas (tabuleiros) de xadrez, onde também ocorrem os jogos de cartas; uma quadra de amarelinha; barras para atividades físicas, um parque infantil, e muitos bancos. Esse espaço fica localizado em um local íngreme, porém agradável pela arborização e nele encontramos alguns adolescentes e muitas crianças, além dos adultos que caminham em volta do espaço geralmente pela manhã e ao entardecer. O local está muito bem conservado, tendo em vista que foi inaugurado recentemente (12 de outubro de 2007). Não encontramos profissionais nesse espaço.



Foto 15 (Gustavo Brito): Centro de Lazer da Vila Rezende 2007

4.2.1.5 Complexo Municipal de Esportes

Esse espaço é o que tem mais equipamentos disponíveis para a prática de esportes e lazer, e é nele onde geralmente são realizados os grandes espetáculos esportivos da cidade, além de alguns eventos como as olimpíadas especiais (destinadas às pessoas com deficiências) e a ginastrada. No Ginásio Municipal Waldemar Blatkauskas e no Mini-Ginásio José Oliveira Garcia Neto, também são desenvolvidos treinamentos das equipes piracicabanas de handebol, basquete e vôlei, além do vôlei adaptado para a terceira idade. A Piscina Municipal Dr.

Samuel de Castro Neves é olímpica e atende de terça a sexta, os projetos Construindo o Futuro, Desporto de Base e Clarear, com profissionais e estagiários, da SELAM, responsáveis pelo desenvolvimento de treinamentos e do lazer para um público com e sem deficiência. A piscina é sempre um lugar agradável, a criançada mergulha, brinca e aprende a nadar; entretanto, a participação diminui nos dias de chuva, pois apesar da piscina ser aquecida, por ter um volume muito grande de água e não ser um local fechado, o frio é intenso, problema verificado geralmente no inverno. Esse é o equipamento que tem sempre fila de espera, pois é o mais solicitado pela população. O Complexo conta ainda com o Estádio Municipal Barão de Serra Negra, onde são realizados os jogos do XV de Novembro, contudo, não foram verificadas atividades nesse espaço, pelo fato do campo estar em reforma. Há ainda a academia de musculação (desativada provisoriamente); refeitório municipal do atleta (a SELAM atualmente disponibiliza bolsas para 23 atletas); sedes de ligas e entidades esportivas; sala adaptada do Projeto Clarear (atua com pessoas com deficiência) e uma sala de fisioterapia; além do alojamento dos atletas. No período da pesquisa verificamos grandes espetáculos de lazer como a ginastrada e o encerramento dos jogos comunitários, em ambas as apresentações o ginásio principal recebeu um grande público, membros da comunidade de diversas idades, com predominância das crianças que corriam pelo espaço, geralmente em grupos, sem conseguir ficar paradas nas arquibancadas. A cada apresentação alguns grupos se manifestavam com gritos de guerra ou aplausos calorosos. Alguns grupinhos de adolescentes aproveitaram para jogar baralho ou namorar nas outras dependências do complexo.



Foto 16 (Gustavo Brito): Piscina Municipal Dr. Samuel de Castro Neves

4.2.2 Parques Municipais de Lazer

4.2.2.1 Área de Lazer do Trabalhador

O espaço é bastante amplo, aberto 24 horas, com muitas árvores. Possui quatro quadras poliesportivas, sendo duas com alambrado e iluminação; um campo de futebol gramado oficial com alambrado, mas sem iluminação o que impossibilita sua utilização à noite; um campo de futebol de areia; um mini-lago artificial; uma pista de skate; uma pista de bicicross; além do campo de *gatebooll* e da quadra de *softboll* (modalidades esportivas e de lazer praticadas pela comunidade japonesa da cidade). O local é bastante freqüentado nos finais de tarde, sobretudo aos feriados e finais de semana, e apesar das quadras estarem muito mal conservadas, sem condições de utilização das tabelas de basquete e mastros do vôlei, os usuários trazem as redes para as traves de futebol e a bola e utilizam bastante esse espaço. Não encontramos nenhum profissional da prefeitura nesse equipamento, havendo somente voluntários, responsáveis pelo treino de futebol de equipes das comunidades próximas, crianças com idade entre 10 e 13 anos, inclusive do sexo feminino. A pista de bicicross é utilizada somente em campeonatos, fato esse comprovado pela falta de usuários no período da pesquisa, entretanto, verificamos a utilização de drogas, sobretudo à noite por ser um lugar aberto, escuro e não ter policiamento. A pista de skate é uma das mais utilizadas da cidade, pelo fato da boa localização e pelo estilo do aparelho que difere dos outros existentes em Piracicaba, aqui verificamos uma grande diversificação de faixa-etária, de 07 a 40 anos, inclusive com a utilização simultânea da pista, pois de acordo com alguns freqüentadores o skate é uma modalidade esportiva que congrega todas as idades, sendo o esporte que mais cresce atualmente no Brasil. Nos dias 02, 03 e 04 de novembro foi realizada a etapa piracicabana do campeonato estadual do skate nesse espaço, evento apoiado pela SELAM.



Foto 17 (Gustavo Brito): Pista de Skate da Área de Lazer do Trabalhador

4.2.2.2 Parque Estação da Paulista

O espaço é amplo e muito bem conservado, a grande circulação de pessoas se dá geralmente nos feriados e finais de semana à noite, períodos em que identificamos a presença de todas as faixas-etárias e gêneros. Nesse espaço, como em outros pesquisados, há a predominância das atividades físicas, pelo menos desenvolvidas pela SELAM. O espaço conta com uma pista de caminhada e uma ciclovia, campo gramado e campo de areia, ambos com alambrado e iluminação. O equipamento também tem dois locais com brinquedos infantis, o primeiro tem um parque infantil que atende geralmente as crianças menores (02 a 05 anos) e no final do espaço tem outro com uma casinha miniatura, parede de escalada, balanço, bola de gude, peteca, entre outros brinquedos, porém menos freqüentado que o primeiro. Há também o espaço cultural, local onde é desenvolvida a ginástica rítmica (GR) com uma profissional da SELAM; essa atividade funciona terças e quintas das 14:00 às 16:00 horas e quartas e sextas das 08:00 às 09:00 horas, o público é formado exclusivamente por crianças de 07 a 14 anos do sexo feminino, as atividades são desenvolvidas de forma lúdica, buscando ensinar os movimentos da GR por meio de brincadeiras, há muita alegria, risadas, gestos engraçados e conversas, fato que inclusive deixa as participantes mais motivadas, opinando na criação de coreografias e escolhas de músicas. Há um equipamento chamado Estação idoso; nesse local, de segunda a sexta acontecem atividades voltadas para o público da terceira idade, as segundas e quartas, das 08:00 às 09:30 horas, tem alongamento, terças e

quintas, das 07:30 às 09:00 horas, ginástica localizada, e as sextas das 15:00 às 17:00 horas, dança de salão, com profissionais da SELAM, entre outras atividades que são desenvolvidas por outras secretarias. As atividades da manhã têm hora marcada para início e término e são muito técnicas, entretanto, são acompanhadas com bastante interesse por todos. O material utilizado é suficiente e está bem conservado, percebemos a participação de mais de 70 pessoas (quase todas mulheres), contudo não verificamos integração entre elas, tendo em vista que saem muito rapidamente após as atividades. As sextas pela manhã há o encontro para confecção de artesanato (SEMDES). Nesse horário há uma maior integração, inclusive com a discussão de temas de interesses delas. No período da pesquisa foi desenvolvida uma gincana pela SELAM e a participação foi muito grande, a euforia tomou conta do espaço com provas intelectuais, manuais e físicas, alguns idosos ainda relataram suas histórias de vida como parte de uma atividade. Esse espaço serve também como ponto de encontro para vários grupos da terceira idade, que fazem entre outras atividades, bingos, informática, crochê, tricô, fuxico e ginástica chinesa. À noite as atividades são: desenho, pintura, dança de salão, sapateado, todas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Ação Cultural - SEMAC.



Foto 18 (Gustavo Brito): Estação Idoso – Programa da Terceira Idade

4.2.2.3 Parque Paraíso da Criança

O espaço é muito bonito, grande e com muitos brinquedos infantis, o local é feito quase que exclusivamente para crianças, tendo aparelhos como: arvorismo; casa da árvore; castelo; túnel; parede para escalada; casa forte; pista para salto; circuito de ginástica; casa dos espelhos; labirinto; parque infantil; cabana; carro da idade da pedra; peteca; amarelinha; bola de gude; pião; pular-corda (tudo em moldes miniatura); além de um salão multidisciplinar aonde acontecem atividades como palestras; exposições e aulas de confecção de brinquedos reciclados, sempre com temas ligados ao meio ambiente. O local é muito arborizado e com muitos bancos, além de uma pista de caminhada que é aberta à comunidade das 07:00 às 17:00 horas. Esse espaço não conta com profissionais da SELAM, pois esse é um espaço administrado pela Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente - SEDEMA, contando apenas com profissionais e estagiários dessa Secretaria. Aqui não há atividades dirigidas, porém normalmente o local recebe uma quantidade muito grande de crianças que vêm com seus pais ou com professores em excursões escolares. Nesse espaço o elemento lúdico é bastante valorizado, as expressões faciais de todos os usuários são muito positivas, muita risada, correria e satisfação. As escolas promovem passeios ao espaço com grande freqüência de terça à sexta; já aos sábados, domingos e feriados, períodos em que o parque fica aberto das 09:00 às 17:00 horas, verificamos a participação da comunidade local, de outros bairros e também de municípios próximos. Aqui realmente encontramos o fenômeno lazer tal qual encontramos no conceito (o lazer como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou sua formação desinteressada, sua participação social ou sua capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. Dumazedier, 1973, p.34). Acreditamos, entretanto, que esse é um espaço que necessita de animador, principalmente no intuito de desenvolver outros conteúdos culturais do lazer, como artísticos e intelectuais, mesmo que sejam atividades ligadas exclusivamente as questões do meio ambiente.



Foto 19 (Gustavo Brito): Parque Paraíso da Criança - 2007

4.2.2.4 Parque da Rua do Porto

O espaço é bastante amplo, com árvores e um lago artificial, poderia ter uma estrutura melhorada, principalmente à pista de caminhada que está desnivelada e com muitas rachaduras, o que dificulta a corrida/caminhada dos usuários, fazendo com que muitos deles caminhem pela grama. O parque conta também com uma casa de barcos e escola de canoagem (infra-estrutura construída pela prefeitura, mas com atuação de associações da área, que prestam serviços gratuitos, aulas de canoagem, para a comunidade); escolinha de trânsito; parque infantil e teatro de arena. Há ainda um espaço ao ar livre aonde acontecem às atividades de musculação e ginástica, práticas essas prejudicadas pelo fato de não ter um local coberto e fechado para o seu desenvolvimento; assim em dias de chuva essas atividades não são desenvolvidas. Outro ponto negativo é o fato de não ter um local apropriado para guardar o material, o que acaba danificando-o. Há ainda a caminhada que apesar de ser a atividade com maior número de participantes não tem nenhum acompanhamento profissional. A musculação é praticada somente por homens, cuja idade é entre 20 e 30 anos, predominantemente, acontece no final das tardes, sendo acompanhadas por um estagiário. Já a ginástica é realizada as quartas e sextas, das 07:30 às 08:30 horas com um público razoavelmente pequeno, de faixa etária superior aos 40 anos e basicamente feminino é conduzida por uma profissional de educação física da SELAM, e para participar dessa atividade não há necessidade de inscrição prévia, fato esse importante, pois há no parque, nesse horário, uma circulação

muito grande de pessoas e caso alguém se interesse pode ingressar na atividade. Os participantes dessa atividade vêm de bairros variados e há uma interação boa entre a profissional e as usuárias, tendo em vista que a professora conversa bastante com as alunas antes da ginástica, ouvindo sugestões para possíveis adaptações, sugere dinâmicas que tornam a atividade mais prazerosa e termina de acordo com o desejo das participantes e não por hora marcada. O material é precário, mas a atividade segue com bom nível de aceitação. A ginástica só não tem mais freqüentadores pela falta de divulgação, além do fato da profissional não ter nenhuma identificação como uma camiseta ou colete da Secretaria, o que facilitaria a visualização dos freqüentadores.



Foto 20 (Gustavo Brito): Vista Parcial do Parque da Rua do Porto

4.2.2.5 Parque de Lazer Eldorado

O espaço foi recém construído num local onde funcionava o lixão da cidade, conta com um campo de futebol gramado oficial em ótimas condições; pista para caminhada freqüentada pelas manhãs e ao entardecer; um campo de futebol de areia com alambrado e iluminação; parque infantil e uma quadra de vôlei de areia, utilizada frequentemente por atletas para treinamento da modalidade. Há um profissional da SELAM que utiliza esse espaço para treinamento; entretanto, não conseguimos encontra-lo no local, nem nos dias marcados para treino, tendo em vista que a quadra de vôlei de areia estava encharcada devido às chuvas dos dias anteriores a pesquisa. Percebemos que não há muita participação nesse espaço, geralmente sendo utilizado somente o campo de futebol e a pista de caminhada, acreditamos que seja pelo fato da

proximidade com a UNIMEP e a possibilidade de utilização da mesma para o lazer. O profissional nesse espaço poderia motivar a comunidade a participar, criando, junto a ela, atividades do interesse da população, individuais ou grupais, na perspectiva de levar esses indivíduos ao espaço.



Foto 21 (Gustavo Brito): Visão noturna do Parque de Lazer do Eldorado

4.2.3 Equipamentos Periféricos de Esporte e Lazer

4.2.3.1 Sistema de Lazer do Tatuapé

Esse espaço, também chamado de Sistema de Lazer, conta com um campo de futebol gramado, com alambrado e iluminação; além de um parque infantil. Fica localizado ao lado de um centro social, aonde são desenvolvidas as atividades de alongamento e ginástica, com um público feminino da terceira idade, as terças e quintas, das 07:30 às 08:30 horas. Essas atividades iniciam com uma caminhada ao redor de um pequeno córrego e continuam no centro social, por ser um local coberto e com muita ventilação. Não há nenhum material disponível para utilização, ficando a cargo das participantes trazer toalhas para o desenvolvimento da atividade. A profissional tem uma excelente relação com as usuárias do projeto, que freqüentam o espaço buscando uma melhor qualidade de vida por meio da atividade física e de lazer. A atividade poderia ter maior duração,

já que há o interesse da população atendida para isso, entretanto, a profissional da SELAM não disponibiliza de tempo, pois atende a outras comunidades, sempre com hora marcada. Nesse espaço também são desenvolvidas atividades manuais por meio da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social – SEMDES. O campo de futebol é pouco freqüentado nos dias de semana, entretanto, aos finais de semana há uma grande participação da comunidade, inclusive com torneios criados pela própria população local.



Foto 22 (Gustavo Brito): Campo de Futebol - Sistema de Lazer do Tatuapé

4.2.3.2 Espaço de Lazer do Jardim Jupιά

As atividades de lazer no bairro estão divididas em dois espaços. O principal está ao lado do centro comunitário, no final do bairro e conta com um campo de futebol oficial em ótimo estado de conservação, onde presenciamos um campeonato entre bairros; um parque infantil; cancha de bocha e cancha de malha. O espaço não conta com uma pista de caminhada; entretanto, os moradores do bairro fazem da calçada ao redor do campo de futebol seu espaço para caminhar¹⁶, contudo, percebemos que essa atividade é desenvolvida geralmente por idosos, sem nenhuma orientação, tendo em vista que observamos pessoas caminhando com calçados não apropriados (havaianas). Apesar de não ter animadores, o local é bastante freqüentado, há constantemente campeonatos

¹⁶ Sobre isso Marcellino (2006) comenta que há inúmeros casos de “adaptações” ou até mesmo “novos usos”, pela população, diferentes daqueles para os quais foram planejados os espaços, isso pode ser minimizado quando a comunidade é chamada para participar de todo o processo, desde a construção do espaço até a execução de atividades.

de futebol, de truco e de bocha; essa última é a atividade que mais funciona (todos os dias e todos os horários), principalmente feriados e finais de semana, quando há uma circulação maior de pessoas. O que mais chamou a atenção foi a grande amizade entre os usuários do local, além do fato de que todas as pessoas que estavam no local eram convidadas a participar dos jogos ganhando uma ficha (tampinha de cerveja); nesse espaço há uma confusão de sentimentos como: xingamentos, risadas, aplausos, tapinhas nas costas, além de atitudes como a de técnicos incentivando e orientando. Quem abre e fecha o espaço são os integrantes do centro comunitário, talvez por isso seja aberto diariamente de manhã até a noite. O segundo local é mais próximo ao centro do bairro e conta com uma quadra de areia e uma pista de skate, ambas iluminadas; entretanto, em todas as visitas realizadas a esse local não encontramos ninguém o utilizando. Nesse espaço encontramos o projeto Recreação e Ação Comunitária que, atualmente, é desenvolvido somente aos sábados e domingos, estando resumido somente a disponibilização de uma cama elástica e dois balões pula-pula, contudo, a coordenadora do projeto informou que ele está em fase de reformulação. Esse projeto atende às comunidades por meio de solicitações.¹⁷



Foto 23 (Gustavo Brito): Bocha e Truco no Espaço de Lazer Jardim Jupia

4.2.3.3 Espaço de Lazer Jardim Boa Esperança

Espaço inaugurado em 03 de junho de 2006, conta com um campo de futebol de areia com alambrado e iluminação; um parque infantil; uma cancha de

¹⁷ Sendo disponibilizado quando solicitado a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, por meio de ofício dos políticos ou da própria comunidade.

malha coberta e passeios internos iluminados, além de sanitários. Esse equipamento fica localizado ao lado de uma escola municipal e do centro comunitário do bairro, que serve também como salão de festas e atrás da escola há uma quadra poliesportiva em excelente estado de conservação e bastante utilizada, esse espaço é conhecido pela comunidade como “buraco”, pois antes da construção da quadra havia apenas um grande descampado onde eram desenvolvidas as atividades de lazer do bairro. Ambos os espaços ficam na parte superior de uma favela e tem um difícil acesso, entretanto, tem uma freqüência grande de crianças, adolescentes e adultos, em sua maioria do sexo masculino que se apropriam do espaço, sobretudo, à noite, nos feriados e aos finais de semana. O material da malha fica sob a responsabilidade da presidente do centro comunitário e a iluminação é manuseada pelos próprios usuários que quebraram o cadeado e iluminam o espaço quando escurece. Em nossa observação verificamos muita disputa pela preferência na utilização do espaço, com muita briga, chegando a ter duas partidas de futebol sendo disputadas ao mesmo tempo. Os banheiros estão quebrados e a cobertura da cancha de malha danificada em virtude da “brincadeira” de “tiro ao alvo” (pedras acertadas no teto). À noite o local é freqüentado somente por moradores. Esse foi o bairro onde encontramos mais crianças na rua, a maioria usufruindo do lazer vivenciado de sua maneira, como empinando pipa, jogando futebol ou vôlei na própria rua, além de jogar bola de gude.



Foto 24 (Gustavo Brito): Quadra do Jardim Boa Esperança, antigo “Buraco”

4.2.3.4 Espaço de Lazer da Vila Sônia

O equipamento de lazer do bairro também é dividido entre dois locais, ambos no centro do bairro, um é pequeno e conta com uma pista de skate e um campo de futebol de areia com alambrado atrás das traves, localizado ao lado de um centro social e próximo ao terminal rodoviário do bairro. O outro está localizado em frente ao terminal e conta com um espaço gramado aonde as crianças soltam pipa e um parque infantil. Não tem nenhum profissional atuando nesse equipamento, e a participação da população não é tão intensa como verificamos em outros espaços. Aqui, seria importante a atuação de animadores socioculturais, não na perspectiva de direcionar atividades, mas dando sentido a elas por meio do interesse dos sujeitos, e assim motivar o aumento da utilização desse espaço.



Foto 25 (Gustavo Brito): Espaço de Lazer da Vila Sônia

4.2.3.5 Espaço de Lazer de Perdizes

Espaço aberto com muitas árvores e conta com um campo de futebol de areia com alambrado e iluminação; um parque infantil; espaço de areia para bola de gude e castelos de areia; uma tabela de basquete para treinar arremessos; e uma quadra de vôlei de areia. Apesar do espaço ter sido inaugurado há aproximadamente 01 ano, o mato está muito grande, dificultando a circulação de

peças no local, sobretudo as crianças. O público que frequenta o espaço é geralmente constituído por crianças e adolescentes que utilizam geralmente o campo de futebol. A noite encontramos um grupo de adultos que disseram frequentar semanal ou quinzenalmente (quando tem chuva passam mais tempo sem frequentar o local). Nesse equipamento encontramos o mesmo profissional que atua no Parque do Eldorado, com treinamento de vôlei de praia, num espaço adaptado, tendo em vista que a quadra não tem as dimensões oficiais, nem a areia apropriada para o treinamento. Esse profissional atua ainda no Complexo Municipal de Esportes com o vôlei adaptado para terceira idade, sempre trabalhando o rendimento e poucas atividades lúdicas.

No início da nossa observação participante (quatro primeiros dias) nos deparamos com a falta de profissionais nos equipamentos específicos de lazer, fato depois justificado, tendo em vista que a maioria dos profissionais da SELAM não trabalham aos feriados, nem nos finais de semana, salvo em dias de competições ou festivais. Isso nos chamou muito a atenção, principalmente por nesse período termos verificado a maior circulação da população pelos espaços, utilizando-os de formas variadas, inclusive, por vezes, danificando-os, sendo importante lembrar que é imprescindível a atuação de animadores socioculturais em momentos alternativos, principalmente conhecendo o que acontece nas comunidades, quais são as suas preferências de atividades e também quais os melhores horários para que elas aconteçam.

Continuando a pesquisa fomos encontrando os profissionais que de forma muito solícita nos recebeu, e logo percebemos que o conhecimento de lazer, da maioria, era restrito aos conteúdos físico-esportivos, desenvolvendo suas atividades de maneira coerente com seus discursos limitados no tocante ao lazer. Poucos profissionais utilizam o elemento lúdico como facilitador nas suas atividades, buscando entender as necessidades e anseios dos participantes para desenvolver uma prática que envolvesse a maioria deles.

De acordo com Godoy (1992, p. 37), o exposto acima acontece

[...] devido a fatores de tradição cultural na formação dos quadros profissionais de órgãos públicos, ligados ao esporte e ao lazer, a

predominância (em volume e quantidade dos trabalhos ligados aos interesses físicos e esportivos), fica bastante evidente em nossa Secretaria [referindo-se a SELAM].

O mesmo autor continua ainda dizendo que

É claro que essa evidencialização nos esportes e atividades físicas, enquanto opção de lazer, não ocorre por iniciativa dos órgãos públicos e seus profissionais de uma forma isolada. Esses órgãos e seus profissionais estiveram, e ainda estão bastante influenciados pela “mídia”, pelos interesses comerciais, e por nossa cultura de lazer que privilegia o esporte em detrimento de outras opções culturais. (GODOY, 1992, p.37)

Godoy (1992) vai mais longe ao afirmar que apesar dos conteúdos físico-esportivos também possibilitarem descobertas e mudanças de atitudes, é mais difícil verificarmos a passagem dos níveis conformistas, para o crítico e o criativo, nessa área, por várias razões desde os movimentos higienistas e sanitaristas.

Assim, torna-se importante que a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras desenvolva projetos de lazer abrangendo todos os interesses culturais, apesar de

o desenvolvimento de outros interesses culturais como os artísticos, os intelectuais e os sociais, principalmente, sempre [terem sido] vistos com certos receios por parte dos políticos e conseqüentemente dos órgãos públicos. Tais atividades oferecem “riscos” a manutenção do “*status quo*” da classe político-financeira dominante, levando as pessoas a se informarem melhor, desenvolver seu potencial crítico e cultural, discutirem assuntos que pode levar a uma visão mais transparente da sociedade, e “pior”, descobrirem a força da comunidade através das atividades associativas organizadas. (GODOY, 1992, p.37)

Além da questão do desenvolvimento quase que exclusivo dos interesses físico-esportivos, percebemos que alguns dos equipamentos que mais concentram a participação da população são justamente os que não têm profissionais da SELAM atuando, como é o caso da Área de Lazer do Trabalhador e o Parque Paraíso da Criança, e outros com profissionais que atuam em horários marcados, geralmente uma hora, duas vezes por semana, como é o caso do Parque da Rua do Porto. Verificamos ainda que há por parte da população uma procura cada vez mais crescente por práticas de lazer.

Encontramos atividades de lazer como gincana, torneio de truco e competição de bocha, sendo desenvolvidas por profissionais do Órgão pesquisado em alguns espaços, entretanto, são ações geralmente pontuais, desenvolvidas geralmente para inscitos nos projetos da Secretaria. A única ação espontânea, Projeto Recreação e Ação Comunitária, é desenvolvida de forma restrita à colocação de brinquedos móveis nas comunidades que solicitam o serviço de lazer.

Somente no final da pesquisa foi que verificamos alguns eventos de lazer, sendo desenvolvidos nos locais pesquisados como a Ginastrada, Skate, Festival de Ginástica Rítmica e Caminhada.

4.3 OBSERVANDO EMOÇÕES ESCREVENDO SENTIMENTOS: a visão dos profissionais

Após a observação participante nos equipamentos específicos de lazer buscamos mais informações, por meio da aplicação de questionários com os profissionais (apêndice 02), no intuito de auxiliar em nossa apreciação. Distribuímos 16 formulários, entretanto, apenas 12 retornaram, como já explicitado anteriormente, fato esse que nos permitiu ter como amostra da pesquisa 12 profissionais.

O grupo apresentou as seguintes características, quanto ao sexo:

- 1 – Sexo feminino: 09 profissionais
- 2 – Sexo masculino: 03 profissionais

Com relação à situação funcional e ao tempo de atuação junto a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM a amostra se define da seguinte forma:

Situação Funcional:

- 1 – 01 profissional serviço prestado cedido pela SEDEMA
- 2 – 01 profissional estatutário cedido pela SME¹⁸

¹⁸ SME – Secretaria Municipal de Educação (Piracicaba)

3 – 10 profissionais estatutários SELAM

Tempo de Atuação na SELAM:

- 1 – 01 profissional com 02 meses (porém, com 17 anos de SME)
- 2 – 01 profissional com 09 meses (porém, com 25 anos de SME)
- 3 – 01 profissional com 03 anos
- 4 – 04 profissionais com 10 anos
- 5 – 01 profissional com 11 anos
- 6 – 01 profissional com 14 anos
- 7 – 01 profissional com 15 anos
- 8 – 01 profissional com 21 anos
- 9 – 01 profissional com 27 anos

Quanto à carga-horária há certa homogeneidade, com predominância da contratação com 40 horas semanais, fato que possibilita uma melhor adequação do tempo desses profissionais, caso seja desenvolvido um programa de qualificação profissional para atuação em esporte e lazer pela Secretaria.

- 1 – 02 profissionais 20 horas
- 2 – 10 profissionais 40 horas

1a. Formação Profissional (graduação):



Gráfico 01

Quanto ao primeiro item da pesquisa, referente à formação profissional, levando em consideração que tratamos aqui da formação acadêmica, tendo em vista o exposto anteriormente em nosso referencial teórico, encontramos uma

situação favorável à boa atuação, porém limitada ao desenvolvimento dos conteúdos físico-esportivos do lazer, já que todos os profissionais questionados (100%) têm nível superior completo, sendo todos os professores de educação física. Isso acontece pelo fato da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM atuar, até o momento, apenas com profissionais dessa área, sendo um dos pré-requisitos para prestar concurso para as funções desempenhadas no órgão.

1b. Formação Profissional Continuada (pós-graduação):

A complementação dessa questão, formação profissional em nível de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), também nos mostra uma realidade bastante positiva, tendo em vista que 67% dos 12 profissionais têm cursos de pós-graduação, sendo:

- 1 – 01 profissional
 - 1. especialista em ginástica rítmica
 - 2. especialista em treinamento desportivo
 - 3. especialista em ticon (China)

- 2 – 01 profissional
 - 1. especialista em educação motora na escola
 - 2. especialista em gestão sistêmica baseada em valores humanos

- 3 – 01 profissional
 - 1. especialista em fisiologia do exercício

- 4 – 01 profissional
 - 1. especialista em educação física escolar

- 5 – 01 profissional
 - 1. especialista em fisiologia do exercício
 - 2. especialista em métodos de pesquisa

- 6 – 01 profissional
 - 1. especialista em educação especial
 - 2. especialista em fisioterapia manual

- 7 – 01 profissional
 - 1. especialista técnico em desporto

- 8 – 01 profissional
 - 1. mestre em educação

Essas respostas nos fazem recorrer a Godoy (1995, p.99) para entendê-las melhor, tendo em vista que, segundo o autor, referindo-se a gestão de 1989 a 1992, a FEF-UNICAMP¹⁹ foi muito importante no processo de formação profissional dos recursos humanos da então Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo – SELT, pois

[...] os cursos de especialização promovidos por essa faculdade (ciências do esporte, educação física escolar e educação motora) foram fundamentais para a atuação qualificada dos nossos professores [...]

Entretanto, essas formações profissionais continuadas (cursos de pós-graduação) acima relatadas, efetivamente nos possibilitam realizar duas leituras distintas, pois se por um lado ela confirma uma excelente formação para atuação com esportes, por outro dá um diagnóstico de que os profissionais que atuam com lazer na Secretaria, atual SELAM, desenvolvem suas tarefas apenas de forma empírica (trabalhando a prática sem conhecer ou pouco conhecendo da teoria), tendo em vista que seu quadro profissional não foi preparado (de acordo com a pesquisa) para atuação no campo do lazer, ficando a cargo dos gestores repassar os conhecimentos da área, tendo em vista que eles participaram de cursos dessa natureza, sendo:

1. Gestor 1
 1. especialista em atletismo
 2. especialista em lazer e recreação

2. Gestor 2
 1. especialista em lazer e recreação
 2. mestre em educação

Esse fato nos faz recorrer a Pimentel (2003, p.75) para lembrar que para atuação em lazer é importante buscar uma formação profissional onde

é necessário estudar matérias que estimulem um pensamento crítico sobre a história, a cultura, o meio ambiente, o homem e a sociedade. Concomitante à formação geral, deve-se proporcionar o conhecimento disciplinar, específico do curso, sempre voltado a ensinar o acadêmico recriar e não copiar programas, projetos, metodologias e atividades.

¹⁹ Faculdade de Educação Física da Universidade de Campinas

Com isso, diferente do que aponta o senso comum, para os quais o profissional do lazer deve ser eminentemente prático, sendo muito criativo, encantador e alegre, sem necessariamente enxergar mais longe questões como o significado sociocultural e político do lazer na vida das pessoas ou as contradições que permeiam esse contexto (WERNECK, 2000), é importante que a academia forme profissionais conscientes, críticos, capazes, criativos e competentes, que eles sejam autônomos, munidos de competência técnica e política, mais imune aos modismos e ao uso ideológico do lazer. (PIMENTEL, 2003)

Concordamos com Werneck (2000, p.145), pois segundo ela

Precisamos lutar pela formação de profissionais que estejam na linha de frente de um trabalho interdisciplinar, que estejam preparados e criticamente engajados, ávidos por mudança e pela participação de todos na transformação das vivências de lazer desenvolvidas em nosso meio. Para isso, não basta concebê-los como simples reprodutores: os profissionais têm de ser agentes de mudança capazes de abalar e promover uma reflexão sobre vários fundamentos cristalizados socialmente em nossa cultura; repensar os limites e as possibilidades da situação na qual se encontram; analisar as contradições; identificar horizontes de manobras; correr riscos. Enfim, experimentar a possibilidade de jogar com as regras e com as imposições socioculturais mais amplas, focalizando o lazer, mas procurando não perder de vista suas inter-relações com as outras dimensões que constituem a nossa dinâmica social, tais como o trabalho e a educação.

2. Tempo de formação:

Entrando em outra questão, tempo de formação profissional inicial (graduação), os sujeitos se comportaram da seguinte forma:

Tempo de formação	Número de profissionais
De um a dois anos	01
De três a cinco anos	01
De seis a dez anos	01
De onze a quinze anos	03
De dezesseis em diante	06

3 Disciplinas ligadas ao lazer na formação profissional:

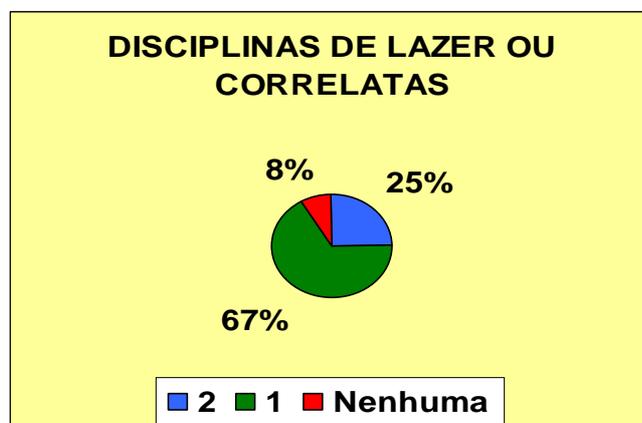


Gráfico 02

A questão anterior (tempo de formação na graduação) foi importante para compreendermos a pouca representatividade de disciplinas ligadas ao lazer nos currículos dos cursos da época, chegando a ter até uma resposta negativa dada pelo profissional formado há mais tempo (26 anos).

A disciplina Recreação foi a que mais apareceu (09), seguida por Recreação e Lazer (02), Desporto Comunitário (01), Atividades Infantis (01) e Macroginástica (01). Nessa amostra apenas 03 profissionais disseram ter duas disciplinas ligadas ao lazer no currículo de educação física estudado.

Esse fato nos mostra que apesar de ser importante para a atuação em lazer o conhecimento dessa disciplina (Recreação) não é suficiente, pois quando se tem somente à prática de atividades a atuação torna-se limitada.

Comentários:

“Foram somente aulas práticas.”

“Não me lembro com detalhes, somente que era divertido.”

“As aulas só foram suficientes para iniciar o meu trabalho.”

“Com atividades nas faixas-etárias infantil, juvenil, adulta e 3ª idade.”

Com isso, concordamos com Marin (2001, p.127) quando destaca que

No âmbito específico da formação de profissionais em lazer pelos cursos de educação física [e áreas afins ao lazer], alguns desafios colocam-se como possibilidade de efetivação de mudanças. [um deles é] repensar a permanência da disciplina recreação no currículo, pois esse termo tende mais a restringir a complexidade da temática do que a ampliá-la.

Além disso, é importante promover a interação entre ensino, pesquisa e extensão para que o conhecimento do lazer não se restrinja apenas à disciplina mencionada.

Comentários:

“Pouco tivemos, pois o professor estava mais ausente do que presente.”

“Fiz parte do GPL [Grupo de Pesquisas em Lazer – UNIMEP] e como trabalho com a disciplina da área fui pesquisar o assunto.”

Esses comentários nos leva a crer na assertiva das questões levantadas por Chaves et al (2003, p.97-98) em sua pesquisa sobre o currículo de formação profissional em lazer nas Instituições do Nordeste brasileiro, destacando que:

- A produção mais recente em forma de livros, teses e dissertações não é indicada nos programas das disciplinas Recreação e Lazer;
- Não se produzem e não se consomem pesquisas da área;
- A disciplina Recreação e Lazer encontra-se isolada não interagindo com os demais componentes curriculares;
- Predominam as abordagens de caráter didático, com ênfase na dimensão “prática” da disciplina;
- Desconsidera-se a disciplina Recreação e Lazer enquanto eixo curricular;
- Pouca ou nenhuma discussão nos Departamentos sobre as experiências e pesquisas que estão sendo realizadas.

Assim, com essa concepção de currículo fragmentado, a formação do profissional de lazer torna-se confusa, sem que ele saiba como atuar no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, ao invés de uma atuação profissional na busca de transformação da sociedade, possibilitada pela participação crítica e criativa, acabamos por ver o fazer mecânico desses indivíduos.

4. Há incentivos, por parte da instituição, à participação em cursos de formação profissional?

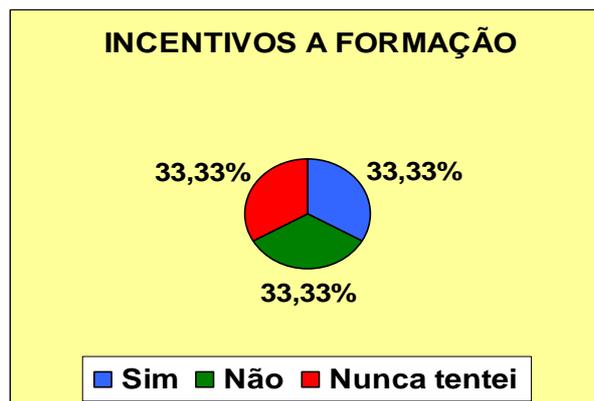


Gráfico 03

Com relação ao incentivo por parte da Instituição à participação em cursos de formação profissional, seja ela graduação ou pós-graduação, houve uma divisão simétrica entre três respostas.

Comentários positivos:

“Cursos periódicos em várias áreas durante a graduação e facilidades de ingressar no curso de pós-graduação.”

“Cursos de formação profissional; SESI; SESC e apoio universitário, palestras.”

“Atualmente não estamos tendo muitas oportunidades, mas em outras épocas tivemos apoio da Secretaria [SELAM].”

“Dependendo da administração o incentivo é total.”

Essas respostas, e, sobretudo, o último comentário, nos remete a Godoy (1995, p.98) que afirma que

Por parte da coordenação da SELT [em 1989] os professores tiveram a oportunidade de elaborar seu plano anual de atuação de acordo com sua competência específica e sua preferência, adequadas às necessidades da comunidade, [tendo] vários professores envolvidos em programas de mestrado e professores especializados através de cursos de ótima conceituação acadêmica [...] sem o qual não acreditamos ser possível a implementação de propostas novas, transformadoras e de qualidade.

Comentários negativos:

“Temos que fazê-lo fora do período de trabalho e muitas vezes o curso desejado não é no dia que podemos.”

“Em várias oportunidades solicitei dispensa para participação em cursos e congressos e nunca tive resposta afirmativa.”

“Todas as especializações foram pagas por mim e não houve dispensa das atividades, tive de repor as horas usadas.”

“É muito necessário o incentivo a cursos e especializações para mim. Gostaria que a prefeitura desse uma bolsa de 50%, mas a resposta é sempre negativa.”

Os profissionais que responderam nunca terem recebido incentivos para participar de cursos de formação (graduação ou pós-graduação), acreditamos que deveria haver uma política de formação profissional como já houve em gestões anteriores.

Outros comentários:

“Nunca tentei, mas acredito que [o incentivo é] com o pagamento de 50% do curso que se queira fazer.”

“Nunca tentei.”

“Ainda não tive interesse.”

“Na Secretaria de Esportes ainda não tentamos devido ao tempo de lotação, mas na educação, em 25 anos, havia permissão, mesmo em horário de trabalho.”

Como verificamos acima, alguns profissionais ainda não tiveram interesse em buscar incentivos para o seu aperfeiçoamento profissional, por não sentirem necessidade, ou por terem sido transferidos recentemente de outra secretaria.

5. Há incentivos, por parte da instituição, à participação em fóruns de discussão de área?



Gráfico 04

Quanto ao incentivo à participação em congressos, fóruns, seminários, ou qualquer outro local de discussão sobre assuntos da área, o quadro foi o seguinte:

Comentários positivos:

Qual(is)?

“Na cidade”

“Quando a Secretaria [SELAM] está dando apoio em alguns eventos, fóruns, seminários em Instituições como a UNIMEP, SESC ou SESI somos convidados para participar, mas cada profissional é que decide se tem interesse de estar presente nesses eventos.”

“Relativos à criança e adolescente.”

“Congressos e seminários (palestras) desporto, através das Secretarias da Prefeitura e do Estado.”

De acordo com esses 04 profissionais, o único incentivo é a liberação do trabalho quando o curso, seminário ou palestra é de interesse profissional e ocorre em Piracicaba, ou quando o local responsável pelo evento tem parceira com a Secretaria, não gerando custo à mesma.

Nesse item, apesar da resposta negativa não necessitar comentários, um profissional desejou fazê-lo, colocando que

“Não temos incentivo. A resposta é sempre a mesma, não tem verba.”

6. Há iniciativa pessoal em participar de fóruns de discussão da área?



Gráfico 05

Falando sobre a participação em congressos, fóruns, seminários ou qualquer outro espaço de discussão sobre assuntos relacionados à área de

atuação, sobretudo temas pertinentes à área do lazer, a pesquisa demonstrou que:

Comentários positivos:

Qual(is)?

“Do governo do estado, na área da educação.”

“Relacionada à pedagogia do esporte.”

“Muitos fóruns realizados pelo SESC e pelo SESI.”

“Consultoria da Ginástica Rítmica.”

“Todos os assuntos relacionados ao esporte na cidade e região.”

De todos os comentários, somente um referiu-se a participação em eventos aos níveis estadual e nacional, sendo importante esclarecer que esse profissional atua também como professor universitário.

“Eventos científicos, acadêmicos e de formação profissional em todo o país.”

Comentários negativos:

Por quê?

“Por falta de dinheiro e tempo.”

“Falta de tempo devido à quantidade de atividades.”

“Por ser difícil o incentivo.”

“Faz muito tempo que participei de congressos, mas participo de competições sempre que possível para PPD [pessoas com deficiência].”

Constatamos assim que uma parcela significativa dos profissionais da SELAM não participam de eventos na área do esporte. Além de não ter havido nenhuma resposta ligada à participação em eventos cujo tema discutido fosse o lazer, fato importante, tendo em vista que esses são espaços de atualização onde, vias de regra, surgem sempre pesquisas que trazem novos conhecimentos importantes à atuação dos profissionais.

Assim, concordamos com Pimentel (2003, p.75-76) sobre algumas atitudes que são importantes para a formação de profissionais no lazer, que são:

- Formação de uma cultura sólida, com conhecimento geral mesmo que se vá atuar numa área específica (dança, música, viagens, eventos, festa, artesanato);
- Participar de grupo de estudo e lista de discussão virtual [ou presencial] sobre o lazer;
- Assinar revistas científicas especializadas, ler livros e jornais;
- **Participar de eventos acadêmicos que reúnam especialistas da área;**
- Saber que **a formação é um processo sem fim**: graduação, pós-graduações, cursos, congressos, leituras, trocas de informações, registrar seus erros e acertos. [grifo nosso]

Ainda nesse item é importante fazermos um resgate histórico, pois de acordo com Godoy (1995, p.99) em outros tempos houve uma maior preocupação nesse sentido, pois:

Muitos dos nossos professores [profissionais da SELT] já participaram de congressos nacionais, apresentando seus trabalhos e projetos, divulgando e socializando novas experiências com outros profissionais.

7. A Instituição disponibiliza cursos complementares à sua formação profissional?



Gráfico 06

Com relação a essa questão, que se refere à qualificação profissional, aqui entendida como sinônimo de aperfeiçoamento, capacitação, treinamento, atualização e complementação, as respostas ficaram divididas, entretanto, foi possível perceber que atualmente o único incentivo é para cursos gratuitos em horários de trabalho, entretanto, é importante destacar que quase sempre o profissional deve repor as horas “liberadas” para o curso.

Comentários positivos:

Qual(is)?

“Atualização na própria cidade realizada pela UNIMEP, através da professora Roberta Gaio.”

“Palestras sobre treinamento e performance humana, curso de primeiros socorros e outros.”

“Curso de projetos.”

“Através da SME [Secretaria Municipal de Educação] e da SELAM.”

“Curso de iniciação na modalidade de atletismo com técnico cubano na cidade de Limeira, através da Instituição.” “Em maio de 2005.”

Entretanto, Somente o último profissional conseguiu lembrar da data, fato que nos faz questionar se essas respostas são referentes a qualificações realizadas atualmente ou não, principalmente pelo motivo de que em outras épocas, de acordo com Godoy (1995, p.98) a Secretaria oferecia

[...] cursos para os professores interessados, nas mais variadas especialidades, [além de] espaço semanal para reuniões administrativas e pedagógicas com palestras, discussão de textos e temas da atualidade.

8. Como é feito o planejamento do seu setor?

Na atual gestão, o espaço semanal de encontro, exposto na citação acima, que servia entre outras coisas, para o planejamento, não existe mais, com isso, geralmente, cada profissional acaba por realizar seu próprio planejamento sem a necessidade de aprovação e acompanhamento, isso acontece principalmente pelo fato dos projetos desenvolvidos estarem consolidados, acontecendo a mais de 15 anos, entretanto, a Secretaria não pode perder de vista a necessidade de atualização periódica na área, e mesmo de que é importante ter um espaço para discussões inclusive sobre problemas que eventualmente venham a surgir.

Comentários:

“Eu mesma faço o planejamento das atividades semanalmente.”

“Geralmente é feita semestralmente pelo próprio professor.”

“Em reuniões periódicas durante o ano.”

“O planejamento é pessoal.”

“Atualmente não temos, mas tínhamos semanalmente uma carga [horária] de 04 horas.”

“Mês a mês.”

“Através de reuniões com chefias da Instituição e profissionais da área que atuam, no setor.”

“Anualmente.”

“Eu faço o planejamento do meu setor.”

“Temos um calendário de atividades e o trabalho é realizado em cima da capacidade do aluno, independente de sua deficiência.”

“No início do ano eu faço meu planejamento.”

“Anualmente, eventos, campeonatos, jogos regionais, estaduais e jogos de Osasco [cidade do interior paulista], etc.”

9. Atua em horários alternativos?



Gráfico 07

Com relação à atuação em horários alternativos, na perspectiva de atendimento as comunidades em horários que lhes forem mais convenientes, como vimos em nosso referencial teórico, constatamos que:

Sendo:

Horários alternativos	Número de profissionais
Noite	03
Fins de semana	02
Feriados	03
Férias escolares	06
Outro (Festivais/competições) (Noite/Fins de semana/Feriados)	11

10. Como é visto, por você, o trabalho interdisciplinar?

Como relação a essa pergunta, referente ao trabalho interdisciplinar nas ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, junto à área do lazer, as discussões foram as seguintes:

Comentários positivos:

“Eu acho importante pela integração das diversas áreas, pois assim trará conhecimentos diferenciados no desenvolvimento das atividades.”

“Muito importante porque traz muitas informações específicas de sua área de atuação.”

“Acredito que a soma de tudo que fazemos pode vir a aumentar as chances de termos êxito no que fazemos.”

“Acho muito positivo e interessante.”

“Ótimo, hoje em dia temos que nos aliar a outras áreas para podermos atender melhor a população.”

“Excelente, pois melhora a participação em todos os interesses culturais do lazer.”

“Ótimo, existe espaço para todos os profissionais tendo vontade e dedicação profissional.”

“É importante desenvolver atividades com ajuda de parceiros como por exemplo: Saúde, com aferição de pressão, diabetes. Aqui há parcerias como essa e está sendo bem aceita pelos frequentadores.”

“Não há contratação de outras áreas para o lazer. A Secretaria trabalha com alguns professores de educação física e completa com estagiários e funcionários de serviços gerais e outros cargos inferiores (por conta de horas extras). [esse pessoal de apoio monta e toma conta dos brinquedos móveis].”

Apesar da maioria dos profissionais da SELAM verem com bons olhos a questão da interdisciplinaridade no lazer, os dois últimos comentários nos remetem a pensarmos que o lazer, para alguns, é visto das seguintes formas: 1) quando está atrelado a algum outro conceito, como melhorar a saúde, segurança, assistência social, enfim, de forma assistencialista, como explanado anteriormente no referencial teórico. 2) Além do fato de que, apesar de terem conhecimento sobre a importância da atuação de diversos profissionais, tais como: turismólogos, assistentes sociais, sociólogos, arte educadores, tecnólogos em lazer, entre outros, junto a programas e projetos de lazer, a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, não contrata tais profissionais, tendo com pessoal de apoio, auxiliando na montagem e supervisionando os brinquedos móveis, auxiliares administrativos e de serviços gerais, fato importante para gerar discussões futuras, talvez pelo fato de muitos indivíduos pensarem que não há necessidade de formação profissional específica na área para atuação, como já foi visto anteriormente no referencial teórico.

Comentários positivos, mas com reservas:

“Acredito ser de fundamental importância pela diversidade de conhecimento e ações que ‘devem/podem’ ser desenvolvidas com a população. Mas acredito que a coordenação deve ser a cargo do profissional de educação física.”

“Todos devem ser bem vindos, desde que objetivos e metas sejam bem definidos para não haver mal entendido ou profissionais sem função específica, o que não somaria nada a ninguém.”

“Vejo com bons olhos, desde que não tentem invadir nossa área de atuação. Exemplo: exercício ilegal da medicina e da educação física.”

Ao longo dos últimos anos muito vem sendo discutido sobre quem são os profissionais mais qualificados para atuação em lazer, havendo por parte de alguns conselhos profissionais de algumas áreas, a luta pela chamada reserva de mercado, entretanto, acreditamos que há espaço e necessidade de atuação de diversas profissões no campo do lazer, não somente da educação física, sendo ela a mais indicada para atuar com os conteúdos físicos-esportivos do lazer.

11. Há a participação popular nas discussões sobre o lazer?



Gráfico 08

Com referência a questão da participação popular nas decisões que vão desde o planejamento, passando pela execução e avaliação das atividades desenvolvidas na área de lazer pela SELAM, a grande maioria (67%) disseram haver, entretanto, uma parcela significativa (33%) afirma desconhecer essa prática.

Comentários positivos:

Como ocorre?

“Ouvindo os usuários.”

“Através de reuniões, congressos, formulários e caixas de sugestões.”

“Através de reuniões de avaliação ao final de cada ano.”

Além dos meios sugeridos acima, de acordo com Lima (2007a), há na cidade muitos voluntários, entre eles os dos centros comunitários e associações de bairros. É uma rede formada pelos destaques presentes em comunidades e atuam em projetos conjuntos da temática recreação e lazer.

“Comunidades de bairros e população, participação nos bairros, associações e clubes da cidade.”

Lima (2007a) destaca ainda a importância dos voluntários nos jogos comunitários, onde de acordo com a autora, é o local onde encontramos o maior número de voluntários envolvidos, chegando a 182, sendo 147 homens e 35 mulheres.

Isso acontece principalmente tendo em vista que:

Os Jogos Comunitários se configuram como um dos mais antigos projetos da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras e tem como objetivo proporcionar aos moradores dos bairros de Piracicaba atividades esportivas, de lazer e também culturais para as faixas etárias de 05 anos em diante, com finalidade de socialização entre as comunidades. Nesta edição [2007] foram disputadas as modalidades de atletismo masculino e feminino, bocha masculino, caricatura masculina e feminina, concurso de dublagem, concurso de embaixador e embaixatriz, damas masculino e feminino, dança de salão, dominó, futebol de areia masculino e feminino, futebol de campo masculino, futsal feminino e masculino, gincana, natação masculino e feminino, pedestrianismo masculino e feminino, queimada, skate masculino e feminino, tênis de mesa masculino e feminino, truco, voleibol de areia misto e xadrez masculino e feminino. (BOLOGNA, 2007, p.01)

“Temos os voluntários do esporte. Também o trabalho é desenvolvido conjuntamente com a saúde e a SEMDES.”

Para Lima (2007a, p.04) os voluntários são encontrados em todos os projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, são

[...] familiares dos usuários dos serviços oferecidos, os quais muitas vezes participam na formação de Associação da

modalidade que os filhos praticam. Exemplos da APAN – Associação de Pais da Natação e outros como as da Canoagem, outras participações de voluntários são as mães da Ginástica Rítmica, enfim o esporte, a recreação e o lazer são áreas que possibilitam esse envolvimento de pessoas com os profissionais da área.

“As mães participam auxiliando na confecção do material para o ensaio; as crianças participam na escolha das músicas e elaboração dos movimentos.”

“Eles freqüentam as aulas e fornecem idéias novas de palestras informações e atividades [referindo-se ao público da terceira idade].”

“Envolvendo os alunos e pais nas atividades e participações diárias durante as aulas e atividades de lazer, sempre que possível.”

Comentários negativos:

Por quê?

“No meu setor, no ginásio municipal, não temos a participação popular nos planejamentos.”

“Não tem, mas a partir de 2008 tentaremos esta aproximação com os bairros para fortalecer e proporcionar várias opções, bem como buscar integração com outras Secretarias. Para que isso ocorra dependemos do respaldo da Secretaria (SELAM), bem como da Secretaria de Governo, do gabinete do prefeito, como proposta da administração.”

“Porque nunca tentamos dessa forma.”

“Não tem.”

Apesar do exposto acima, mesmo não sendo por meio de grandes reuniões plenárias dos Orçamentos Participativos, Piracicaba conta sim com a participação popular nas discussões referentes ao esporte e ao lazer. Ao longo dos dois últimos anos, por interesse próprio e/ou representando o Grupo de Pesquisas em Lazer – GPL/UNIMEP, nós passamos a freqüentar os fóruns de discussão sobre a temática, tais como: Conferência Municipal, Estadual e Nacional do Esporte; Piracicaba 2010; Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – CONSELAM; entre outros, fato que nos dá respaldo para afirmar, que embora a participação popular em alguns momentos seja tímida, ela existe, principalmente com a participação de líderes comunitários, além das lideranças dos diversos segmentos esportivos da cidade.

Contudo, o que percebemos é uma falta de articulação entre as decisões tomadas nesses fóruns e a operacionalização por meio dos profissionais que

atuam diretamente com as comunidades, talvez faltando uma melhor ligação entre esses dois segmentos, que deve ser proporcionada pelos gestores e coordenadores de setores.

12. Algum outro aspecto a destacar com relação a formação profissional em lazer?

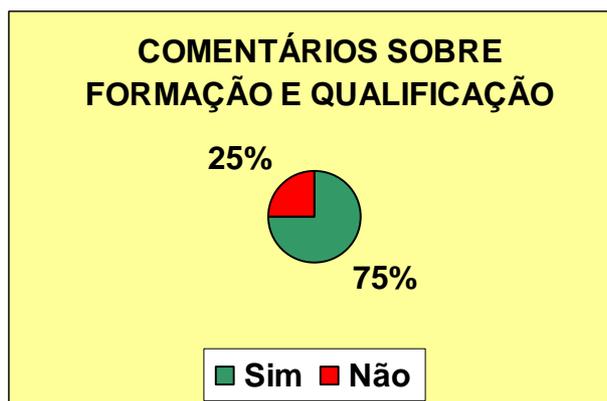


Gráfico 09

Por fim, foi perguntado se havia ou não algum outro aspecto sobre formação ou qualificação profissional que gostariam de destacar e as respostas foram as seguintes:

Comentários sobre formação e qualificação profissional:

“Muitas vezes o profissional não foi incentivado a expandir seus conhecimentos quando ingressou na prefeitura, e com o tempo acabou se acomodando. Na vida é isso, a gente vive conforme o andar das circunstâncias, porém os inquietos buscam coisas novas procurando melhorar o que está fazendo.”

“Seria importante que houvesse reuniões em dois momentos: setorial e geral, inclusive para o planejamento.”

“Precisamos retornar os planejamentos semanais, junto com os estagiários, voltar à realização dos festivais de lazer do PDB [Projeto Desporto de Base].”

“O profissional é pouco valorizado e a Instituição não investe na capacitação desses profissionais, com isso, o desenvolvimento profissional de cada um se dá unicamente por esforços próprios, não tendo nenhum incentivo nem ajuda para que isso ocorra.”

“Temos a necessidade de retomar a questão do lazer para que a população tenha realmente oportunidade de usufruir deste, para que possam utilizar áreas existentes, construindo atividades para a população sem gastos diretos para os mesmos.”

“Nós professores temos que ter consciência da importância da atividade física como qualidade de vida, por isso, devemos sempre estar nos

atualizando para podermos fazer nosso trabalho da melhor forma possível.”

“Qualificar o trabalho dos estagiários junto aos profissionais como forma de aprendizagem e oportunidade de trabalho, capacitando a todos.”

Comentários sobre importância do profissional:

“Minha atuação como profissional é essencial para a qualidade de vida dos alunos. Variamos as atividades mesclando gincanas, artesanatos, semana de atividades diferentes voltadas ao lazer, confraternizações entre alunos.”

Comentários sobre contratação de pessoal:

“Acredito que deveria ter mais profissionais da área para poder fazer divisões de períodos e turmas para melhor desenvolvimento da modalidade e trabalhos mais profundos.”

Por meio dos discursos acima, percebemos que a grande necessidade atual é a retomada da política de recursos humanos, principalmente no sentido de valorizar e dignificar o trabalho dos profissionais que atuam na secretaria, utilizando mecanismos para desenvolver tanto a formação quanto a qualificação, além de disponibilizar espaços de discussão específicos sobre as áreas de atuação da SELAM, esportes, lazer e atividades motoras, no sentido de oportunizar a prática consciente, valorizando o conhecimento de todos na construção de propostas criativas de trabalho.

Outro ponto levantado e de extrema importância é a contratação de mais profissionais, quer seja por concursos públicos (preferencialmente), ou por contratações de prestadores de serviço, ambos com conhecimentos da área do lazer, tendo em vista, segundo levantamento histórico, que o aumento de espaços e de demanda da população por serviços de lazer, não foi acompanhado pelo aumento de profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos nossas considerações gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que essa pesquisa, tal qual o fenômeno lazer, deve ser entendida como historicamente situada. Com isso, apontamos para o fato de que em Piracicaba, no momento presente, as questões referentes à formação e qualificação profissional para atuação em lazer na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM se comportou da forma relatada anteriormente, o que não garante que outras cidades, nem mesmo as da mesma região, ou as do mesmo porte (físico e econômico) possam passar por processos semelhantes, contudo, há indícios, sobretudo nesse referencial teórico, dos benefícios causados, inclusive para a comunidade, quando se valoriza os recursos humanos, incentivando a formação e qualificação tanto dos profissionais quanto dos voluntários, na área do lazer.

Assim, devemos entender que o lazer é um espaço privilegiado da ação educativa lúdica, solidária e ousada, que pode possibilitar a ampliação da visão de mundo dos participantes, dando-lhes oportunidades de concretizar desejos fundados no jogo da realidade e de aventurarem-se pela complexidade de valores, experiências e identidades culturais, e que sua prática deve acontecer com base em alguns elementos que emergem da vida pessoal, sofrendo influências do local e das pessoas que interagem nesse processo.

Notamos em nossa pesquisa que nos últimos anos, principalmente 2006 e 2007, foram construídos e reformados muitos equipamentos específicos de lazer, esses espaços foram entregues as comunidades por meio das suas lideranças, e apesar de acreditarmos que muitas comunidades estão organizadas no sentido de manter esses locais é importante que tenham animadores socioculturais para dar vida a eles, atuando de forma consciente.

Torna-se importante destacar alguns pontos quando se trata de atuação do animador sociocultural no campo de lazer, que são:

1. É necessário estar ligado aos novos acontecimentos da área, quer seja por meio de leituras de jornais, revistas semanais e as

especializadas nas diferentes áreas relacionadas, assistindo noticiários ou procurando obter informações sobre aquelas programações culturais que não pode acompanhar diretamente, atualizando-se assim social e culturalmente;

2. Como nessa área as preferências e interesses muitas vezes são passageiros, inclusive podendo mudar rapidamente, cabe ao profissional usar, em proveito das pessoas que utilizam seu trabalho, suas diferentes capacidades de raciocínio, imaginação e intuição, além, é claro, da criatividade, incluindo a possibilidade de adaptação às circunstâncias, aos recursos disponíveis, as atividades desenvolvidas, tendo sempre idéias alternativas;

3. Ter uma certa inquietação cultural, traduzida na vontade de mudar alguma situação no plano cultural, propondo, ao maior número possível de indivíduos, modos diferentes de realização das atividades culturais no tempo disponível desses sujeitos, além de possibilitar o conhecimento de todos os conteúdos culturais do lazer, tendo sempre o cuidado para não impor suas preferências;

4. Deve-se entender o lazer não de forma isolada, mas como parte integrante das relações sociais, não esquecendo que o trabalho ocupa uma posição fundamental nesse processo;

5. Atuar no sentido de ampliar a visão que os indivíduos têm sobre o lazer, quase sempre limitados e parciais, demonstrando por meio de ações concretas, as diversas possibilidades existentes;

6. Buscar a participação da população, no intuito de contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho, sendo necessário saber se comunicar bem para conseguir entender as necessidades dos sujeitos, por meio das informações e idéias do seu público;

7. Deve-se ter competência para atuar em equipes multidisciplinares, e para isso é preciso dominar, pelo menos, um dos conteúdos culturais de lazer, tendo em vista que a área necessita de profissionais com diferentes formações, tais como: educação física, turismo, arte-educação, pedagogia, psicologia,

sociologia, dentre outras, fato importante pela própria abrangência da área cultural;

8. Participar de processos de qualificação permanente, aprendendo, entre outras coisas, a incentivar e a estimular as pessoas a expressarem suas capacidades e seu potencial, possibilitando assim a aquisição de diferentes competências que valorizem o pensamento crítico e reflexivo, sendo capaz de questionar os padrões estabelecidos;

9. Ter uma formação com sólido referencial teórico, possibilitando a visualização da prática sob novas perspectivas, permitindo a relação dialética entre teoria e prática, no intuito de transformar sua *práxis*. Fato esse importante no sentido de poder proporcionar conhecimentos e autonomia para a população atendida.

Para que ocorra essa intervenção consciente é necessário que sejam formados e qualificados profissionais que se preocupem muito mais do que com o fazer habitual, suas atividades devem ter relação com a vida cotidiana e o melhoramento dos indivíduos, para isso é importante buscar a participação popular, procurando compreender como se processa suas relações sociais e quais seus desejos e aspirações. Os sujeitos aqui são protagonistas da história e não simples espectadores, boa parte das atividades são meios e não fim em si mesma, não se procura apenas acabar com o tédio da vida fatigante do trabalho.

Nessa lógica ao animador sociocultural cabe inclusive a decisão da sua participação ou não na atividade, afastando-se quando os usuários tiverem desenvolvido sua capacidade para jogar e fazer jogar, e aproximando-se quando for necessário mediar ou mesmo ensinar a jogar.

Esses animadores, ao contrário dos tarefeiros que só ficam satisfeitos quando suas tarefas se desenvolvem sem dificuldades, buscam de maneiras críticas, técnicas criativas para obter seus objetivos, e ao invés de ensinarem apenas para o jogo, ensinam para a vida.

Para isso é necessário desenvolver uma boa formação profissional na área do lazer levando em consideração o amplo campo de conhecimento a ser trabalhado, em virtude de se tratar de uma área de atuação multidisciplinar, o que possibilita a concretização de propostas interdisciplinares.

A partir da observação participante e da aplicação dos questionários encontramos uma situação favorável à boa atuação profissional em esportes, principalmente pelo fato de todos os pesquisados serem formados em educação física e a grande maioria ter uma ou mais especializações na área, porém o entendimento de lazer é ainda restrito, tendo como fator principal para isso o fato de nenhum dos profissionais ter formação específica na área do lazer, ficando a cargo dos gestores repassar os conhecimentos específicos do lazer. Contudo, é necessário esclarecer que apesar do entendimento restrito e do desenvolvimento quase exclusivo dos conteúdos culturais físico-esportivos do lazer, a SELAM vem desenvolvendo alguns projetos permanentes, relacionados ao tema, como: Jogos Comunitários, Construindo o Futuro, Terceira Idade, Clarear, Desporto de Base, Programa de Férias; além de muitos eventos.

Entretanto, com relação ao desenvolvimento dos conteúdos culturais, é importante destacar, que tanto no Programa de Férias, quanto nos eventos Olimpíadas da Terceira Idade, Olimpíadas Especiais e Jogos Infantis, são desenvolvidos outros interesses culturais do lazer, como os manuais, os artísticos e os sociais.

Quanto à formação profissional requerida, a específica do lazer, deve ter um sólido referencial teórico de forma que permita uma melhor compreensão crítica da prática possibilitando um novo olhar que modifique e aperfeiçoe essa prática; além de permitir o domínio dos diversos conteúdos culturais do lazer, fato que não acontece atualmente na cidade pesquisada, tendo em vista que a grande preocupação está centrada em desenvolver os interesses físico-esportivos em detrimento aos demais.

Verificamos também que é de extrema importância que as universidades, dialogando com especialistas na área e com a comunidade, favoreçam a uma reformulação do currículo, ligado ao lazer, de modo que ele seja mais amplo e

possibilite a formação de sujeitos capazes de realizar trabalhos emancipadores; além disso, deve promover eventos e estudos sobre temas relacionados ao lazer, no intuito de ampliar as discussões e entendimentos da temática, convidando especialistas, a comunidade acadêmica e a população para discutir melhor o assunto.

É imprescindível que a instituição pesquisada mantenha processos contínuos de qualificação profissional e dos voluntários em lazer, mas é preciso também que os próprios profissionais, hoje professores de educação física, saiam de suas redomas de detentores de conhecimento e encarem que o aprendizado é um processo contínuo e não termina com um curso de graduação ou de pós-graduação, principalmente pelo fato de que a posse de habilidades e conhecimentos adquiridos na formação profissional, nem sempre leva a um sucesso profissional, pois em muitos momentos é preciso saber por que desenvolver certas atividades com um público e não com outro, ou mesmo sob que circunstâncias é melhor realizar atividades de nível conformista ou críticas e criativas.

Apesar de atualmente serem poucos os espaços reservados a qualificação, por parte da secretaria, estando restritos a participações em eventos locais, geralmente ligados ao esporte, em outros momentos foram disponibilizados espaços, inclusive semanais, para reuniões administrativas e pedagógicas com palestras e discussões sobre o tema, além de servir como espaço coletivo para o planejamento e a avaliação das ações. É necessário retomar as práticas estabelecidas anteriormente no sentido de promover discussões específicas sobre o lazer e a atuação dos animadores socioculturais para que todos os profissionais que trabalham com a temática possam comprometer-se com um projeto transformador de sociedade com a intenção de tornar a realidade mais justa e igualitária, que respeite as diferenças e crie novas possibilidades de participação cultural.

Esse processo de qualificação profissional deve preferencialmente ser desenvolvido em horários de trabalho, fato que torna obrigatória a participação de todos, tendo em vista que muitos acabam por ter outras obrigações fora do horário de trabalho, o que dificulta uma qualificação eficaz e eficiente.

Por fim, gostaríamos de sugerir a ampliação do quadro de profissionais da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, pelo fato de que o crescimento da população, da demanda por serviços de lazer, e dos equipamentos específicos, não foram acompanhados com o aumento de pessoal formado e qualificado para atuação na área. Esse fato é constatado, pois o número de profissionais de educação física que trabalham atualmente na SELAM (34) é quase o mesmo número que atuava em 1989 (33). Além disso, desejaríamos também que fosse repensada a questão da contratação exclusiva de professores de educação física pela SELAM, haja vista que essa é uma secretaria também de lazer, campo que requer conhecimentos de outras áreas além da educação física, pois, não basta saber o que é preciso fazer, para empreender algo e ser bem sucedido, é necessário também saber por que e como fazê-lo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Políticas públicas. In: GOMES, Christianne Luce (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.181-185.

AMARAL, Sílvia Cristina Franco. **Políticas públicas de lazer e participação cidadã**: entendendo o caso de Porto Alegre. 2003. 192f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2003.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria**: reflexões e cadastro de instituições educacionais no Brasil. São Paulo: Aleph, 2002.

BENINCÁ, Elli; CAIMI, Flávia Eloísa. **Formação de professores**: um diálogo entre teoria e prática. Passo Fundo: UPF, 2002.

BOENTE, Alfredo. **Metodologia científica contemporânea para universitários e pesquisadores**. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

BOLOGNA, Sabrina Rodrigues. **Encerramento dos jogos comunitários acontece no sábado**. Disponível em: <http://www.piracicaba.sp.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6229&Itemid=1> Acesso em: 21 de novembro de 2007.

BONALUME, Cláudia Regina. Diretrizes norteadoras de um programa de descentralização e democratização do lazer: a experiências de Caxias do Sul. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Lazer e esportes**: políticas públicas. Campinas: Autores associados, 2001. p.141 – 156.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos. In: MOREIRA, Wagner Wey. **Educação física e esportes**: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992. p.161 – 179.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Políticas públicas para o lazer: o envolvimento de diferentes setores. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Esporte. **O lúdico e as políticas públicas**: realidade e perspectivas. Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995, p.13-17

BRAMANTE, Antonio Carlos. Qualidade no gerenciamento do lazer. In: BRUHNS, Heloisa Turini. (org) **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Políticas de lazer. In: GOMES, Christianne Luce (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.185-188.

BRASIL. Constituição da República Federal do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Obra coletiva da editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Lívia Céspedes. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Educação para o lazer.** São Paulo: Moderna, 1998.

CAUDURO, Maria Teresa. O profissional de educação física e suas competências específicas. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte.** Campinas: Papirus, 2003. p.31-46.

CAVALLEIRO, Maria Cristina; SALGADO, Marlene. Diadema: direitos que vamos construindo. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Políticas públicas.** Campinas: Autores Associados, 1996. p.101-115.

CHAVES, Márcia et al. **Lazer e recreação no currículo de educação física.** 2ª ed., Maceió: EDUFAL, 2003.

CLÉRO, Claude. **As atividades plásticas:** na escola e no lazer. São Paulo: Cultrix, 1974.

CRISTAN, Mara Lúcia. Estrela cadente: a gestão de esporte/lazer na secretaria municipal de esportes, lazer e recreação (SEME) durante a administração de Luiza Erundina (1989-1992), na cidade de São Paulo. In: MARCELLINO, Nelson carvalho. (org). **Lazer e esporte:** políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001. p.57-86.

CRISTAN, Mara Lúcia. Políticas públicas para o esporte no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.** Campinas, v. 11, n.3, p.186-189, Dez. 1990.

CRUZ, Manoel Luís Martins da. A experiência da frente popular de Florianópolis. In: MARCELLINO, Nelson carvalho. (org) **Lazer e esporte:** políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 87-116.

DUMAZEDIER, Joffre. **Questionamento teórico do lazer.** São Paulo: Sesc, (s/d).

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer.** São Paulo: Sesc, 1980.

ELIAS NETTO, Cecílio. **Almanaque 2000**: Memorial de Piracicaba – século XX. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba; Jornal de Piracicaba; UNIMEP, 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade o estágio curricular: subsídios para a discussão. In: ALVES, Nilda (org). **Formação de professores: pensar e fazer**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1996, p.09-36.

FREITAS, Ricardo Ferreira; HELAL, Ronaldo; PIZZI, Fernanda. Indústria cultural. In: GOMES, Christianne Luce (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte. Autêntica, 2004. p.112-116.

GARCIA, Erivelto Busto. Os militantes culturais. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas: Papyrus, 1995. p.23-53.

GARCIA, Erivelto Busto. Radicais, conformistas & alternativos – aspectos da política de recursos humanos para o lazer no sesc de são paulo. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas: Papyrus, 1995. p.135-145.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, João Francisco Rodrigues de. A experiência da secretaria de esportes, lazer e turismo da prefeitura do município de piracicaba (1989 – 1992). In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas: Papyrus, 1995. p.87-101.

GODOY, João Francisco Rodrigues de (org). **Desporto de base: jogando para o desporto**. Piracicaba: UNIMEP, 1992a.

GODOY, João Francisco Rodrigues de (org). **Esporte, lazer e turismo: o direito à alegria**. Piracicaba: Prefeitura Municipal de Piracicaba, 1992b.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Prefácio. In: MELO, Victor Andrade de. **A animação cultural: conceitos e propostas**. Campinas: Papyrus, 2006. p.09-11.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. Formação profissional. In: GOMES, Christianne Luce . (org) **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.93-96.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. O profissional de educação física como intelectual: atuação no âmbito do lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas**. Campinas: Papyrus, 2003. p.59-80.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Contagem da população 2007**. disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/popmunic2007/layoutTCU14112007.xls>> acesso em:21de novembro de 2007.

LIMA, Marlene de. **Recreação e lazer no município de piracicaba**: avaliação pelos dirigentes comunitários. 1992. 52f. Monografia (Especialização em Lazer e Recreação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 1992.

LIMA, Marlene de. Recreação e lazer comunitário: eterna transição no setor público de Piracicaba. In: ANJOS, J. Luiz dos (org). **Políticas públicas de esporte e lazer**: experiências e perspectivas. Piracicaba: UNIMEP, 2001. p.30-41.

LIMA, Marlene de. **Expectativas do executivo municipal quanto a atuação do voluntário**. Seminário: Formação e desenvolvimento de pessoal para atuação em políticas públicas de lazer - GPL- Rede Cedes - Laboratório de Corporeidade e Lazer. 2007a. Disponível em: <<http://www.unimep.br/facis/gpl/documents/marlene.doc>> Acesso em: 12 de outubro de 2007.

LIMA, Marlene de. **Ações desenvolvidas pela SELAM na gestão 2005 a 2008**: depoimento. [15 de novembro de 2007]. Piracicaba. 2007b.

LOPES, Marcelino de Souza. **O futuro da animação sociocultural**. 2007. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/artigo_marcelino2007.pdf> Acesso em 15 set. 2007.

LINHARES, Célia Frazão Soares. Trabalhadores em trabalho e seus professores: um desafio para a formação docente. In: ALVES, Nilda (org). **Formação de professores**: pensar e fazer. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1996. p.09-36.

MAIA, Lerson Fernando dos Santos. A formação de técnico em lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003. p.81-100.

MAGNANI, José Guilherme C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Subsídios para uma política de lazer – o papel da administração municipal. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v.11, n.3, p.206-209, Dez. 1990.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Lazer**: formação e atuação profissional. Campinas: Papirus, 1995.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Políticas públicas. Setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. O lazer na atualidade brasileira: perspectivas na formação/atuação profissional. **Licere**. Belo Horizonte, V.3, n.1, p.125-133, set. 2000.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Lazer e esportes: políticas públicas**. Campinas: Autores associados, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. 3ª ed., Campinas: Autores Associados, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papyrus, 2003.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (orgs). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho et al. **Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano – políticas públicas**. Curitiba: OPUS, 2007.

MARIN, Elizara Carolina. **Currículo e formação do profissional do lazer**. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, V.23, n.1, p.123-130, Set.2001.

MATOS, Lucília da Silva. Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade. In: MARCELLINO, Nelson carvalho. (org) **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 117-140.

MELO, Victor Andrade de. **Educação estética e animação cultural**. Rio de janeiro: Reflexões, 2002.

MELO, Victor Andrade de. **Lazer e educação física: problemas historicamente construídos, saídas possíveis – um enfoque na questão da formação**. In: Lazer e educação física. Editora Autêntica, 2003. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/educ_fisica_lazer_relacao_art_livro.pdf> Acesso em: 10 set 2007.

MELO, Victor Andrade de. Animação cultural. In: GOMES, Christianne Luce. (org) **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.12-15.

MELO, Victor Andrade de. **A animação cultural: conceitos e propostas**. Campinas: Papyrus, 2006.

MIRANDA, Maria Ines Ferreira de; FERRIANI, Maria das Graças. **Políticas públicas sociais para crianças e adolescentes**. Goiânia: AB, 2001.

NEGRINE, Airton; BRADACZ, Liciane; CARVALHO, Paulo Eugênio Gedoz de. **Recreação na hotelaria: o pensar e o fazer lúdico**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

PAIVA, José Luis de. Deflagrando uma ação de lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Políticas públicas Setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores associados, 1996. p.43-53.

PEREIRA, Carlos Augusto Santana. Percurso histórico-conceitual da animação. In: Encontro Comparar é Criar: olhares plurais, 2., 2005, Rio de Janeiro. **ANAIS...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/home.html#ac>> acesso em: 20 set. 2007.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, N. C. Entre o estado e o mercado: O público não-estatal. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, N. C. **O público não-estatal na reforma do estado**. Caracas: CLAD: Paidós, 1998.

PIMENTEL, Giuliano. **Lazer**: fundamentos, estratégias e atuação profissional. Jundiaí: Fontoura, 2003.

PINA, Luís Wilson. Multiplicidade de profissionais e de funções. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Lazer**: formação e atuação profissional. Campinas: Papirus, 1995. p. 117-130.

PINHEIRO, Humberto Lippo. As políticas públicas e as pessoas portadoras de deficiência. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003. p.137-155.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. A construção da interdisciplinaridade no lazer: experiência política da prefeitura municipal de Belo Horizonte - MG. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Políticas públicas setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996. p.61-70.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas públicas de esporte e lazer: caminhos participativos. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v.10, n.11, p.47-68, jul. 1998.

PIRACICABA. **Lei n.º 5.449**, de 2 de julho de 2004. Dispõe sobre a Política Pública Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, cria o Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividades Motoras, cria o Fundo Municipal de Apoio ao Esporte, Lazer e Atividades Motoras, revoga a Lei n.º 4.725/1999 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/>>. Acessado em: 03 jul. 2007.

PIRACICABA. **Lei Orgânica do Município de Piracicaba**. Revisada em abril de 2002. Câmara de Vereadores de Piracicaba – Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/camver/LEI_ORGANICA.pdf> Acesso em: 10 de agosto de 2007.

PIRACICABA 2010. **Pira e seu hino**. Disponível em: <http://www.piracicaba2010.com.br/piraeseupovo/piraeseupovo_hino.htm> Acesso em: 27 de novembro de 2007.

PIRACICABA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras. **Relato de programas de atendimento à crianças e adolescentes**. Piracicaba 2007. (Relatório de Atividades)

PIRACICABA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras. **Folder Institucional**. Piracicaba, 2002.

RAMALHO, Betania Leite; NUÑEZ, Isauro Beltrán; GAUTHIER, Clermont. **Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

RAMOS, Maria Virgilina; INFANTE, Rosana. Formação e reciclagem de quadros para atuação – o caso de São José dos Campos – SP. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996. p.85-100.

REQUIXA, Renato. **Lazer e ação comunitária**. São Paulo: SESC, 1973.

REQUIXA, Renato. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

RIESMAN, David. **A multidão solitária**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

RODRIGUES, Rejane Penna. Lazer – esporte – participação – educação. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v.10, n.11, p.99-105, jul. 1998.

RODRIGUES, Rejane Penna. Secretaria municipal de esportes, recreação e lazer de Porto Alegre. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Lazer e esportes: políticas públicas**. Campinas: Autores associados, 2001. p.157-173.

RODRIGUES, Rejane Penna. Lideranças comunitárias que atuam no desenvolvimento de esporte e de lazer: voluntários de Porto Alegre. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003. p.191-196.

SANTOS, José Roberto dos (org). **Agenda 21 de Piracicaba**. Piracicaba: Piracicaba 2010, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMÕES, José Luis. **História do lazer em piracicaba (1889-1930)**. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii->

imposio/anais/textos/JOS%C3%89%20LUIS%20SIM%C3%95ES.pdf> Acesso em: 03 de dezembro de 2007.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas: Papirus, 1998.

TURINO, Célio. **Na trilha de macunaíma: ócio e trabalho na cidade**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2005.

VAZ, Alexandre Fernandez. Políticas públicas para o esporte e o lazer em Santa Catarina: reflexões e considerações. **Revista de Educação Física/UEM**. Maringá. v.12, n.01, p.89-96, 01. sem. 2001.

ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v.10, n.11, p.31-46, jul. 1998.

WAICHMAN, Pablo. **Tempo livre e recreação: um desafio pedagógico**. Campinas: Papirus, 1997.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR – DEF/UFMG, 2000.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. A formação profissional no lazer em nossa moderna sociedade: repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.47-65, set. 1998.

APÊNDICES

Apêndice 01
Roteiro para Ficha de observação participante:

Pesquisa: FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM LAZER: o caso da política pública de Piracicaba – SP.

Responsável: Prof. Gustavo André Pereira de Brito
FACIS - UNIMEP – Curso de Pós Graduação em Educação Física.

Observação efetuada em _____, em ____/____/____.
(nome do equipamento) (data)

1. Descrever o espaço: _____

2. Atividade (descrição detalhada):

2.1 Faixa etária: _____

2.2 Gênero: _____

2.3 Dia da semana: _____

2.4 Horário: _____

2.5 Condições climáticas: _____

2.6 Conteúdos Culturais desenvolvidos: _____

2.7 Duração da atividade: _____

2.8 Condições para participação: _____

2.9 Outras observações: _____

3. Descrever o Material e se foi suficiente: _____

4. Descrever a atuação do profissional:

4.1 Pontos negativos: _____

4.2 Pontos positivos: _____

5. Descrever a ação dos praticantes:

5.1 Pontos positivos: _____

5.2 Pontos negativos: _____

6. Descrever a relação dos profissionais com os praticantes

6.1 Pontos positivos: _____

6.2 Pontos negativos: _____

7. Outras observações: _____

(utilize quantas folhas forem necessárias, numerando as observações, por item).

Apêndice 02

Formulário para profissionais

Pesquisa: FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM LAZER: o caso da política pública de Piracicaba – SP.

Responsável: Prof. Gustavo André Pereira de Brito
FACIS - UNIMEP – Curso de Pós Graduação em Educação Física.

Gênero: Feminino () Masculino ()

Tempo que atua na SELAM: _____

Local de trabalho: _____

Carga-horária: _____

Função (descrever) _____

1. FORMAÇÃO: ensino fundamental () ensino médio () ensino superior () _____
_____ (indicar) pós-graduação () _____ (indicar)

2. Há quanto tempo está formado(a)?

De um a dois anos () De três a cinco anos () De seis a dez anos ()

De onde a quinze anos () De dezesseis anos em diante () _____ (indicar)

3. Na sua formação profissional (acadêmica) teve contato com disciplinas ligadas ao lazer?

Sim () Qual(is)? _____

Comente: _____

Não ()

4. A Instituição incentiva ou não sua participação em cursos de formação profissional (graduação e pós-graduação)?

Sim () Como? _____

Não () Se já tentou, comente: _____

5. Há ou não incentivos, por parte da Instituição, à sua participação em congressos, fóruns, seminários, ou qualquer outro fórum de discussão de assuntos de sua área de atuação?

Sim () Qual(is)? _____

Como: _____

Não ()

6. Você participa ou não de congressos, fóruns, seminários, ou qualquer outro fórum de discussão de assuntos de sua área de atuação?

Sim () Qual(is)? _____

Não () Por quê? _____

7. Ao longo do tempo em que atua na Instituição recebeu ou não algum curso, treinamento, complementação e/ou atualização na sua área de atuação?

Sim () Qual(is)? _____

Quando? _____

Não () _____

8. Como é feito o planejamento das atividades do seu setor na Instituição?

Você participa ou não?

Sim () Como? _____

Não () Por quê? _____

9. Atua ou não em horários alternativos?

Sim () Não ()

Se sim, qual(is)?

Noite () Fins de semana () Feriados () Férias escolares () outro ()
_____ (indicar)

10. Como você vê a contratação de profissionais de outras áreas, afins a Educação Física, como Turismo, Serviço Social, Sociologia, Lazer, entre outras, para atuação no setor de LAZER da Secretaria (interdisciplinaridade)?

11. Há ou não a participação popular no planejamento, execução e avaliação das atividades desenvolvidas por você nos equipamentos públicos de lazer?

Sim () Como ocorre: _____

Não () Por quê? _____

12. Há algum outro aspecto que gostaria de destacar relativo à sua atuação profissional na área, aqui na Instituição?

Agradecemos a atenção

Apêndice 03

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA – UNIMEP FACULDADE DE CIÊNCIAS E SAÚDE - FACIS MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do projeto: FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM LAZER: o caso da política pública de Piracicaba – SP.

Objetivo: diagnosticar qual a formação e como se processa a qualificação para atuação profissional dos recursos humanos que atuam nos programas e projetos de lazer desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, da prefeitura da cidade de Piracicaba-SP.

Metodologia: Esse estudo se caracteriza como qualitativo, sendo uma combinação entre pesquisa bibliográfica e de campo (BRUYNE, 2002), a primeira está sendo desenvolvida por meio do Sistema de Bibliotecas da UNIMEP e ferramentas da internet, cujo levantamento é realizado com palavras-chave: lazer, formação, política pública e animação sociocultural; e a segunda com um levantamento documental junto a Prefeitura, além de observação Participante e aplicação de questionários.

Sigilo e Utilização dos Dados Coletados: Asseguramos que os dados coletados nessa pesquisa serão utilizados e divulgados apenas com finalidades acadêmicas, não sendo permitido o uso para outros fins. Cabe ao pesquisador responsável a segurança e a privacidade das informações aqui coletadas.

Quanto à Participação: É voluntária, sendo que a recusa não implica em prejuízo nenhum ao senhor(a), da mesma forma que o senhor(a) poderá desistir da mesma a qualquer momento, sem que isso lhe traga dano algum. Sua participação na pesquisa não lhe trará ônus, ficando todos os encargos financeiros por conta do pesquisador. Uma das cópias desse documento pertence ao pesquisado e outro ao pesquisador responsável.

Riscos: Gostaria de salientar que por se tratar de uma pesquisa evasiva, a pesquisa não apresenta nenhum risco, dessa forma não necessitando ressarcimento ou indenização. Sendo de responsabilidade de o pesquisador suspender ou cancelar a pesquisa se de alguma forma a mesma estiver trazendo algum dano aos entrevistados. E se por ventura ocorrer algum prejuízo decorrente da pesquisa, e isso for confirmado em juízo, os pesquisados serão reparados e indenizados dentro dos conformes estabelecidos pela lei. Da mesma forma, que não serão indenizados problemas que não estiverem ligados à pesquisa.

Eu, _____ RG _____, li as informações acima. Foi dada a oportunidade para eu perguntar, sendo minhas perguntas respondidas satisfatoriamente, sendo assim, concordo em participar nesta pesquisa e seguir as recomendações exigidas para garantir a confiabilidade dos resultados. Recebi uma cópia deste termo de consentimento.

Assinatura
___/___/2007

Assinatura Voluntário
___/___/2007